



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Luan Prado Piovani

O Movimento Estudantil paranaense sob a ótica dos agentes do sistema nacional de informações no período ditatorial: o caso da Fundação Universidade Estadual de Londrina (1974-1982)

**Campinas
2024**

Luan Prado Piovani

O Movimento Estudantil paranaense sob a ótica dos agentes do sistema nacional de informações no período ditatorial: o caso da Fundação Universidade Estadual de Londrina (1974-1982)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO DEFINITIVA DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO LUAN PRADO PIOVANI, E ORIENTADA PELO PROF. DR. MARCELO SIQUEIRA RIDENTI.

**Campinas
2024**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P659m Piovani, Luan, 1998-
O Movimento Estudantil paranaense sob a ótica dos agentes do sistema nacional de informações no período ditatorial : o caso da Fundação Universidade Estadual de Londrina (1974-1982) / Luan Prado Piovani. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fundação Universidade Estadual de Londrina. 2. Vigilância. 3. Movimentos estudantis - Londrina (PR). 4. Brasil - Política e governo - 1964-1985. I. Ridenti, Marcelo, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The Student Movement in Paraná from the perspective of the agents of the national intelligence system during the dictatorial period : the case of the Londrina State University Foundation (1974-1982)

Palavras-chave em inglês:

Surveillance

Student movements - Londrina (PR)

Brazil - Politics and government - 1964-1985

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Marcelo Siqueira Ridenti [Orientador]

Sávio Machado Cavalcante

Maria José de Resende

Data de defesa: 19-08-2024

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9752-2849>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0803642253902701>



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em dezenove de agosto de 2024, considerou o candidato Luan Prado Piovani aprovado.

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante

Profa. Dra. Maria José de Rezende

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico essa pesquisa a Tadeu Felismino,
Marcelo Oikawa (in memoriam) e todos
aqueles que ousaram lutar contra a ditadura
militar.

Há homens que lutam um dia e são bons,
há outros que lutam um ano e são melhores,
há os que lutam muitos anos e são muito
bons.

Mas há os que lutam toda a vida e estes são
imprescindíveis. – Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

Considero a escrita dos agradecimentos uma parte difícil, porque a trajetória do desenvolvimento dessa pesquisa, assim como o meu próprio desenvolvimento enquanto pesquisador, é complexa, pois envolveu inúmeros indivíduos, direta ou indiretamente. É um grande desafio escrever uma seção que contemple a todos. Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, o professor Marcelo Siqueira Ridenti, pela atenção e trabalho despendido ao longo do processo de produção dessa dissertação. Os apontamentos, avaliações e recomendações foram fundamentais para desenvolver uma pesquisa de excelência. Também agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por me conceder uma bolsa de pesquisa para o mestrado (Processo Nº 131361/2022-8), algo que foi fundamental para poder me dedicar integralmente à pesquisa e me sustentar neste processo árduo.

Agradeço aos meus familiares, em especial o meu pai e minha mãe, por todo auxílio que despenderam ao longo dessa jornada e por sempre terem incentivado a minha formação acadêmica. Também agradeço a todos os meus amigos, tanto os do Paraná quanto os de São Paulo. Com a ajuda dessa rede de apoio, consegui ter forças para continuar escrevendo quando achei que não mais conseguiria.

Aos membros da banca, agradeço por terem aceitado o convite para compor a mesa de avaliação e por terem acompanhado o desenvolvimento da pesquisa desde a qualificação. Ademais, um agradecimento especial para a professora Maria José de Rezende, que faz parte da minha jornada acadêmica desde a minha formação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Essa gratidão se estende aos meus orientadores da graduação, Fabio Lanza e Líria Bettiol, que me auxiliaram nas minhas fases iniciais enquanto pesquisador.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles que aceitaram ser entrevistados por mim. Suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, trouxeram uma nova perspectiva e complementaram as análises. As suas vivências são riquíssimas e não cabem, em

sua totalidade, nas páginas dessa dissertação, mas espero que apreciem o resultado da pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar e compreender o registro dos agentes do SNI sobre o Movimento Estudantil (ME) do Paraná, de 1974 a 1982, durante as reitorias de Oscar Alves e José Carlos Pinotti na Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL). A análise dos arquivos do SNI possui o potencial de evidenciar como os agentes da repressão exerciam sua vigilância sobre os estudantes, e como estes resistiam dentro daquele momento histórico. O serviço secreto da ditadura foi um dos pilares da repressão, identificando e colhendo informações dos supostos inimigos, informações essas contidas na sua farta documentação. A metodologia de pesquisa escolhida para o desenvolvimento da dissertação foi a análise documental, utilizando contribuições teórico-metodológicas de Tim May (2004) e André Cellard (2012). Além disso, foram feitas entrevistas semiestruturadas como forma de compreender as vivências dos indivíduos que atuavam no ME da FUEL. Ao considerar os processos de abertura dos arquivos da ditadura militar e as conexões ainda não pesquisadas sobre a atuação dos agentes do SNI-PR e o Movimento Estudantil na FUEL, a pesquisa focou em questões como os fatores que influenciavam a ótica dos agentes, como a formação com base na Doutrina de Segurança Nacional, e como as articulações políticas do Movimento Estudantil londrinense foram percebidas e registradas pelos agentes. Com base na documentação, foi percebido que a militância estudantil passou por constante vigilância, contando com a infiltração de agentes e recrutamento de informantes para a coleta de informações, porém, em muitos momentos, os agentes desconsideravam as bandeiras e propostas levantadas pelos estudantes, tomando-os como “inocentes úteis” a serviço do Comunismo Internacional. A pesquisa demonstrou que o fator que mais incomodava os agentes da repressão era os contatos mantidos entre os estudantis engajados e outras entidades políticas, como políticos e partidos da oposição, além de outros grupos ligados ao ME de outros estados da federação. Ademais, partiu-se da hipótese que a vigilância feita pelos órgãos de segurança e informação considerava que existiam limites para a atuação das organizações estudantis, ou seja, a partir do momento em que os estudantes engajados passavam a se envolver com questões políticas nacionais, como a campanha pela anistia, convocação de assembleia nacional constituinte, revogação de leis de exceção etc., estes passavam a ser vistos como subversivos em si, ou manipulados por elementos subversivos. A vigilância em relação ao ME era generalizada, mas só certos grupos eram punidos pela repressão, em particular aqueles vinculados à esquerda, o que evidencia esse limite de atuação aceita pela repressão.

Palavras-chave: Fundação Universidade Estadual de Londrina; Vigilância; Movimentos Estudantis - Londrina (PR); Brasil - Política e governo - 1964-1985.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze and understand the records of the SNI agents on the Student Movement (ME) in Paraná, from 1974 to 1982, during the rectories of Oscar Alves and José Carlos Pinotti at the Londrina State University Foundation (FUEL). The analysis of the SNI's archives has the potential to show how the agents of repression exercised their surveillance over the students, and how they resisted within that historical moment. The dictatorship's secret service was one of the pillars of the repression, identifying and gathering information on supposed enemies, information that was contained in its extensive documentation. The research methodology chosen for this dissertation was documentary analysis, using theoretical and methodological contributions from Tim May (2004) and André Cellard (2012). In addition, semi-structured interviews were carried out as a way of understanding the experiences of the individuals who worked at FUEL's ME. Considering the processes of opening up the archives of the military dictatorship and the connections not yet researched about the work of the SNI-PR agents and the Student Movement at FUEL, the research focused on issues such as the factors that influenced the agents' perspective, such as training based on the National Security Doctrine, and how the political articulations of the London Student Movement were perceived and recorded by the agents. Based on the documentation, it was clear that student activism was under constant surveillance, with agents infiltrating and recruiting informants to gather information, but at many times the agents disregarded the flags and proposals raised by the students, regarding them as "useful innocents" in the service of International Communism. The research showed that the factor that most bothered the agents of repression was the contacts maintained between the engaged students and other political entities, such as opposition politicians and parties, as well as other groups linked to the ME in other states of the federation. In addition, it was assumed that the surveillance carried out by the security and intelligence agencies considered that there were limits to the activities of student organizations, in other words, from the moment that engaged students became involved in national political issues, such as the campaign for amnesty, calling for a national constituent assembly, repealing laws of exception, etc., they were seen as subversive in themselves, or manipulated by subversive elements. Surveillance of the ME was widespread, but only certain groups were punished by the repression, particularly those linked to the left, which highlights the limits of action accepted by the repression.

Keywords: Londrina State University Foundation; Surveillance; Student movements - Londrina (PR); Brazil - Politics and government - 1964-1985.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ato Institucional número 5 – AI-5
Ação Popular – AP
Associação de Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná – ADHURNP
Assessoria de Segurança e Informações – ASI
Aliança Renovadora Nacional – ARENA
Centro Acadêmico – CA
Companhia de Habitação – COHAB
Comissão Estadual da Verdade paranaense – CEV-PR
Curso de Informações – CI
Doutrina de Segurança Nacional – DSN
Departamento de Ordem Política e Social – DOPS
Diretório Acadêmico Setorial – DAS
Diretório Central dos Estudantes – DCE
Divisão de Segurança e Informações – DSI
Escola Superior de Guerra – ESG
Escola Nacional de Informações – EsNI
Forças Armadas – FFAA
Faculdade de Medicina do Norte do Paraná – FMNP
Fundação Universidade Estadual de Londrina – FUEL
Fundação Educacional Paranaense de Londrina – FEPAL
Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil – GEIE
Hospital Universitário – HU
Inquérito Policial Militar – IPM
Juventude Democrata Cristã – JDC
Liberdade e Luta – LIBELU
Movimento Estudantil – ME
Movimento Democrático Brasileiro – MDB
Ministério da Educação – MEC
Órgão de Inteligência – OI
Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB
Partido Comunista Brasileiro – PCB
Partido Comunista do Brasil – PC do B
Partido Democrata Cristão – PDC
Polícia Militar do Paraná – PMPR
Serviço Nacional de Informações – SNI
Sistema Nacional de Informações – SISNI
Universidade Estadual de Londrina – UEL
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Universidade Federal do Norte do Paraná – UFNP

Universidade Federal do Paraná – UFPR
Universidade de São Paulo – USP
União Estadual dos Estudantes – UNE
União Londrinense de Estudantes Secundaristas – ULES
União Paranaense dos Estudantes – UPE

LISTA DE ORGANOGRAMAS E TABELAS

Organograma 1	44
Organograma 2	50
Tabela 1	96
Tabela 2	99

SUMÁRIO

Introdução	15
1. Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e o governo ditatorial	25
1.1. A DSN e a instrução/atuação dos agentes de inteligência	34
1.2. A comunidade de informações e a vigilância sobre o ensino superior paranaense	38
2. As origens da Universidade Estadual de Londrina e a ditadura militar.....	62
2.1. Gestão de Ascêncio Garcia Lopes (1970-1974): um começo promissor em tempos sombrios.....	67
2.2. Gestão de Oscar Alves: a universidade como negócio de família e base política....	74
2.3. Gestão de José Carlos Pinotti: continuísmo autoritário, intensificação da repressão e resistência estudantil	84
3. Uma “Poeira” nos olhos da repressão	93
Considerações Finais	119
Referências Bibliográficas	129

Introdução

A presente pesquisa busca expor como os agentes de inteligência da Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985) registravam as atividades do Movimento Estudantil (ME) da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), buscando deixar evidente suas percepções em relação à atuação política do estudantado. As avaliações dos agentes, presentes em relatórios e informes preparados pela comunidade de informações, foram lidas como registros documentais que demonstram sua postura político-ideológica, mostrando a influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que permeava a sua formação, dando um senso de missão e moldando sua visão sobre os “subversivos”. Além da DSN, o anticomunismo, fortemente disseminado entre certos segmentos militares e muito presente nos órgãos de inteligência, também se faz presente nos documentos relativos ao ME, onde os estudantes engajados politicamente eram vistos como inocentes úteis que agiam, consciente ou inconscientemente, conforme as diretrizes do Movimento Comunista Internacional (MCI), que, na avaliação dos agentes, seria uma articulação internacional clandestina que visava à destruição da sociedade ocidental. O contexto específico do Paraná, que envolveu as relações políticas e pessoais dentro da instituição universitária, foi contemplado para explicar como se edificou o aparato de segurança e informações dentro da FUEL.

Os documentos da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da FUEL, analisados nesta dissertação, foram recuperados dos fundos documentais do SNI, presentes no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e no NDPH-UEL, e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná. Os trabalhos de recuperação dos arquivos da ASI devem muito aos esforços da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban e a Comissão da Verdade da UEL. Ademais, foram feitas entrevistas com indivíduos que atuaram no grupo estudantil “Poeira”, que teve atuação de destaque no ME londrinense durante a ditadura, e com pessoas que atuaram como docentes da FUEL no período e tiveram contato com a burocracia autoritária. Esses relatos orais trazem a perspectiva daqueles que foram alvos da vigilância e repressão, complementando as informações que os documentos

analisados trouxeram e expondo novos elementos que ajudaram na compreensão do momento sócio-histórico pesquisado.

No início da ditadura, durante o governo Castelo Branco (1964 – 1967), foi criado um órgão especializado em reunir informações sobre indivíduos e grupos que fossem uma ameaça em potencial, buscando munir o governo com relatórios de inteligência confiáveis para auxiliar nas atividades repressivas. Esta organização, denominada Serviço Nacional de Informações (SNI)¹, em um período curto se ramificou, abrindo agências regionais em diversos pontos do país. Ademais, a partir de 1967, passou a recolher informações por meio das Divisões de Segurança e Informações (DSI), que atuavam nos ministérios civis, e pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), que agiam junto as universidades e empresas estatais (JOFFILY, 2014). Segundo Carlos Fico (2003), a chamada “linha dura” exigia meios e modos para efetuar a perseguição política no início da ditadura. Obtidos estes meios, em decorrência dos Atos Institucionais (AI) números 2 e 5, os representantes desta corrente passaram a constituir a “comunidade” ou “sistema” de informação.

Para Fico, “A ‘comunidade’ amparava-se naquilo que podemos chamar de ‘pilares básicos’ de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura.” (FICO, 2001, p. 175). A linha ideológica seguida pelos agentes da comunidade de segurança e informações foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)² formulada na Escola Superior de Guerra (ESG). Este modo de pensar, fortemente anticomunista, determinou a atuação dos órgãos repressivos, além do próprio governo ditatorial.

O recrudescimento da política repressiva, com a imposição do AI-5, levou à criação de uma vasta rede de vigilância. Foi elaborado o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que englobava todos os órgãos de segurança e de inteligência existentes (como

¹ O SNI, idealizado por Golbery do Couto e Silva, foi criado seguindo as ideias anticomunistas, propagadas pelo governo estadunidense, e sob forte influência das teorias francesas sobre Guerra Revolucionária, que pregavam sobre a necessidade de combater um inimigo interno (SAMWAYS, 2013).

² A DSN, cujo principal ideólogo foi o gal. Golbery do Couto e Silva, estabeleceu que havia uma “guerra total” aberta entre ocidente democrático-cristão e o oriente comunista-ateu. Segundo este pensamento, o Brasil tinha que se posicionar claramente neste conflito e lutar contra as “ideologias estrangeiras” que “subvertem” os valores ocidentais supostamente presentes na sociedade brasileira (NEVES, 2019, p.47).

o CENIMAR, CISA, DOI-CODI³, entre outros). O SNI era o principal órgão deste sistema, mas é importante destacar que não subordinou as outras instituições repressivas (BRASIL, 2014). As Assessoriais de Segurança e Informação (ASI) foram criadas a partir dos anos 1970 para ser a extensão da comunidade de informações nas instituições subordinadas aos ministérios, ou seja, empresas públicas, autarquias, fundações e instituições de ensino superior públicas. Na lógica da repressão, o expurgo de estudantes e professores “subversivos” deveria ser seguido com a implementação de uma rede de vigilância para assim impedir futuras ameaças, como a ascensão de grupos opositores no meio universitário. O papel das ASI universitárias foi: 1) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; 2) produzir informações para atender às demandas do Plano Setorial de Informações; 3) encaminhar à DSI⁴ informações por ela requisitadas (MOTTA, 2014).

Segundo Skidmore (1988), no período anterior ao golpe de 1964, os conspiradores civis e militares compartilhavam ideias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na ESG. Esta instituição introduziu e desenvolveu no país o conceito de “guerra interna”, no qual se afirmava que a principal ameaça ao governo decorria, potencialmente, do inimigo interno, representado pelas forças de esquerda e por ideias subversivas. Devido a isso, era preciso estar em alerta e preparado para o conflito em diversas esferas, incluindo o campo ideológico (MARTINS FILHO, 2008). Tais correntes de pensamento orientavam a atuação dos agentes de segurança e informação. Este modo de pensar levou os órgãos repressivos a acusarem cada indivíduo ou ato que fosse contrário à ditadura vigente como movimentações do “comunismo internacional” (SAMWAYS, 2014).

O Serviço Nacional de Informação (SNI), com o objetivo de dar suporte ao Presidente da República com informações que interessassem à Segurança Nacional, passou a vigiar grupos e indivíduos tomados como subversivos. O combate à “subversão” acabou sendo demasiado abstrato, causando com que milhares de cidadãos fossem

³ Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA); Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

⁴ As Divisões de Segurança e Informação (DSI) foram criadas para assessorar os ministérios do governo no processo de tomada de decisão e em questões de segurança. A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi uma das maiores e mais importantes, justamente por conta do seu papel na vigilância das instituições de ensino superior (MOTTA, 2014).

tomados como suspeitos de estarem contra a ordem e contra a “Revolução de 1964” (SAMWAYS, 2013). Como amplos setores do Movimento Estudantil (ME) atuaram no campo da oposição contra a ditadura, suas lideranças e seus membros foram vigiados e perseguidos pelos órgãos de segurança e informação. Além disso, os jovens estudantes eram tidos como sendo moralmente fracos e facilmente influenciáveis, o que os tornava alvos fáceis para as manipulações do “Comunismo Internacional” de acordo com os militares no poder.

O serviço secreto da ditadura foi um dos pilares da repressão, identificando e colhendo informações dos supostos inimigos do regime. No caso do ME, um dos meios utilizados para colher informações seria a infiltração de agentes nos grupos de esquerda. O Centro de Informações do Exército (CIE), por exemplo, matriculava seus subordinados nas universidades, geralmente sargentos, e os instruía a procurar os estudantes opositores e se apresentarem como simpatizantes de esquerda. Esta infiltração sistemática chegou a comprometer as lideranças estudantis, como foi o caso de Vladimir Palmeira, tendo em vista que agentes do CIE se infiltraram no seu esquema de segurança (FIGUEIREDO, 2005). O CIE fazia parte do Sistema Nacional de Informações (SISNI), este último seria uma ampla rede de coleta e distribuição de informações formada pelas principais instituições do setor de inteligência, tudo coordenado pelo SNI (FICO, 2001).

Devido à crescente repressão, que se iniciou logo após o golpe de 1964, e o cerceamento das atividades políticas dos estudantes, estes se mobilizaram contra o caráter violento do regime ditatorial. O ápice dessa mobilização ocorre na segunda metade dos anos 1960 (RIBEIRO DO VALLE, 1999). As manifestações de 1968, no Brasil, foram impulsionadas pelo ME, que já vinha se desenvolvendo e tomando uma dinâmica própria ao longo da década de 1960, devido a fatores como a urbanização, crescimento de vagas no ensino superior e o desenvolvimento da classe média. Como coloca Marcelo Ridenti:

1968 iniciou no Brasil com manifestações de estudantes. Por um lado, eles reivindicavam ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões, mais verbas para pesquisas – voltada para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. Por outro lado, os

estudantes contestavam a ditadura e o cerceamento às liberdades democráticas. (RIDENTI, 2002, p. 150)

O ME efetuou ações de protesto (panfletagens, pichações, manifestações etc.) em oposição à ditadura, antes do recrudescimento desta com o Ato Institucional número 5 (AI-5) em 1968, e obteve apoio de certos grupos políticos que atuavam entre os estudantes, como a Ação Popular (AP). O Movimento, neste período, assumia uma postura mais partidária por contar com a presença de organizações políticas no seu interior (SANTOS, 2009).

Ao longo da década de 1960, os estudantes, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), passaram por um intenso processo de politização, onde ocorre, concomitantemente, a radicalização de suas propostas de transformação social (MARTINS FILHO, 1987). Os estudantes conquistaram uma relativa expressão política durante o governo Goulart (1961-1964), se engajando na campanha pelas reformas de base. Devido a isto, o ME tornou-se alvo dos extremismos de setores conservadores da sociedade desde os primeiros momentos da ditadura. Um evento que ilustra este fato é o incêndio na sede da UNE em abril de 1964 por grupos que apoiavam o golpe militar (MOTTA, 2014).

No período pré-golpe, já havia divisões importantes dentro do ME. Havia os estudantes “democratas”, que se posicionavam contra as correntes de esquerda e apoiaram o golpe; os “subversivos”, que seriam os indivíduos identificados com a esquerda e com a UNE; e os grupos despolitizados, que afirmavam não se identificar com nenhum dos lados da contenda (BRAGHINI; CAMESKI. 2015). Esse quadro evidencia que os movimentos estudantis estavam imersos em um contexto de disputa entre projetos societários, o que mostra seu caráter multifacetado.

A primeira metade dos anos 1970 foi um período de reorganização para o Movimento Estudantil, devido à intensa repressão e ao fracasso das campanhas de luta armada contra a ditadura. Os estudantes passaram a resistir por meio das entidades representativas, como os Centros e Diretórios Acadêmicos, mantendo as lutas pelas mudanças no âmbito educacional, mas sem manifestações de rua por conta das possíveis represálias (SANTOS, 2009). Com a vitória eleitoral da oposição oficial (Movimento Democrático Brasileiro - MDB) em 1974 e com o início do processo de

distensão política, impulsionado pelo governo ditatorial de Ernesto Geisel (1974-1979), o estudantado paulatinamente volta à cena política, levantando como pautas principais a luta pelas liberdades democráticas e pela anistia. Como forma de mobilização e organização, o ME desenvolve muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas etc. (PELLICIOTTA, 1997). Um exemplo deste tipo de engajamento estudantil ocorre em Londrina, com a criação do Jornal “Poeira” do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina (DCE/FUEL), que abordou problemas estudantis e questões políticas nacionais (FELISMINO, 2016). Os movimentos sociais, ao longo da década de 1970, passaram a se solidarizar e levantar pautas conjuntas para reforçar o combate à ditadura. Devido a isto, os movimentos estudantis incorporaram pautas como as liberdades de associação, reunião, sindical, e, também, a volta de uma bandeira antiga, que é a luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2016). As lutas dos estudantes durante o processo de redemocratização “lento e gradual” foram de fundamental importância para fazer pressão, juntos com outros segmentos da sociedade civil organizada, pela volta do Estado de Direito.

Uma das principais entidades organizadoras do ME no norte do estado foi o DCE/FUEL. Essa entidade atuava por meio de apoio em campanhas eleitorais da oposição, assembleias estudantis, passeatas etc. Por conta da atuação opositora dos estudantes, eles sofriam com a vigilância constante da Assessoria de Segurança e Informação da universidade (ASI/FUEL). Com base nos documentos analisados, foi possível compreender a perspectiva dos agentes de inteligência no período. Ademais, foi possível constatar as ferramentas analíticas que os próprios agentes criavam para examinar o ME e suas divisões.

A dissertação divide-se em 3 capítulos. O primeiro trata sobre a formação dos agentes da comunidade de informações, apresentando os conceitos presentes nos currículos formativos dos Cursos de Informação. A Doutrina de Segurança Nacional, a Guerra Revolucionária e a luta contra o inimigo interno faziam parte do doutrinamento dos membros das comunidades de segurança e informações, o que influenciava na sua percepção sob os “subversivos” que ameaçavam a lei e a ordem. No segundo capítulo, procuro demonstrar que a FUEL passou por fases ao longo da ditadura. Seu período de

fundação e a primeira reitoria da instituição tendia a minimizar os impactos da repressão, contratando docentes que foram cassados em outras instituições e não exigindo o Atestado de Antecedentes Ideológicos para a contratação. Porém, com a ascensão de Oscar Alves à reitoria, a administração universitária passa a realizar uma colaboração irrestrita com o regime ditatorial, implementando uma guarda patrimonial com treinamento antidistúrbios e instalando uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI) para atuar no campus. Essa colaboração irrestrita se mantém com o sucessor de Alves, o professor José Carlos Pinotti. Por fim, no último capítulo é apresentada a formação do Movimento Estudantil da FUEL e como os discentes organizados se portaram nas diversas fases da instituição. Ademais, foi feita uma análise das estratégias de atuação do ME da FUEL, como a organização de atividades culturais e a produção do jornal estudantil “Poeira”. Além disso, são tratadas as análises que os agentes de informação faziam em relação aos estudantes, com base em documentos produzidos tanto pelo próprio SNI quanto pela ASI/FUEL.

Ao considerar os processos de abertura dos arquivos da ditadura militar e as conexões ainda não pesquisadas sobre a atuação dos agentes do SNI/PR e o Movimento Estudantil na UEL e região Norte do Paraná, foram trabalhados os seguintes problemas sociológicos que nortearam a pesquisa apresentada: Enquanto o Movimento Estudantil estivesse focado somente em questões particulares, referentes a educação ou problemas no campus, havia uma relativa liberdade de discussão aceita pelos agentes de inteligência? É possível desvelar como os agentes de inteligência enxergavam os integrantes e grupos do movimento estudantil? Quando o ME passava a se engajar em questões políticas nacionais (eleições, luta pela anistia, apoiando greves etc.) passava a ser um problema para a Segurança Nacional aos olhos dos agentes da inteligência? É possível compreender, a partir dos relatórios do SNI, quais eram os tipos de atuação política do movimento estudantil durante o período ditatorial que estavam em conflito com os órgãos repressivos, identificando a forma como os agentes envolvidos no processo de produção desses documentos caracterizavam o ME e essas articulações estudantis?

A presente pesquisa, com base nos documentos analisados, busca compreender a perspectiva dos agentes de inteligência, o que possibilita contribuir para os estudos sobre os conceitos que guiaram as agências repressivas. Além disso, partiu-se da

hipótese que a vigilância feita pelos órgãos de segurança e informação considerava que existia limites para a atuação das organizações estudantis, ou seja, a partir do momento em que os estudantes engajados passavam a se envolver com questões políticas nacionais, como a campanha pela anistia, convocação de assembleia nacional constituinte, revogação de leis de exceção etc., estes passavam a ser vistos como subversivos em si, ou manipulados por elementos subversivos. A vigilância em relação ao ME era generalizada, mas só certos grupos eram punidos pela repressão, em particular aqueles vinculados à esquerda, o que evidencia esse limite de atuação aceita pela repressão.

Procedimentos Metodológicos

A análise dos arquivos do Serviço Nacional de Informações possui o potencial de evidenciar como os agentes da repressão exerciam sua vigilância sobre os estudantes, e como os últimos resistiam dentro daquele momento histórico. Os documentos produzidos pelo SNI são compostos por uma infinidade de dossiês e relatórios que eram produzidos pela agência central e pelas seções regionais deste aparato. Esta documentação buscava sustentar a repressão, por meio do levantamento de dados e da espionagem sobre todos os indivíduos que fossem contrários ao governo ditatorial, que eram tomados como sendo “subversivos” (SAMWAYS, 2014).

Os arquivos do SNI estão armazenados no Arquivo Nacional (AN) e compõem o acervo do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI). Porém, relatórios e informes do SNI da seção de Curitiba, responsável por manter a vigilância sobre os estados do Paraná e Santa Catarina, foram concedidos ao NDPH – UEL para fins acadêmicos. O Fundo do Serviço Nacional de Informações pode ser acessado digitalmente através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)⁵. Boa parte dos acervos recolhidos para o Arquivo Nacional, referentes ao período ditatorial, ocorrem no período entre 2005 e 2016, por meio de pressões de grupos que defendem o direito à memória e como resultados dos trabalhos das Comissões da Verdade, tanto a nacional

⁵ Disponível em: <<https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

quanto as estaduais. Um dos marcos desse processo de centralização dos documentos foi a publicação do Decreto Nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, que dispôs a respeito do recolhimento dos documentos arquivísticos públicos que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), permitindo que documentos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) fossem disponibilizados para acesso público no AN (STAMPA, 2011).

A análise documental foi o método selecionado para examinar estes arquivos, pois, como coloca Tim May: “Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais.” (MAY, 2004). Para efetuar um exame adequado dos documentos é preciso buscar compreender o período, o momento histórico onde o documento foi produzido, e buscar apreender os pensamento e posicionamentos dos atores sociais envolvidos. Destacando ainda que:

um pesquisador poderia começar com uma análise dos procedimentos de senso comum que vem a formular o documento em primeira instância, mas a análise deles não precisa terminar aí. O documento pode ser localizado em um contexto político e social mais amplo. A seguir os pesquisadores examinam os fatores que cercam o processo da sua produção, assim como o contexto social (MAY, 2004, p. 213).

Os documentos, dos mais diversos tipos, são fundamentais por registrar múltiplos acontecimentos e, de certa forma, eternizá-los. Eis a importância dos arquivos para as pesquisas em ciências humanas. Enfatizando que:

Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas (CELLARD, 2012, p. 295).

O exame do material inédito do SNI deve passar, como aponta André Cellard (2012), por cinco eixos primários para assim compreender e elaborar o recorte específico da pesquisa, sendo estes: (1) o contexto de produção dos documentos; (2) os autores dos documentos; (3) a autenticidade e confiabilidade do texto; (4) a natureza do texto; (5)

conceitos-chave e a lógica interna do texto. A análise destes arquivos é importante não apenas para efetuar uma reconstituição histórica, mas para também compreender como agiam os agentes deste órgão, ou seja, buscar entender quais eram suas preocupações e sua visão sobre os supostos elementos subversivos presentes na sociedade brasileira. O exame dos documentos, e o prosseguimento dos trabalhos de catalogação, se dará por meio de visitas regulares ao NDPH – UEL. Ademais, serão realizadas reuniões de orientação periódicas para discutir sobre os arquivos examinados e estabelecer metas para organizar os trabalhos.

Outra metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a coleta e exame de entrevistas semi-estruturadas com indivíduos que tiveram vivências na FUEL durante o período ditatorial, sejam estudantes ou professores. A entrevista semi-estruturada foi selecionada como método de pesquisa por possibilitar que os entrevistados respondam mais nos seus próprios termos do que em entrevistas padronizadas, além de fornecer maior comparabilidade do que nas entrevistas focalizadas (MAY, 2004, p. 148-149).

Por fim, como forma de compreender as vivências dos indivíduos que atuavam no campo da oposição durante o período ditatorial, foram realizadas entrevistas com pessoas chave que são citadas nos arquivos do SNI ou tiveram contato com a administração da FUEL durante o período ditatorial. As entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro prévio com perguntas abertas, visando colher as perspectivas e as experiências dos atores durante o momento histórico em análise. Os inquiridos pela pesquisa possibilitaram o acesso, durante o processo investigativo, a discursos que nunca foram publicizados ou até mesmo reconhecidos socialmente. Assim, os depoentes são elevados à condição de sujeitos históricos e que, a partir de suas vivências, passam a contribuir para a investigação científica (LANZA; BETTIOL, 2013). As fontes orais não servem para refutar a perspectivas dos documentos da repressão, mas para complementar com informações que vão além do documento. Como coloca Paul Thompson (1998), a história oral permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista, não se restringindo ao olhar dos agentes de inteligência da ditadura.

1. Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e o governo ditatorial

Antes do golpe de 1964, a Escola Superior de Guerra (ESG) introduziu e desenvolveu, no país, o conceito de “guerra interna”, no qual se afirmava que a principal ameaça ao governo decorria, potencialmente, do inimigo interno, representado pelas forças de esquerda e por ideias subversivas. Este pensamento também se faz presente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) golberyana⁶ (NEVES JR, 2019). Outro componente da formulação dessa doutrina foi o conceito de guerra revolucionária francesa, onde se afirmava que havia uma guerra aberta entre o Ocidente cristão/capitalista e o Oriente ateu/comunista. Devido a isso, era preciso estar em alerta e preparado para o conflito em diversas esferas⁷, incluindo o campo ideológico (MARTINS FILHO, 2008). Essas ideias serviram de base ideológica para o regime ditatorial e para seus órgãos repressivos, dentre os últimos está a própria comunidade de informações, que foi um pilar fundamental para a repressão.

Em conferência ministrada na ESG, em 1967, Humberto de Alencar Castello Branco dá uma definição sobre o conceito de Segurança Nacional e sua diferenciação da simples Defesa Nacional. Em sua fala, afirmou que:

A dilatação do conceito de Segurança Nacional tornou-se bastante diferenciada hoje do conceito de Defesa Nacional. A diferença é dupla. O conceito tradicional de Defesa Nacional, coloca mais ênfase sobre os aspectos militares de segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa. A noção de Segurança Nacional é mais abrangente, compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de Segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa (SNI, CASTELLO BRANCO, 1967, apud FIGUEIREDO DE CASTRO, 1970, lauda 9).

Na conceituação apresentada pelo primeiro presidente-ditador do período militar, vemos que a DSN coloca como principal cenário de conflito o ambiente interno, sendo a

⁶ O termo aqui aplicado faz referência ao gal. Golbery do Couto e Silva, que foi um importante teórico da Escola Superior de Guerra e ideólogo da Doutrina de Segurança Nacional.

⁷ As áreas que são destacadas pela “guerra revolucionária” seriam os campos político, econômico, militar e psicossocial. Este conflito, por ser irregular e não possuir um inimigo bem definido, englobava toda a sociedade. Os militares franceses desenvolveram esse conceito durante as campanhas coloniais da região da Indochina (que atualmente é composta por Laos, Camboja e Vietnã) e da Argélia.

guerra convencional pouco provável. Logo, os militares deveriam se preocupar com a infiltração de ideologias estrangeiras, que levavam a subversão e desarmonia social. Nessa definição, as Forças Armadas se colocam como protetoras não só das fronteiras terrestres, mas também como preservadoras das instituições, do desenvolvimento e da estabilidade política interna. Ou seja, em nome da Segurança Nacional, justificavam as contínuas ingerências no jogo político e a permanente ocupação da presidência da república por militares durante a ditadura.

Em conferência concedida no dia 23 de maio de 1978 ao Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), com transcrição feita e arquivada pelo SNI, o gal. Augusto Fragoso, então ministro do Superior Tribunal Militar, dá a sua definição sobre o conceito de Segurança Nacional. Sendo um representante do governo ditatorial, o ministro afirma que a DSN empregada pelos militares no poder seria a expressão mais moderna do conceito, abrangendo ações do Estado que englobam o campo político, econômico, psicossocial e militar. Ademais, afirma que a Doutrina ditatorial foi desenvolvida e aperfeiçoada na ESG antes do golpe, ao longo das décadas de 1950 e 1960, visando garantir uma “Segurança englobando o Desenvolvimento” e a “Segurança proporcionada pelo Estado para o Desenvolvimento integrado da Nação” (SNI, 1978, lauda 3).

Os elementos externos que levaram ao desenvolvimento da DSN foram múltiplos, dentre eles está a instrução e ajuda militar dispendida pelos Estados Unidos (EUA) aos exércitos latino-americanos. Após a Revolução Cubana de 1959, tal auxílio foi utilizado para redefinir o papel dos setores castrenses, passando a orientá-los nas formas de luta antissubversiva e em táticas de segurança interna. Essa estratégia foi adotada pelo Pentágono por ser uma ação que garante a influência militar estadunidense e possibilita a contenção da influência soviética sem ser necessário intervenções militares diretas (ROUQUIÉ, 1984), além de se constituir como um grande estímulo para o complexo industrial-militar estadunidense. Segundo dados expostos por Selcher (1977), o grupo consultivo de assistência militar estadunidense, entre o período de 1950 até 1975, treinou 8.448 oficiais brasileiros, medida que reforça a influência norte-americana no país.

A influência norte-americana fica evidente nos momentos iniciais da fundação da ESG, sendo que oficiais brasileiros, servindo nas Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), estiveram subordinados e

tiveram contato próximo com os militares estadunidenses. Ademais, segundo Selcher (1977)⁸, a fase de implementação da ESG contou com a assessoria do exército norte-americano e com a adaptação de ideias francesas, elaboradas no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional⁹, porém, os militares brasileiros montaram o currículo da então nova Escola dando ênfase para assuntos de desenvolvimento interno, deixando em segundo plano as discussões de assuntos militares estrangeiros ou internacionais. A missão de assessoria do EUA permaneceu até 1960, e o representante dos militares estadunidenses foi mantido na ESG até 1973 (SELCHER, 1977).

Além dessa influência ianque, a Doutrina é elaborada com base em influências diversas e com especificidades nacionais. No caso brasileiro, antes da hegemonia militar norte-americana, as Forças Armadas seguiam as orientações do militarismo francês, essa influência foi fixada por meio da Missão Militar Francesa que ficou sediada no país entre 1919 e 1939, por meio da qual foram construídos laços afetivos e intelectuais entre os exércitos de ambas as nações. O resquício dessa influência gaulesa possibilitou a importação das doutrinas de guerra francesas, que foram desenvolvidas ao longo da guerra da Argélia (1954-1962), ao Brasil. Desses conceitos, o mais absorvido e reproduzido pelos oficiais brasileiros foi o da Guerra Revolucionária, que pregava a luta antissubversiva contra “venenos ideológicos”, sendo estes as múltiplas correntes de esquerda (CHIRIO, 2014).

Na sua obra “História Militar do Brasil”, Nelson Werneck Sodré pontua que um dos objetivos das missões militares estrangeiras eram manipular o anticomunismo, colocando que a missão fundamental das Forças Armadas do mundo “ocidental e cristão” seria acabar com o comunismo, fazendo uso da violência estatal (SODRÉ, 2010). Essa percepção de um conflito civilizacional aberto, sendo que um lado ameaçava a existência do outro, serviu de justificativa para a edificação de um Estado policial autoritário, onde qualquer opositor do novo regime fosse tomado como “subversivo” e potencialmente

⁸ A apostila preparada por Selcher para o Instituto de Estudos Estratégicos, vinculado ao Colégio do Exército dos Estados Unidos, tem como título: “A Doutrina de Segurança Nacional e as políticas do governo brasileiro”. Tal obra evidencia não só a influência que os militares estadunidenses exerciam sobre seus congêneres brasileiros, como demonstra o impacto da DSN sobre a percepção e formulação de políticas no governo ditatorial.

⁹ O *Institut des Hautes Études de Défense Nationale* é uma instituição acadêmica francesa, vinculado as Forças Armadas, especializado na pesquisa e formação em assuntos relativos à defesa nacional.

perigoso. Mesmo elementos vinculados ao governo ditatorial também eram vigiados, o que demonstra um clima de desconfiança geral.

As influências internacionais estão presentes na própria legislação de Segurança Nacional imposta pelo governo ditatorial (DL nº 314/1967), onde, no seu 2º artigo, afirma que “A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos”, sendo que a luta contra antagonismos internos está relacionado com o conceito de “guerra interna”. Enquanto no artigo 3º declara que “A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”. No entanto, além de mencioná-lo diretamente, a legislação ditatorial também dá uma definição sobre o conceito francês, afirmando, no parágrafo 3º do artigo 3º, que “A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação”. Essa ameaça difusa propagada por estes conceitos militares acabou colocando toda a sociedade civil em suspeita, impulsionando o aparato de segurança e informações.

A concepção de inimigo difuso, que se camufla no meio social, acabou por justificar a ingerência cada vez maior dos militares em assunto políticos. Como coloca Joffily,

essa nova forma de combate possuía como eixo a necessidade de fazer frente a um tipo de ameaça que se diferenciava dos conflitos tradicionais: ela provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideias comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil. Portanto, era preciso agir unificando os comandos políticos e militares, atuar também por meio da ação psicológica e ter controle das informações que levassem a um conhecimento profundo do inimigo, para prever e neutralizar suas ações (2014, p. 161).

O desenvolvimento da DSN está associado a presença de uma tradição ideológica autoritária, que tem como autores exemplares Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo do Amaral (ESCHRIQUI, 2020). Um elo entre os escritos desses autores e a própria Doutrina seria a desconfiança nas instituições liberais; dúvidas na capacidade das elites políticas em dar seguimento ao desenvolvimento nacional; e receios na inserção das massas nos processos de escolha dos governantes, vendo estas como pouco instruídas

e incapazes de agir politicamente com autonomia. Nessa cosmovisão, para garantir uma modernização segura ao país, seria necessário que este processo fosse dirigido de cima para baixo, controlado pelo Estado, que deveria sempre priorizar a ordem em detrimento da liberdade, nesse aspecto vemos também a permanência da tradição positivista.

A expressão segurança nacional se faz presente desde a formação do Estado Nacional do Brasil e aparece no direito brasileiro em 1934, durante o primeiro governo de Vargas (1930-1945). O termo é colocado nas Constituições de 1934 e de 1937, porém, nesse momento, remetia a assuntos de defesa, vigilância, organização das atividades econômicas e da população nas fronteiras do país. A Constituição de 1937 em específico, que vigorou durante o Estado Novo (1937-1945), alargou o conceito de defesa/segurança nacional, aludindo a “perturbações internas” e “plano ou conspiração” que possam ameaçar a segurança do Estado. Ademais, o contexto político que levou à promulgação, em 1935, da primeira lei especial que define crimes contra a ordem política e social (Lei Nº 38/1935) foi marcado pelo crescimento dos movimentos de massa, tanto de extrema-direita, como a Ação Integralista Brasileira, quanto de extrema-esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora. Mesmo com o fim da ditadura varguista, o contexto internacional da Guerra Fria (1947-1991) possibilitou a reedição da legislação que define crimes políticos e sociais em 1953, ou seja, durante a experiência democrática de 1945-1964 (REZNIK, 2004). O discurso anticomunista que relacionava o comunismo ao totalitarismo e o colocava como antidemocrático também serviu ao desenvolvimento da DSN nos anos posteriores.

Esses elementos mostram que a Doutrina ditatorial, mesmo fazendo uso de um pensamento autoritário e anticomunista endógeno, também se utilizou dos conceitos militares desenvolvidos no exterior. Além de influências externas, a DSN utilizou de uma tradição militar nacional, sendo presente a influência do pensamento autoritário em dados segmentos. As produções ideológicas nacionais, os processos internos e os objetivos estabelecidos demonstram que Doutrina da ESG não foi mera importação de um conceito estadunidense ou francês, mas sim um produto de um processo sócio-histórico. A presente análise busca destacar os aspectos internos que levaram ao desenvolvimento da DSN e sua relação dialética com o contexto externo (SALA, 2022).

As críticas ao liberalismo, que, no regime ditatorial, justificou a tutela militar, evidenciam a postura conservadora¹⁰ presente na gênese da ideologia dos governos militares. Os preceitos liberais seriam um fruto exótico que foi introduzido no país pelas elites políticas que desconhecem a própria realidade social; além disso, o jogo democrático podia ser um empecilho para a realização dos objetivos nacionais (OLIVEIRA, 1976). Um detalhe importante é que, segundo Motta (2000), o comunismo também seria tido como um elemento que não se adequava ao Brasil, portanto, passível de ser atacado por ser contra aos valores e objetivos nacionais.

Os setores castrenses desenvolveram e internalizaram uma certa tradição anticomunista, que se faz presente na DSN. Esse anticomunismo militar vai além da simples recusa do projeto comunista de sociedade, sendo que acaba propondo modelos de organização social e política considerado ideais pelo Alto Comando e por boa parte do oficialato. Esta aversão ao marxismo acaba se vinculando fortemente a memória da insurreição de 1935, utilizando este evento como exemplo de como a “subversão vermelha” está presente e atua no cenário político nacional, solidificando a mentalidade anticomunista e influenciando gerações de oficiais formados a partir dos anos 1930. Ademais, o anticomunismo militar faz uso de argumentos caros à corporação, como a defesa da disciplina, hierarquia e a manutenção da ordem. Nesta concepção, o comunismo seria maléfico por subverter estes valores e instigar distúrbios sociais, sendo que, na visão castrense, as relações sociais seriam marcadas pela “colaboração”, ou seja, a luta de classes é tomada como uma anomia a ser combatida (TEIXEIRA, 2014).

Ao longo da história republicana brasileira, as Forças Armadas (FA), por serem recorrentemente convocadas para mediar certos conflitos e/ou serem agentes políticos ativos, assumiram o papel de mantenedoras da ordem e como mediadores do processo de modernização. Inúmeros eventos políticos de relevo na história republicana foram levados a cabo por militares, demonstrando que, em momentos de crise institucional, as FA apresentaram-se como atores políticos relevantes. A Proclamação da República

¹⁰ Para uma análise profunda sobre o conservadorismo como fenômeno histórico-político, favor consultar MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

(1889), a Revolução de 1930, o golpe do Estado Novo (1937) e a posterior deposição de Vargas (1945) são exemplos das atividades dos setores castrenses (BORGES, 2007).

Historicamente, os grupos civis que ocupavam as camadas politicamente importantes fizeram uso dos quartéis para atingir seus objetivos políticos. Além disso, o desejo das elites políticas de manter a ordem interna, de frear o Executivo e controlar as mobilizações políticas de novos grupos tende a ser fatores que as aproximam das FA. Segundo Alfred Stepan (1975), a política brasileira e as relações entre civis e militares, supostamente, estariam enquadradas no paradigma do padrão moderador. Citando o autor:

os militares no Brasil desfrutaram do poder de moderar o sistema político em períodos de crise. O termo 'poder moderador' tem um sentido específico para o Brasil, onde, durante a monarquia, o imperador detinha a faculdade constitucional de intervir no conflito político, em épocas de impasse institucional. (STEPAN, 1975, p. 52)

Este suposto poder moderador desempenhado pelos militares explica a sua atuação politicamente ativa durante a experiência democrática brasileira de 1945 a 1964, período marcado por conspirações, revoltas e contragolpes que geraram instabilidade política. Existem exemplos de cooptação dos militares para fins políticos e movimentações neste sentido, como as que ocorreram nos anos de 1945, 1954, 1955 e 1961¹¹. Estas intervenções pontuais, realizadas pelas FA, terminavam com o retorno do poder para as elites civis (STEPAN, 1975). Para Sodré, essa ingerência castrense contínua no jogo político acabou deteriorando o papel das FA, ou seja, elas não mais se submetiam ao poder civil e se percebiam como defensoras das instituições, mas sim como garantidoras das mesmas, julgando ser legítimo para os militares romperem a institucionalidade se a “ordem”¹² fosse ameaçada (SODRÉ, 2010). Este ciclo de

¹¹ 1945: ocorre a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo. 1954: crise política que culmina no suicídio de Vargas. 1955: movimento militar que garantiu a posse do então presidente eleito Juscelino Kubistchek. 1961: movimento que ficou conhecido como “campanha da legalidade”, feita para assegurar a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

¹² Essa “ordem” seria a conservação da estrutura socioeconômica do país. Como pontua Décio Saes (1985), o processo de modernização da sociedade brasileira deveria estar pautado na conservação da ordem urbana e rural, esse seria o pilar do pacto populista. Com a defesa das Reformas de Base durante o governo João Goulart (1961-1964), esse ordenamento social passou a se sentir ameaçado. Diante da ameaça, o conjunto da classe dominante se recompõe para a luta contra o Estado populista, o que acaba resultando no golpe de Estado de 1964.

intervenções se encerra em definitivo com o golpe de 1964, que acaba com a experiência de democracia representativa da constituição de 1946.

As FA, ao julgar as elites e as massas despreparadas, tomam as rédeas do poder para executar os supostos Objetivos Nacionais, sendo estes as metas desenvolvimentistas autoritárias estabelecidas pela própria corporação militar nos seus centros de estudo e pesquisa. A DSN, base ideológica do governo dos generais, estabelece que os Objetivos Nacionais são representações de interesses da Nação, cuja realização depende da superação de antagonismos internos e externos. Colocando grande valor à realização dessas metas, os militares acabam considerando o jogo democrático inadequado para a consecução das suas ambições, justamente por não permitir a execução de medidas tomadas como fundamentais para garantir o controle dos “antagonismos internos”. Por fim, o papel das FA neste novo Estado ditatorial que estava sendo erigido seria amplo, elas iriam instruir, e tutelar, as elites civis para que interpretassem e implementassem os Objetivos Nacionais; seriam um organismo político incumbido de criar mecanismo de planejamento econômico e de segurança nacional, além de definir interesses político-econômicos para promover a integração e realização dessas metas pelo Estado (OLIVEIRA, 1978). A utopia ambicionada pelos militares no poder seria a construção do “Brasil potência”, a intensa repressão era justificada como forma de derrubar barreiras sociais e impulsionar o processo de modernização conservadora¹³.

A subordinação do Estado como instrumento para a realização dos Objetivos Nacionais se explica pela forma como a DSN concebia as relações entre a esfera nacional e estatal. De acordo com Comblin, a doutrina dos generais estabelecia que

a Nação é uma única vontade, um único projeto: ela é o desejo de ocupação e de domínio do espaço. Esse projeto supõe um poderio: ela é o desejo de poder. Esse projeto encontra oposição de outros projetos semelhantes e incompatíveis com ele: a Nação será, portanto, o poder para impor aos outros seus projetos. A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre Nação e Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo. O que faz formalmente a Nação não difere do que

¹³ Campanhas ufanistas espelham esta mentalidade desenvolvimentista como: “Pra frente Brasil”; “Ninguém mais segura esse país” e “Até 1964 o Brasil era apenas o país do futuro. E então o futuro chegou”. Ademais, a infame peça publicitária “Brasil: ame-o ou deixe-o” mostra que os militares no poder estavam dispostos a tudo para impor seus preceitos sobre a sociedade.

constitui formalmente o Estado. É este o conceito de Nação com o qual joga a Doutrina de Segurança Nacional. (p.28, 1980)

Seguindo a perspectiva golberyana de geopolítica, o Estado estaria incumbido da tarefa de realizar o grande projeto nacional, que seria o suposto destino histórico do país. Para garantir a concretização dessa vontade nacional, seria necessário sufocar os demais projetos “incompatíveis”. Além disso, essa visão doutrinária coloca a Nação como um todo homogêneo que seria dotado de um único desejo. Esta perspectiva simplista permitiu aos ideólogos da DSN estabelecer o conceito de “interesse nacional”, sendo este a personificação da vontade nacional e estando, portanto, acima dos interesses partidários e individuais. Esta concepção maniqueísta, produto do contexto da Guerra Fria, mostra como os setores castrenses dividiram a sociedade brasileira entre os “patriotas”, que estariam a favor do seu projeto sociopolítico autoritário, e os “traidores”, que trabalhavam, consciente ou inconscientemente, para atender aos interesses de ideologias externas e contra a “vontade nacional”.

Este ideário autoritário e, de certa forma, modernizante que marca a DSN explica, em parte, a atuação dos governos durante a ditadura e como foi justificado, nesta cosmovisão militarista, a construção de uma grande rede de vigilância e repressão para fazer frente aos “antagonismos internos”, que seriam qualquer elemento da sociedade brasileira que fosse tomado como empecilho para as pretensões dos novos donos do poder. Para pôr os princípios da DSN em prática, seria necessário modificar as instituições políticas. A ideia seria implementar uma “democracia forte”, onde haveria instituições rígidas para garantia da liberdade e da democracia, sendo que esses dois conceitos seriam limitados, estas instituições também combateriam as “ideologias estrangeiras” que davam base para os supostos subversivos. Em conferência realizada na ESG, é afirmado que o SNI foi criado para ser um importante pilar da ditadura, possuindo uma extensão a nível nacional e atendendo a demanda por “Informações que extravasassem o âmbito estratégico que é o da Política de Segurança Nacional e que se estendessem para a plenitude sem limites do campo político geral.” (SNI, 1986, lauda 46). Nesse trecho, fica evidenciado que a comunidade de informações se constituiu para vigiar os opositores da ditadura, servindo de apoio para as atividades repressivas.

Os preceitos básicos da DSN seguem as influências das concepções militares estrangeiras, sendo estas a “guerra interna” estadunidense e a “guerra revolucionária” francesa. Nesta nova percepção belicosa, o próprio conceito de defesa nacional passa a ser revisto. Como coloca Coimbra:

O ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de “defesa nacional”. Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as “forças internas de agitação”. Esta revisão apoiava-se na bipolarização do mundo advinda com a chamada “guerra fria”. (p. 10, 2000)

Esta mudança qualitativa do conceito de defesa nacional é de grande importância para compreender a atuação do governo ditatorial e seus agentes, pois o inimigo do Estado deixou de ser um país rival que ameaça suas fronteiras com uma guerra convencional. O adversário da ordem estabelecida passou a ser o próprio cidadão, o “inimigo interno”, categoria esta que enquadrava desde o guerrilheiro até o opositor que exigia a volta do ordenamento democrático-liberal e denunciava as graves violações dos Direitos Humanos. Esse pensamento serviu de base para a percepção e atuação dos aparatos de inteligência, efetuando a vigilância de todos os setores da sociedade brasileira, pois todos seriam potenciais subversivos.

1.1. A DSN e a instrução/atuação dos agentes de inteligência

Logo no início do governo ditatorial, com a criação do SNI, os militares no poder se preocuparam com a quantidade e qualidade dos cursos de formação para os agentes de inteligência. Além da reformulação da comunidade de informações, seria necessário modificar e expandir esta instrução para suprir a grande demanda por vigilância que o novo regime exigia. Nos primeiros momentos da ditadura, a principal instituição responsável nesta formação seria a Escola Superior de Guerra (ESG), sendo pioneira na área.

O primeiro Curso de Informações (CI) ministrado pela ESG foi instituído, tendo caráter experimental, em 1958 para formar os agentes do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI). Já em 1959, uma segunda turma do curso é

montada, tendo a duração de um ano letivo. Depois deste período, a ESG só retoma o CI em 1965, tendo desta vez a missão de formar o pessoal do recém-criado SNI. Os conteúdos de tal curso eram diversos, segundo Quadrat:

Nos cursos ministrados na ESG era defendida a necessidade de um governo ter um sistema de informações forte; era ensinado desde questões conceituais, como o conceito de informação; como questões metodológicas, quando ensinavam a redigir um informe e como transformá-lo em informação. Também eram realizadas várias análises acerca dos serviços de informações em outros países, tais como EUA, Inglaterra, Alemanha, União Soviética dentre outros. Observava-se nessas análises, em especial, a cadeia de comando, a estrutura, a metodologia e procurava-se enfatizar o que poderia ser ou não aproveitado no Brasil (2012, p.28).

A partir de 1967, com o governo do general-presidente Costa e Silva e o recrudescimento da luta armada contra a ditadura, o material didático do CI passou a abranger o combate à subversão¹⁴. Ademais, em 1969 o conteúdo programático do Curso passou a incluir o Movimento Estudantil (ME), tratando de suas organizações, relacionamentos no país e no exterior, além de propor recomendações para equacionar a questão estudantil (ARGOLO, 1996, p.320 apud QUADRAT, 2012, p.29). É interessante notar que tal inclusão ocorre após o conturbado ano de 1968, marcado por intensas mobilizações do ME, mostrando a disposição que os aparatos repressivos e de inteligência tinham em solucionar o “problema” dos estudantes.

A criação da comunidade de informações e a extensão que ela tomou pode se relacionar ao desejo do governo militar de eliminar da cena política qualquer “ideologia estrangeira”, tomada como potencialmente “subversiva”. Este elemento subversivo e inimigo da segurança nacional, que supostamente estaria infiltrado na sociedade brasileira, muitas vezes estava relacionado com a figura do comunismo. Esta aversão aos comunistas e “aliados”, que podiam ser simples opositores do regime, fez com que os setores de informação suspeitassem da presença deste inimigo em toda sociedade brasileira, justificando sua extrema vigilância, visando salvaguardar a ordem e a segurança nacional. Ademais, este pensamento unificou a atuação do setor de

¹⁴ Segundo Figueiredo (2005), a apostila “Operações contra o Movimento Comunista Internacional” foi elaborada pela ESG para explicar o modo de organização dos grupos subversivos e discorria sobre os métodos que deveriam ser utilizados para derrotá-los.

informações com os aparatos repressivos, pois ambos tinham a percepção que suas atividades pretendiam apenas atingir os indivíduos “subversivos” (SAMWAYS, 2013).

A superestimação do “Movimento Comunista Internacional”¹⁵ (MCI), que era visto como tendo um poder muito além do real e com uma grande capacidade de organização, manipulação e mobilização, serviu de base para o superdimensionamento do aparato repressivo e de informações. Esse exagero da força do MCI e a indefinição conceitual da figura do “subversivo” tornou possível que toda forma de manifestação de descontentamento em relação ao regime fosse associada ao comunismo, ao “outro”, às ideologias “estranhas aos valores nacionais”. Essa visão de mundo marcou a análise e atuação dos agentes repressivos durante o período ditatorial, além de disseminar a paranoia dentro do aparato de segurança e informações, que suspeitavam das supostas conspirações e movimentações do Comunismo Internacional. Essa ameaça constante ao regime ditatorial não precisava ter materialidade ou evidência de um perigo real. Como coloca Bobbio (2015, p.49), o poder autocrático não busca apenas neutralizar o segredo dos adversários, mas também, quando julga necessário, cria esses inimigos para justificar e reforçar a sua existência.

Observando as debilidades ainda existentes no CI e a necessidade de construir uma instituição especializada na formação dos oficiais de inteligência para atender a grande demanda da estrutura de vigilância, o governo ditatorial inaugura, em 1971, a Escola Nacional de Informações (EsNI). Esse centro de formação foi criado visando centralizar, profissionalizar e padronizar as atividades de formação em inteligência no país que, até este momento, era feito em instituições diversas¹⁶. Além de estágios, a EsNI disponibilizava cursos visando a formação de civis e militares que almejavam seguir carreira na comunidade de informações. Logo no início dos cursos, os estagiários eram introduzidos nos conceitos da “doutrina de informações” que era adotada pela estrutura de vigilância. Em seguida, apresentava-se uma “sinopse histórica” para abordar a

¹⁵ O “Movimento Comunista Internacional”, na ótica da inteligência ditatorial, seria a estratégia dos países do bloco socialista de subverter a ordem do Ocidente e expandir sua influência, inúmeros relatórios e informes do SNI fazem referência ao MCI.

¹⁶ Além da ESG, os militares recebiam orientações e debatiam temas relativos à área de inteligência na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e no Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP). Essa diversidade na instrução fez com que nem todos os agentes de inteligência tivessem a mesma formação, quadro que a EsNI visava alterar.

“importância das informações” por possibilitar conhecer as próprias “possibilidades” e as do “adversário”, facilitando o enfrentamento (MANSAN, 2015).

O conceito de “inimigo interno” era extensamente trabalhado na formação da EsNI, afirmando que tal elemento efetuava sua luta direta e indiretamente, atuando para desestabilizar as instituições, a lei e a ordem. As confrontações diretas seriam por meio de distúrbios, greves, ações de terrorismo, destruição, sabotagem e combates com caráter de guerra de guerrilha. Enquanto as disputas indiretas seriam através do campo ideológico, por meio de propaganda, campanhas de desmoralização do governo e demais atividades tidas como subversivas.

Os cursos de informações, tanto da ESG quanto da EsNI, também tinham como objetivo o endoutrinação dos estagiários que passavam pela formação, fazendo que acreditassem que a espionagem e o combate aos “subversivos” eram essenciais para a segurança do país, garantindo a lei e a ordem. Certos argumentos eram apresentados para justificar a existência da comunidade de informações, como a presença de serviços de inteligência em países desenvolvidos. No entendimento dos militares que ministravam os cursos e produziam o material de formação, era importante demonstrar aos agentes em formação que o inimigo de fato existia e que possuía grande poder, demonstrando, novamente, a necessidade da repressão (SAMWAYS, 2013). Além disso, certos materiais produzidos e compartilhados para membros da comunidade de informações expunham a sua percepção sobre o “inimigo” comunista. Nessa guerra ideológica, o regime democrático era percebido como frágil e vulnerável, justamente por garantir liberdades em demasia aos cidadãos, o que favorecia o esquerdismo. Na percepção do SISNI, esse amor à liberdade contribui com a reprodução e disseminação de ideias subversivas, constituindo uma ameaça à ordem. De acordo com os órgãos repressivos, o segmento da população que estava mais vulnerável às manipulações do comunismo seriam os jovens, porque eram mais facilmente seduzidos pelas táticas psicológicas dos subversivos, sendo utilizados como inocentes úteis. Nessa lógica, ficava fundamentada a atuação dos órgãos de inteligência, que violavam as liberdades individuais da cidadania, pois sua missão se justificava na defesa ao ideal de democracia imposta pelos militares em 1964. Na luta contra o perigo comunista, todas as ações seriam válidas para defender a democracia e os supostos valores do Ocidente (SAMWAYS, 2014).

A EsNI, criada com enormes recursos financeiros e equipada com material de ponta, tornou-se responsável em formar pessoal especializado para atender a demanda sempre crescente da comunidade de informações, além de desenvolver e aprimorar a Doutrina Nacional de Informações. Os cursos de informações disponibilizados pela instituição¹⁷ foram ministrados durante toda a década de 1970, formando cerca de 120 pessoas por ano, sendo a maioria composta por civis. Esse pessoal qualificado foi aproveitado pelo SNI nos seus vários níveis de estrutura (ANTUNES, 2001). Tendo como função a padronização e disseminação de conhecimentos para toda a comunidade de informações, fica evidente que a EsNI cumpria um papel ideológico preponderante, dando sentido à atuação profissional dos agentes de inteligência. Essa instrução também moldava a percepção sobre o suposto inimigo.

1.2. A comunidade de informações e a vigilância sobre o ensino superior paranaense

Em seus estudos sobre o processo histórico que deu origem ao Estado-nação moderno, Charles Tilly (1996) afirma que os serviços de inteligência surgem devido a sua dupla natureza: informacional e coercitiva. As primeiras organizações permanentes e profissionais voltadas à produção de informações surgem na Europa a partir do século XVI. Essas entidades tiveram um papel de destaque na afirmação dos Estados nacionais como a forma hegemônica de autoridade política moderna, uma trajetória histórica que garantiu a centralização política nas mãos do Estado, que levou ao monopólio do uso da violência e à construção de uma legitimidade que justifique seu uso. O fator que levou os governantes a criarem serviços de inteligência foi a necessidade de obter informações confiáveis de forma eficiente e com o menor custo possível, esses dados seriam fundamentais para os conflitos internos e externos que envolvem os Estados.

No entanto, foi no século XIX que os Estados modernos passam a especializarem-se em métodos de investigação e controle político. A repressão deixa de ser reativa,

¹⁷ A EsNI disponibilizava três cursos: A (altos estudos), B (fundamentos) e C (operações). O curso A estava voltado para a formação de lideranças, abordando temas políticos, econômicos e sociais brasileiros. O curso B voltava-se para os futuros analistas de informação, incluindo matérias de sociologia, história e ciências políticas. O curso C formava os agentes de rua do SNI, então tratava sobre temas mais técnicos que envolviam a atividade de espionagem (SAMWAYS, 2013).

tornando-se proativa, buscando prever descontentamentos e neutralizar indivíduos e/ou grupos que ameacem o ordenamento político. A coerção proativa envolvia o monitoramento contínuo de subversivos em potencial. Com a implementação de sistemas de vigilância e órgãos públicos dedicados ao policiamento político, foram formuladas e implementadas novas técnicas de investigação. Segundo Tilly (1996, p. 180), “A polícia criminal e política generalizou o emprego de dossiês, postos de escuta, relatórios rotineiros e levantamentos periódicos de quaisquer pessoas, organizações ou eventos que pudessem perturbar a ‘ordem pública’”. Um apontamento levantado pelo sociólogo estadunidense é que a expansão da atividade não-militar do Estado teve início na época da especialização militar. Isso fica evidente ao percebermos que os serviços de inteligência passam por um processo de aprimoramento qualitativo e quantitativo durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), além de atuarem distintamente, de acordo com fatores sócio-políticos, nos respectivos países durante a Guerra Fria (1947-1991).

Segundo Cepik (2003, p. 85), sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações especializadas em coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. O contexto de repressão de movimentos de esquerda ou de dissidências políticas foram os grandes precursores de parte dos serviços de inteligência nacionais, forjando sua cultura organizacional e seus hábitos operacionais (LUSTGARTEN; LEIGH, 1996, apud CEPIK, 2003, p. 165). No Brasil, a questão da luta contra as esquerdas, em geral, e o comunismo, em específico, serviu de base ideológica e justificava para a atuação da polícia política e aos órgãos de informação. Os comunistas eram percebidos como os principais inimigos porque, além de ameaçarem as instituições políticas, também desafiavam a ordem social tradicional, já que se colocavam contra a família, religião, propriedade etc. (MOTTA, 2010). Ou seja, na ótica anticomunista adotada pelos órgãos repressivos, o comunismo representava elementos opostos e irreconciliáveis com os valores da sociedade ocidental, visando apenas subvertê-la e destruí-la.

Na sociedade brasileira, as polícias políticas também atuaram como precursoras da comunidade de informações. No início do século XX, com o aumento da diferenciação

social e o crescimento urbano, houve a necessidade de especializar a polícia para acompanhar essas mudanças e garantir a manutenção da ordem social. Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), foi intensificado o processo de construção de instrumentos burocráticos de conhecimento, fiscalização e vigilância do conjunto da população e do território nacional. Mesmo com o fim da ditadura varguista, o surgimento de novos partidos, associações, manifestações políticas e greves, fez com que as polícias políticas estaduais fossem reformuladas e mantidas. Os Departamentos/Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) passam a se profissionalizar, buscando formular relatórios de inteligência baseados na coleta, processamento e disseminação de informações sobre movimentos sociais que pudessem atentar contra a segurança do Estado e a ordem político-social. Assim, o Estado cria instrumentos repressivos especializados em serviços para a “segurança nacional” e para a “garantia do regime” (REZNIK, 2004).

Assim como os serviços de inteligência ditatoriais, o pensamento anticomunista não só garantia um senso de missão como também influenciava a atuação da polícia política, mesmo os DOPS não tendo sido criados apenas para combater as esquerdas, sendo que elementos fascistas, nazistas e integralistas, em determinados momentos, também foram alvos da repressão política. No entanto, a polícia política conferia lugar de destaque para os comunistas, porém, no seu linguajar, ser comunista seria uma designação genérica para toda a esquerda socialista, chegando a incluir os cristãos progressistas (MOTTA, 2010). Essa percepção do perigo vermelho e a necessidade de combatê-lo, pensamento esse alimentado por fatores internos e externos, é um elo que une a percepção do aparato de vigilância e repressão.

Com o golpe de 1964 e a imposição da ditadura, os militares já podiam contar com essas instituições repressivas prévias para auxiliá-los na tarefa de combater o “perigo vermelho”. Contavam com a experiência de uma polícia política truculenta, habituada com métodos de tortura contra suspeitos e, em alguns casos, com execuções extrajudiciais. No contexto da Guerra Fria (1947-1991), os DOPS tiveram seus efetivos expandidos e tornaram-se referência no combate às dissensões políticas, aos movimentos trabalhistas e ao comunismo. No entanto, no governo dos militares, os segmentos castrenses consideravam as polícias políticas estaduais ineficientes,

corruptas e com um escopo insuficiente para lidar com a subversão. Almejavam a criação de um órgão autônomo que tivesse capilaridade nacional. Mesmo com as críticas, os DOPS foram amplamente aproveitados pelos órgãos de segurança e informações (JOFFILY, 2014).

Os órgãos de inteligência do governo brasileiro tiveram um desenvolvimento distinto, mas paralelo, com o aparato de polícia política. Durante a década de 1920, com a crescente urbanização, as correntes migratórias e as várias transformações econômicas, políticas e sociais, houve o acirramento dos conflitos sociais como resultado das demandas por desenvolvimento, expansão e reprodução do capitalismo. Esses fatores geravam o acirramento dos conflitos sócio-políticos e desestabilizavam a estrutura oligárquica que regia durante a Primeira República (1889-1930). Tendo em vista esse contexto, o primeiro órgão do governo brasileiro dedicado ao recolhimento de informes e produção de relatórios de inteligência foi o Conselho de Defesa Nacional (CDN), criado em 1927 durante a presidência de Washington Luís (1926-1930), que tinham como objetivo reunir informações de ordem financeira, econômica, bélica e moral visando a defesa da pátria. No entanto, sua maior preocupação foi o “acompanhamento do movimento operário, eventuais repercussões da Revolução Russa de 1917 e os impactos das crises econômicas no país” (BRASIL, p. 114, 2014). Durante o governo Vargas (1930-1945), o CDN foi renomeado, passando a se chamar Conselho de Segurança Nacional (CSN). Ademais, em 1930, o Conselho passou a ter escritórios operando dentro dos ministérios civis, sendo essas as Seções de Defesa Nacional¹⁸ (FERNANDES, p. 71, 2021). Essas seções foram o embrião que deu origem às Divisões de Segurança e Informações (DSI), em 1967, durante a ditadura militar.

Com a especialização do sistema de informações, e sob influência norte-americana, foi criado, em 1946, o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), sendo este considerado oficialmente como o primeiro serviço secreto brasileiro. Apesar de ser um órgão civil, o SFICI estava subordinado ao CSN. Esse fato demonstra que o processo de militarização dos serviços de inteligência no país começa na sua gênese, não com o advento da ditadura militar em 1964. O SFICI iniciou o processo de

¹⁸ Depois, tais entidades foram renomeadas para Seções de Segurança Nacional.

profissionalização dos serviços de inteligência brasileiros, ao introduzir métodos e procedimentos-padrão, além de elaborar os primeiros manuais sobre teoria e prática de espionagem. O SFICI, assim como seu antecessor e sucessor, dedicou-se à vigilância e repressão de movimentos sociais contestatórios. Após a Revolução Cubana de 1959, essa entidade assumiu a missão de identificar e neutralizar manifestações que fossem simpáticas ao processo revolucionário cubano. Dentro desse grupo, os estudantes eram os mais visados. Os agentes do SFICI passaram a investigar as atividades de universidades e escolas secundárias, vigiando qualquer atitude simpática a Cuba. Nesse contexto, o estudantado passou a ser um dos alvos prioritários dos órgãos de segurança e informações (FERNANDES, p. 72, 2021). Esse dado torna evidente que o anticomunismo se manteve presente na mentalidade e na ação da comunidade de informações ao longo do seu processo de formação, um elemento que foi aprofundado com a formação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Com o golpe militar de 1964, a recém-implementada ditadura, que contava com elementos que conheciam as debilidades do SFICI¹⁹, reformulou a comunidade de informações. A Lei 4.341, de 13 de junho de 1964, estabeleceu o SNI. Essa legislação isentava o Serviço de prestar esclarecimentos em relação aos seus atos, estrutura e número de funcionários, visando assim salvaguardar segredos de Estado. Em conferências ministradas tanto na ESG quanto na EsNI, as lideranças da comunidade de informações expunham seu discurso legitimador, onde enfatizavam que países democráticos e desenvolvidos também possuíam órgãos de inteligência. No entanto, esclarecem que nesses países as atividades de inteligência muitas vezes estão organizadas em segmentos distintos, uma focada no campo interno e outro no externo. Enquanto no Brasil, as atividades se concentram mais na vigilância interna.

Em sua obra “Democracia e segredo”, Norberto Bobbio discorre sobre a existência do poder invisível dentro do Estado, que envolve os serviços secretos voltados à segurança interna e externa, ou seja, as organizações de espionagem e

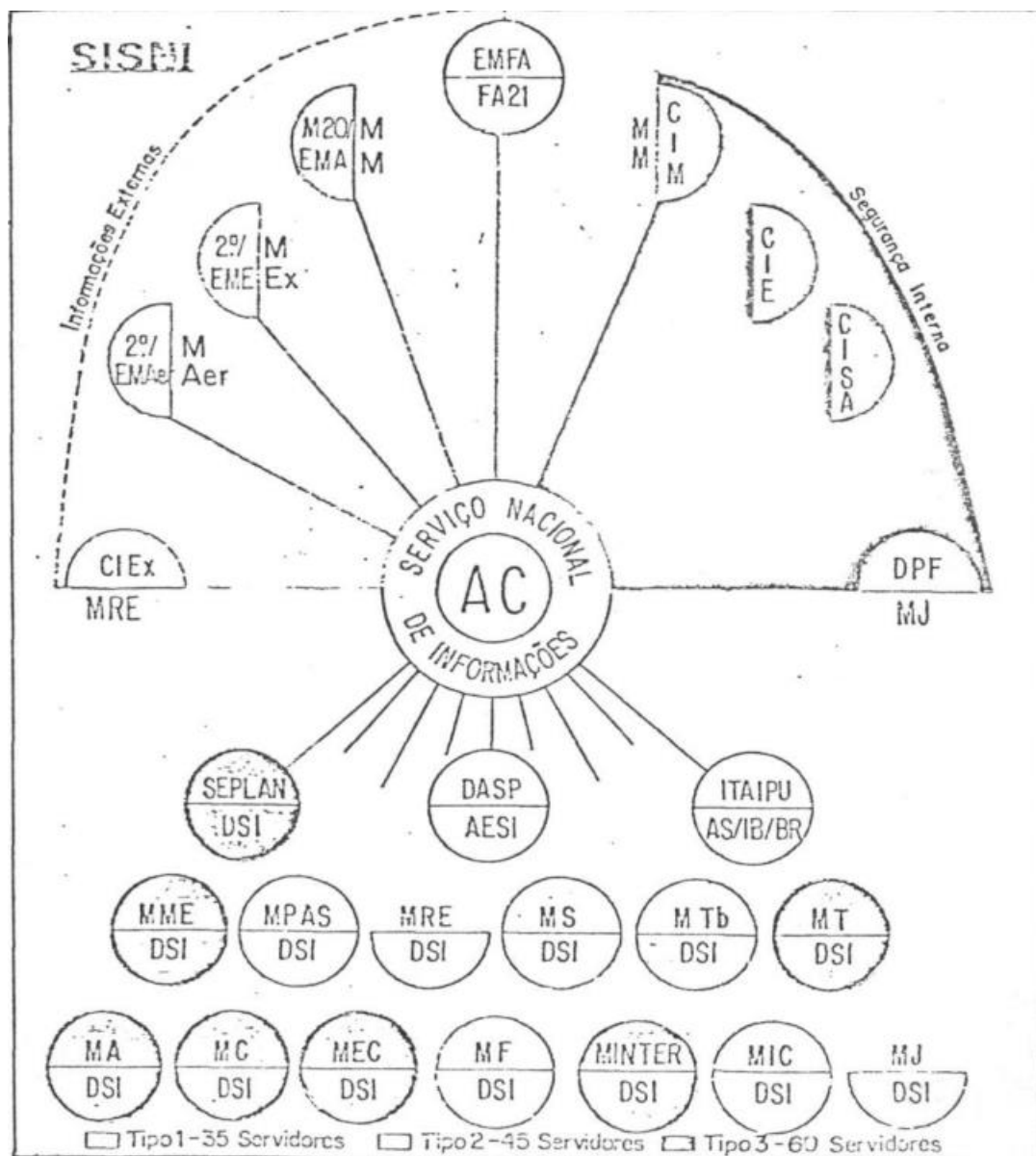
¹⁹ O SFICI não contava com autonomia financeira e administrativa, além de não possuir contato direto com a Presidência da República, atuando com a intermediação do Conselho de Segurança Nacional. É importante destacar que esses déficits estruturais foram percebidos por indivíduos que atuaram nesse órgão, sendo também instrumentais na formulação do SNI, como Golbery do Couto e Silva, Newton Cruz, Octavio Medeiros e João Baptista Figueiredo (FIGUEIREDO, p. 124-125, 2005).

contraespionagem. O autor afirma que tais serviços, quando não são fiscalizados e não prestando contas para órgãos competentes sobre suas atividades, acabam utilizando do segredo para evitar e até mesmo violar a lei. Essa comunidade de informações passa a ser um ator político relevante sem ter qualquer responsabilidade política sobre ele, atuando na margem da legislação civil, penal e administrativa (BOBBIO, 2015). O risco de garantir que o poder invisível atue impunemente e sem qualquer fiscalização é materializada com a atuação do SNI, sendo que essa agência de inteligência apenas reportava suas atividades para o presidente da República, prerrogativa que acabou incentivando a comunidade de informações a violar legislação ditatorial. O próprio idealizador do serviço de informações do governo militar, o gal. Golbery do Couto e Silva, ao comentar sobre esse poder invisível rebelde, acaba cunhando a célebre frase: “Criei um monstro” (SILVA apud FICO, 2004, p. 77).

O gal. Newton Cruz, em palestra apresentada na EsNI, afirma que o desenvolvimento da comunidade de informações em um Sistema foi resultado de um processo que levou anos. Esse Sistema Nacional de Informações (SISNI) exigia uma estrutura vertical, coordenada, regida por princípios normativos e administrativos, elementos que não estavam presentes no momento de fundação do SNI. Para Cruz, o Sistema foi criando corpo com a fundação da EsNI, instituição responsável pela padronização e desenvolvimento da formação dos servidores da comunidade de informações, desenvolvendo uma mentalidade de informações²⁰. Não por mera coincidência, em 1971, ano de fundação da instituição de formação de agentes de informação, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Informações, que estabeleceu princípios doutrinários básicos que regiam o SISNI.

Organograma 1:

²⁰ Essa mentalidade seria uma filosofia de trabalho, fundada na unidade de pensamento, comportamento e linguagem, entre os profissionais de informações que atuam no Sistema Nacional de Informações.



Fonte: SNI/AC. Conferências na ESG e na EsNI, 1987, p. 40.

O organograma apresentado acima traz dados importantes sobre a constituição do SISNI, sistema esse que organizava a comunidade de informações. As informações externas ficavam a cargo dos Estados-Maiores dos três ramos das armas (Marinha, Aeronáutica e Exército) e o Estado-Maior das Forças Armadas. Além disso, temos o Centro de Informações do Exterior (CIEx), órgão responsável pela vigilância de brasileiros que estivessem fora do território nacional, mantendo especial atenção para os opositores da ditadura exilados. A segurança interna ficava sob a responsabilidade do

Centro de Inteligência da Marinha (CIM)²¹, Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Departamento de Polícia Federal (DPF). No centro desse extenso aparato de segurança e informações, ficava a agência central do SNI, responsável pela coordenação e provimento de informes de inteligência para o governo ditatorial. Como órgãos auxiliares do SISNI, temos as Divisões de Segurança e Informações (DSI), braços da comunidade de informações dentro de todos os ministérios governamentais.

As DSI surgem em 1967, durante o processo de expansão e reestruturação do aparato de informações do Estado. No entanto, somente no governo de Garrastazu Médici é que as DSI ficam subordinadas diretamente ao SNI. Dentre as maiores DSI, encontramos a do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que ganhou grandes dimensões devido ao temor das “atividades subversivas” desenvolvidas no meio acadêmico. Como braços da DSI/MEC, foram criadas, a partir de janeiro de 1971, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) universitárias²², que estariam, oficialmente, subordinadas aos reitores e teriam como função o aconselhamento em assuntos pertinentes à segurança nacional e provendo informações. No entanto, tais entidades compunham a comunidade de informações e eram supervisionadas, indiretamente, pelo SNI (MOTTA, 2014).

Os agentes de inteligência que atuavam no ensino superior tinham que controlar instituições universitárias que passavam por um processo de franca expansão, com o aumento vertiginoso do número de estudantes, sendo que muitos deles eram receptivos às ideais de esquerda. Na ótica dos órgãos de segurança e informações, o plano cultural e educacional, mesmo após os expurgos de docentes e estudantes tomados como subversivos, ainda estava vulnerável às ações comunistas. O material difundido pela comunidade de informações para as ASI, visando instruir os agentes, afirmava que o Movimento Comunista Internacional (MCI) utilizava drogas e mulheres sedutoras para atrair jovens ingênuos para sua causa (MOTTA, 2012). Os sistemas repressivos e de

²¹ Antigo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

²² Segundo Motta, o papel da ASI seria: “a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas (MOTTA, p. 198, 2014).” Essas entidades tinham como prioridade o fornecimento de informações para o sistema de segurança e repressão, tomando o assessoramento das reitorias como atividade secundária.

vigilância edificados durante o período ditatorial construíram representações em que denunciavam a suposta subversão moral e sexual da juventude como estratégia do movimento comunista internacional. Nesta cosmovisão, os comunistas estariam debilitando os pilares da sociedade ocidental, visando destruir a família tradicional e corromper os costumes, fazendo uso de erotismo, pornografia, promiscuidade sexual e homossexualidade para atingir seus objetivos. Além disso, é importante destacar que essas representações anticomunistas esboçavam a repulsa que os setores repressivos sentiam em relação às mudanças comportamentais da juventude, muito presentes nos finais dos anos 1960 e início de 1970 (BRITO, 2019).

Esse olhar sobre a juventude, que questionava a própria legitimidade do intenso processo de mudança comportamental pelo qual passava, demonstra que certos segmentos repressivos tinham receio dos setores juvenis, por considerá-los imaturos e sendo, por isso, utilizados como “massa de manobra” da subversão. O governo ditatorial chegava a afirmar que havia uma ausência de orientação moral e cívica nos jovens, o que explica, em parte, o motivo da implementação de disciplinas como “Educação Moral e Cívica” nas escolas e “Estudos de Problemas Brasileiros” nas universidades. Ademais, a posição política das novas gerações, muitos ligados à oposição da ditadura, foi um fator que potencializou o medo e a perseguição a este setor.

De acordo com o Plano Nacional de Informações do SNI (AC/ACE – 43246/71, 1971), havia uma certa influência comunista no agravamento de disputas existentes no campo da educação universitária. Os antagonismos presentes no setor educacional seriam resultantes tanto de antigas distorções não corrigidas como através de falhas provocadas pela excepcional expansão das matrículas nas faculdades, e eram agravados por “pressões comunistas” que tensionavam explorar as deficiências existentes para incompatibilizar o corpo discente com as autoridades de ensino. Esse documento é interessante por demonstrar um lado da percepção dos agentes de inteligência em relação ao ME, afirmando que o Movimento estaria corrompido pelo “comunismo” e/ou “ideias subversivas”.

Para a inteligência ditatorial, o meio universitário apresentava uma infiltração comunista que, embora minoritária em termos globais, era majoritária dentro da parcela politizada dos estudantes. Esse dado demonstra que os próprios agentes constatam que

não são todos os estudantes que se envolvem no ME e se engajam politicamente, porém, aqueles que se engajavam acabavam preocupando a comunidade de informações por serem “subversivos”. O SNI também tinha plena ciência que o Movimento dos estudantes não era monolítico, isto é, composto somente por uma orientação política e um grupo. Identificavam que os esforços dos militantes “esquerdistas”, que tinham como objetivo a subversão da ordem nas escolas superiores, esbarravam no divisionismo entre as diversas correntes estudantis, além da recordação sobre episódios repressivos marcantes do período (AI-5, repressão policial, Decreto-Lei nº 477, etc), o fracasso da agitação nas ruas e a falta de lideranças. Ademais, os agentes destacavam as potencialidades das iniciativas governamentais (Projeto Rondon, Operação Mauá etc.) e a propaganda nacionalista para aproximar o governo aos estudantes, chegando a afirmar que o meio universitário, no curto prazo, não sofreria perturbações de maior profundidade²³. O relatório do SNI destaca, na sua visão, duas correntes que marcam o ME, sendo essas a corrente revolucionária e a corrente reformista.

A inteligência ditatorial afirma que a corrente revolucionária busca reorganizar o ME através de infiltrações nos Diretórios Acadêmicos (DA) e Centros Acadêmicos (CA). Além disso, estudantes dessa corrente buscavam combater a política “pequeno burguesa”, afirmando que os discentes, salvo raras exceções, oscilavam entre combater a sociedade burguesa ou nela ascender. Essa contradição daria origem ao dito “reformismo”. Segundo o documento, os revolucionários combatem os “reformistas” como se fossem seus piores inimigos. Essa corrente de extrema-esquerda advogava pela união entre o ME e o Movimento Operário-Camponês, afirmando que essa aliança seria fundamental para o desmantelamento do Estado burguês. A vanguarda desse movimento caberia ao proletário, que seria responsável pela tomada do poder e edificação do Estado socialista. Por fim, a linha de ação dessa corrente seria a contestação aberta, rejeitando as atividades clandestinas. Os estudantes que seguem essa linha estariam envolvidos em movimentos de indisciplina. Dessa forma, forçariam

²³ Este Plano Nacional de Informações foi produzido em 1971, ainda no auge da repressão política, momento em que o Movimento Estudantil (ME) se encontrava desmobilizado devido a intensa repressão. Essa avaliação final da inteligência transpassa um setor otimismo dentro da comunidade de informações, não prevendo o ressurgimento do ME na cena pública ainda na metade da década de 1970.

reações violentas das autoridades constituídas, esperando assim instigar uma reação em cadeia de protestos (SNI, AC/ACE – 43246/71, lauda 4, 1971).

A corrente reformista, ainda seguindo a análise do Serviço, também se proclamava revolucionária e defendia, a longo prazo, a destruição do regime capitalista e a instalação do socialismo no país. No entanto, os reformistas consideram necessário agir com prudência, tendo em vista as debilidades do ME. Essa corrente visava manter um clima de inconformismo e agitação nas faculdades, usando reivindicações aparentemente justas. Em lugar de pregar abertamente a conquista do poder, a luta é direcionada por objetivos delimitados e imediatistas, como o ensino gratuito, bolsas de estudos, restaurantes universitários, melhores condições de ensino, combate ao Decreto-Lei nº 477, etc. Além disso, pregam por uma Universidade Crítica. Essa perspectiva está centrada no conceito de uma instituição capaz de vincular o desenvolvimento científico com as necessidades do desenvolvimento social, além de dotar o universitário de uma visão global da sociedade em que se encontra inserido e das implicações sociais do seu trabalho. Esse projeto estaria em oposição à Universidade-Empresa, que teria por objetivo fornecer técnicos especializados para atender às necessidades dos grupos econômicos que dominam o país. A linha de ação adotada pelos reformistas seria motivar o meio universitário estudantil por meio de reivindicações aparentemente válidas, como debilidades educacionais, institucionais e burocráticas. Na percepção dos agentes, essas demandas tensionavam manobrar as massas estudantis, fazendo que os militantes ganhassem a confiança do meio estudantil para assim impor sua ascendência e liderança (SNI, AC/ACE – 43246/71, laudas 4-5, 1971).

A percepção da inteligência militar em relação ao ME, evidente no Plano Nacional de Informações produzido em 1971, evidencia que o SNI tinha ciência da complexidade do Movimento, criando essa divisão de correntes, entre revolucionários e reformistas, para melhorar a compreensão em relação a estas disputas. É possível perceber que os militares desconfiavam de ambas as correntes, não considerando legítimas as propostas levantadas pelos reformistas, afirmando que elas seriam apenas uma tática para a conquista do apoio estudantil, além de afirmarem que o fim dos reformistas e revolucionários seria o mesmo: a edificação de um Estado socialista. Em relação aos revolucionários, o receio seria justificável pela repulsa que essa corrente sentia para com

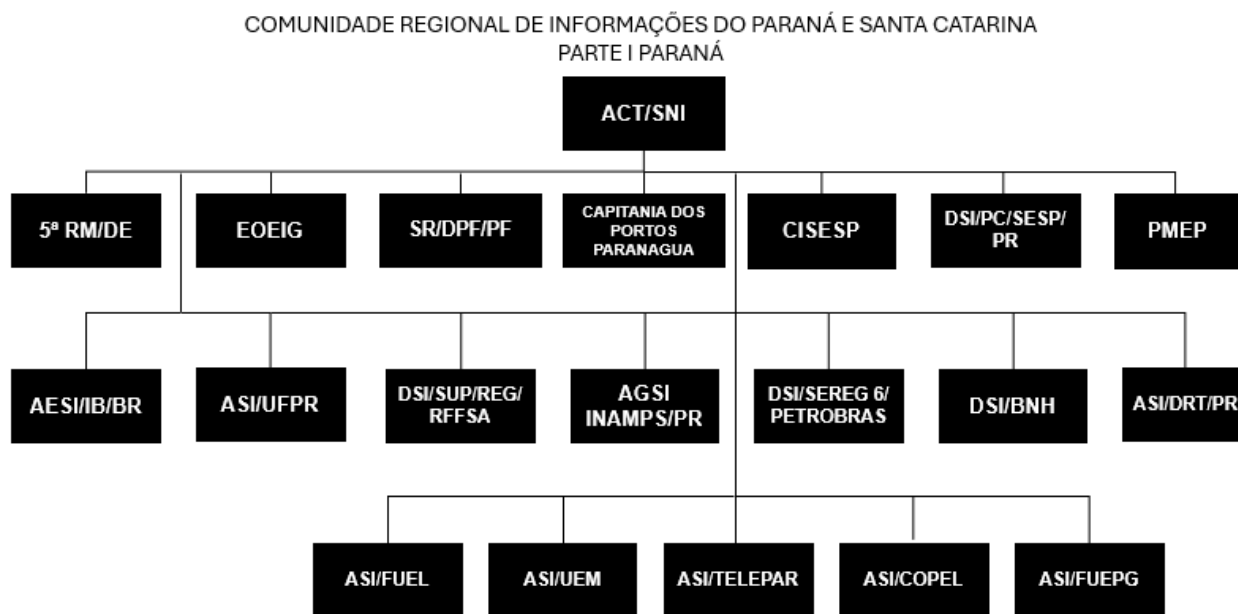
as instituições e as autoridades, visando apenas derrubá-las. Utilizando os conceitos do Serviço, é possível afirmar que o grupo Poeira, muito influente no ME do Norte Paranaense, se enquadra na corrente reformista, por se apoiar nas reivindicações estudantis e lutar, por meio do seu jornal estudantil e demais mobilizações, por uma Universidade Crítica.

A partir de 1967, ocorre uma reestruturação do aparato de informações do governo federal, aprimorando a comunidade de informações. Com isso, são criados as Divisões de Segurança e Informações (DSI), sendo representantes da comunidade em todos os ministérios civis. Essas entidades supostamente deveriam assessorar os ministérios no processo de tomada de decisão e em questões relacionadas à Segurança Nacional. Por conta de crescente influência do aparato de segurança e informações, nem sempre os ministérios conseguiam controlar a DSI que ficava sob seu comando formal. Por conta da contínua ramificação e edificação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), o governo estimula a criação de subdivisões da DSI, com o objetivo de vigiar instituições subordinadas aos ministérios, como empresas públicas, autarquias ou fundações. Isso leva ao surgimento das Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Entre 1971 e 1972, as universidades públicas criam as suas ASI, seguindo orientações do Ministério da Educação (MEC), e com isso o SISNI passa a ter presença dentro das instituições de ensino superior (MOTTA, 2008).

Havia uma estreita colaboração entre as ASI que atuavam dentro das universidades e os demais membros do aparato de segurança e informações, como as polícias estaduais, DOI-CODI, SNI etc. Como pontuado, existia uma permanente preocupação em relação aos militantes estudantis e à intelectualidade, isso fez com que a DSI do MEC tivesse uma atuação preponderante dentro do SISNI (FAGUNDES, 2013). Esse inchaço da comunidade de informações mostra que a lógica da suspeição regia sobre todos, ou seja, esses aparelhos de vigilância estatal vigiavam e monitoravam tudo, aliados do regime ou opositores. Essa espionagem em cima dos estudantes visava arrefecer seu ímpeto opositor, tendo em vista que esse segmento também sofria com as ameaças de legislações repressivas, como o Decreto nº 477, e com relatos de torturas sofridas por colegas.

De acordo com um relatório do SNI (AC/ACE – 8751/80, 1978), que trata sobre o sistema de segurança e informação no Paraná, a agência de Curitiba do Serviço mantinha contatos com as ASI de todas as principais universidades públicas do estado, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Além deste dado, o presente documento apresenta um organograma de como se constituía a comunidade de informações paranaense durante a ditadura, como está exposto abaixo:

Organograma 2:



Fonte: SNI, AC/ACE – 8751/80, lauda 12, 1978.²⁴

²⁴ Descrição das siglas: ACT/SNI – Agência de Curitiba/Serviço Nacional de Informações; AESI/IB/BR – Assessoria Especial de Segurança e Informações/Itaipu Binacional/Brasil; AGSI/INAMPS/PR – Agência de Segurança e Informações/Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social/Paraná; ASI – Assessoria de Segurança e Informações; BNH – Banco Nacional de Habitação; CISESP – Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública; COPEL – Companhia Paranaense de Energia; DSI – Divisão de Segurança e Informações; DPF/PF – Departamento de Polícia Federal/Polícia Federal; DRT – Delegacia Regional do Trabalho; EOEIG – Escola de Oficiais Especialistas e Infantaria de Guarda; FUEL – Fundação Universidade Estadual de Londrina; FUEPG – Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa; PC/SESP – Polícia Civil/Secretaria de Segurança Pública; PMEP – Polícia Militar do Estado do Paraná; RM/DE – Região Militar/Divisão de Exército; SR – Superintendência Regional; SUP/REG/RFFSA

Um dado curioso que o organograma apresenta é a ligação direta estabelecida entre as ASI e o SNI, não aparecendo o órgão intermediário que seria a DSI/MEC. De acordo com Motta (2014, p.200), era esperado que os agentes desses órgãos recebessem a devida formação técnica, bem como agir dentro das normas e padrões estabelecidos pelo Serviço. Ou seja, recebiam treinamento da ESG e/ou EsNI. Os quadros recebiam esse treinamento especializado na expectativa de suprir o SISNI com funcionários competentes, que saibam realizar bem as funções da comunidade de informações e seguissem os preceitos doutrinários estabelecidos pelo regime.

No caso da ASI/FUEL, ASI/FUEPG e ASI/UEM, as respectivas instituições universitárias não eram obrigadas a implementar os órgãos de informação, tendo em vista que os decretos reguladores das Comunidades Setoriais de Informações dos ministérios só previam agências nos órgãos federais (MOTTA, 2014, p. 196). No caso da FUEL, o reitor que implementou a ASI na universidade, Oscar Alves, justificou o ato afirmando que a Assessoria seria essencial para melhorar a segurança do campus (SILVA, 1996, p. 332). Já o seu sucessor, José Carlos Pinotti, além de reafirmar a importância da ASI para a segurança e proteção patrimonial, também destaca que os agentes do órgão foram capazes de desbaratar grupos fraudadores do vestibular da instituição e deter um grupo de assaltantes que atuavam no espaço universitário.

Um documento do SNI (AC/ACE – 168/79), preparado pela Agência Central, demonstra essa atuação defensiva que a ASI, em alguns momentos, assumia. Este relatório anuncia que, após o fechamento das entidades estudantis pela reitoria, a instituição sofreu dois atentados contra suas instalações. O primeiro atentado ocorreu no dia 4 de dezembro de 1978, quando o reitor tomou conhecimento, através de telefonema anônimo, que entre às 17 e 18 horas do mesmo dia, seria detonada uma bomba-relógio no interior do prédio administrativo. A ameaça, entretanto, não se efetivou e nenhum artefato explosivo foi encontrado.

– Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S.A.; SEREG 6 – Setor Regional 6; TELEPAR – Telecomunicações do Paraná; UFPR – Universidade Federal do Paraná; UEM – Universidade Estadual de Maringá.

O segundo atentado ocorreu na madrugada do dia 07 de dezembro de 1978, quando dois vigias do campus ouviram ruídos estranhos no matagal que ficava em frente da reitoria. Prevendo tratar-se de uma tentativa de assalto à universidade, um dos vigias comunicou-se com o serviço de rádio patrulha da cidade, que, prontamente, enviou uma viatura ao local. Ao chegar, os policiais efetuam o reconhecimento na área e identificam um veículo marca Ford “Maverick”, sem placas, de cor branca, sendo ocupados por três indivíduos. Ao perceberem a aproximação da viatura policial, os ocupantes do carro efetuam disparos contra os patrulheiros, os quais revidaram em seguida, sem, contudo, atingir os desconhecidos que fugiram. Os agentes terminam o reporte desses fatos afirmando que os atentados seriam uma represália contra a administração da FUEL por elementos que, utilizando-se do anonimato, tentam criar um clima de insegurança naquela universidade²⁵. Ou seja, a inteligência ditatorial, indiretamente, culpava o ME pelos atentados, que estariam efetuando ações de retaliação contra a medida da reitoria de fechar as entidades estudantis. A suspeita de atentado terrorista contra a administração universitária também motivou a difusão do relatório do SNI para os órgãos de inteligência das Forças Armadas²⁶.

Em relação ao ME em específico, o SNI preparou um relatório com o assunto: “Movimento Estudantil, retrospecto de 1978 e perspectivas para 1979” (AC/ACE – 980/79, 1978). Neste documento, a inteligência efetua um repasso histórico do ressurgimento do Movimento Estudantil na década de 1970²⁷. Em sua análise, a rearticulação estudantil ocorre em 1973, mantendo características político-ideológicas próprias. As atividades efetuadas pelos estudantes seriam panfletagens; greves (de

²⁵ A inteligência ditatorial reconhecia as ameaças anônimas como uma estratégia para espalhar o terror, sendo que o próprio aparato de segurança e informação se utilizava desse meio. Marcelo Oikawa, em entrevista com o autor, afirmou que chegou a receber ligações de madrugada, de amigos e professores, perguntando se estava tudo bem com ele. Essa abrupta preocupação em relação ao bem-estar do entrevistado ocorria após o recebimento de chamadas anônimas, onde eram informados que ele tinha sido preso ou morto.

²⁶ O Centro de Informações do Exército (CIE); Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) foram as agências de inteligência das Forças Armadas durante a ditadura, além das atividades de informação, essas agências também realizavam atividades repressivas e contraterroristas. Segundo Figueiredo (2005, p. 154), o SNI fornecia à inteligência militar informações que já estivessem consolidadas.

²⁷ Após os eventos repressivos de 1968, que culminou na imposição do Ato Institucional nº 5, o Movimento Estudantil acabou se desarticulando politicamente, com sua liderança presa durante a intervenção policial no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna (VALLE, 2010).

cunho político ou acadêmico); implementação de representações estudantis ilegais; realização de Encontros Nacionais de Estudantes; articulação de palestras, conferências e ciclos de debates; campanhas objetivando angariar a simpatia da opinião pública, mais especificamente do operariado; e ampliação da “doutrinação” no setor secundarista.

Os agentes identificaram o retorno do estudantado a cena pública, que se intensificou após a vitória eleitoral da oposição oficial (MDB) em 1974 e com o início do processo de distensão política, impulsionado pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Nessa nova fase, o ME passa a levantar como pautas principais a luta pelas liberdades democráticas e pela anistia. Como forma de mobilização e organização, o ME desenvolve muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas etc. (PELLICIOTTA, 1997). Um exemplo deste tipo de engajamento estudantil ocorre em Londrina, com a criação do Jornal e grupo estudantil “Poeira” do DCE-FUEL, que abordou problemas estudantis e questões políticas nacionais (FELISMINO, 2016).

Em específico, a inteligência ditatorial afirma que as bandeiras do Movimento, na década de 1970, passaram a ser a luta pela volta dos banidos e cassados, fim das prisões e torturas, fim do arrocho salarial, criação do Partido Socialista, liberdade sindical e direito de greve, união estudante-operário, campanha pela anistia e as demais manifestações de cunho acadêmico. Os agentes que produziram o informe afirmam que essas novas bandeiras apenas visavam ampliar a radicalização e a doutrinação das massas, porém, constatam que o ME não foi bem-sucedido na arregimentação efetiva da população (AC/ACE – 980/79, lauda 5, 1978). Além disso, relatam o grande número de palestras, conferências, simpósios e ciclos de debates organizados pelos estudantes, em que, na maioria das vezes, os convidados eram elementos de esquerda e da contestação ao regime²⁸.

Outro fator que incomodava o aparato de segurança e informações foi a crescente proximidade entre a oposição legalizada, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e certos setores do ME, que passaram a se envolver de forma ativa nos processos

²⁸ Desse seleto grupo de convidados, destaco alguns nomes: Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Paul Singer, Eduardo Matarazzo Suplicy, Terezinha Zerbini, Hélio Bicudo, D. Paulo Evaristo Arns, Oscar Niemeyer, Nelson Werneck Sodré etc. (AC/ACE – 980/79, laudas 24-25, 1978).

eleitorais que ocorriam, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Essa atuação pode ser evidenciada pelo relatório dos agentes, afirmando que:

Com a aproximação das eleições de 15 NOV 78, o ME, visando, ainda, a mobilização de massa, envolveu-se em manifestações públicas com políticos radicais do MDB ligados à “Frente Popular Eleitoral”, no RIO DE JANEIRO/RJ e SÃO PAULO/SP, valendo-se da exploração pela imprensa e escolhendo, para a realização desses eventos, locais e horários de grande afluência popular, à procura de provocar efeitos multiplicadores em termos de movimentação de massas, objetivo dos setores radicais do ME e do MDB. Houve, também, uma intensificação crescente em propaganda política no interior dos “campi” universitários, pelos mesmos políticos acima referidos, através de palestras e debates com os estudantes, onde, de maneira distorcida, mostravam fatos ligados à realidade nacional, além da distribuição de grande número de panfletos contendo críticas ao Governo (AC/ACE – 980/79, lauda 6, 1978).

O documento também pontua divergências dentro das correntes estudantis que se dividiam entre participar ou não do jogo eleitoral ditatorial, os setores céticos afirmavam que o apoio ao MDB e a ampla participação popular poderia ser usado como legitimação para as disputas eleitorais injustas, que sempre beneficiavam o partido do governo militar; já os segmentos que apoiavam a estratégia de participação afirmavam que as alianças políticas, feita com partidos ou demais entidades representativas da sociedade civil, potencializava e dava maior abrangência para as ações estudantis. No relatório do SNI é destacado a moção, aceita durante o IV Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), em que foi aprovado o apoio ao “voto no MDB”. De acordo com os agentes, essa decisão contrariou grupos ligados a tendência Liberdade e Luta (LIBELU), que pregavam o voto nulo.

A tendência estudantil LIBELU foi um dos diversos agrupamentos que surgiam com a recomposição do ME nos anos 1970, e esses grupos muitas vezes tinham estratégias, táticas e programas diversos. Essa heterogeneidade, com o desenrolar do processo de rearticulação, começa a apresentar contornos mais bem definidos. Mesmo com a diversidade de correntes e tendências, o processo de politização dos estudantes, visando a retomada das lutas políticas, possibilitou que a atuação dos grupos ganhasse destaque, o que facilitou a construção de uma unidade política entre as diferenças a partir de uma perspectiva centralizada de ação coletiva (PELLICCIOTTA, 1997). A complexidade desse processo não foi contemplada pela análise feita pela inteligência

ditatorial, que estava mais preocupada com as “ações subversivas” e a influência de grupos clandestinos de esquerda no alunado.

O SNI também tentava prever os próximos caminhos e desafios que os estudantes organizados iriam enfrentar. Com isso, no relatório do Serviço aparece as possibilidades do ME para o ano de 1979, onde os agentes destacam alguns pontos:

- a. Desenvolvimento do proselitismo por parte das lideranças estudantis esquerdistas [...] com vistas a mobilizar os calouros no propósito de levá-los a participar de eventos que procurem mostrar a insatisfação dos estudantes com relação ao novo Governo²⁹ que assumirá em Mar 79;
- b. O surgimento da União Nacional dos Estudantes – (UNE) [...] como uma decorrência natural do estágio de organização alcançado pelo ME, e, também, como uma forma de procurar tumultuar o ambiente político quando o novo Governo ainda estiver em fase de instalação;
- c. Radicalização das posições do ME, com as graduais e constantes investidas, ultimamente observadas, de elementos, particularmente trotskistas, junto aos estudantes, que pregam a derrubada do regime;
- d. Prosseguimento das greves, tanto as de cunho político como acadêmico, causando prejuízo aqueles que efetivamente desejam estudar, além do desperdício de recursos públicos [...];
- e. Surgimento de outros órgãos de representação estudantil, fugindo à legislação vigente³⁰(AC/ACE – 980/79, lauda 25, 1978 – grifos feitos pelos agentes).

Com base nas informações levantadas, é possível constatar que a perspectiva dos agentes de inteligência em relação a atuação política dos estudantes era que as suas organizações estavam “corrompidas” pela esquerda. Nessa visão, todas as bandeiras levantadas pelo ME eram deslegitimadas por serem apenas ferramentas de manipulação de massas para a “subversão”. Todas as ações dos estudantes, seja durante uma semana de recepção de calouros até eventos acadêmicos, teria como suposto objetivo de fundo o proselitismo que visava recrutar mais indivíduos para a sua causa política. Além disso, sua militância “causava prejuízo” para os alunos que efetivamente quisessem estudar. Isso mostra o receio da corrupção ético-política da juventude, que supostamente estaria mais exposta à propaganda e demais ações do comunismo internacional, e o

²⁹ Esse “Novo Governo” seria a gestão do general-presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, último governante da ditadura militar brasileira, seu mandato teve início em 1979 e se estendeu até 1985.

³⁰ Neste ponto, certamente os agentes fazem referência aos Diretórios e Centros Acadêmicos livres, que eram organizados pelos estudantes para serem entidades representativas libertas da burocracia universitária.

desdém em relação as atividades políticas desenvolvidas pelos estudantes, por considerá-las simples massas de manobra de outros grupos “subversivos”.

Essa preocupação em relação ao ME também pode ser evidenciada pela vigilância realizada pelas ASI nas comunidades acadêmicas, espionando professores, funcionários e alunos. Para Motta (2014, p. 201), os relatórios das Assessorias sobre as atividades estudantis tornaram-se mais numerosos após a intensificação das suas atividades políticas. Essas produções relatavam assuntos diversos como manifestações, reuniões e assembleias estudantis, onde eram identificados os alunos participantes e o teor das falas realizadas. Em relação aos informes feitos pela ASI/FUEL, era comum serem citadas, ou anexadas na íntegra, as edições do jornal estudantil “Poeira”, organizado e editado pelo grupo estudantil homônimo. Alguns desses relatórios tinham fotos em anexo, tiradas no momento dos eventos, com as lideranças devidamente assinaladas. Isso mostra como a vigilância é um pilar importante da repressão, por demonstrar não só quem está envolvido nas movimentações políticas, mas também quem são os “cabeças”, os líderes.

A lógica da suspeição e a vigilância constante não ficava restrita ao corpo docente e discente. O conteúdo das aulas, bibliografia e demais materiais didáticos também passavam pelo crivo dos agentes. Todos os indivíduos considerados para nomeações e posse para cargos nas universidades públicas precisavam apresentar um “atestado ideológico”, que eram emitidos pelo DOPS com base em informações coletadas pela comunidade de informações. Além disso, em muitos casos mesmo a escolha de paraninfos e os discursos de formatura precisavam da “benção” da inteligência para ser aprovado pela administração universitária. Obras de autores de referência da esquerda política eram proibidos de circular, sob determinação da DSI/MEC e fiscalização das ASI. Este último fato ocorria devido à preocupação dos agentes com o “saneamento moral” dos jovens (MÜLLER; FAGUNDES, 2014). No caso da FUEL, a vigilância não ficava restrita a comunidade acadêmica, pois, devido à grande influência do MDB em Londrina naquele período, os políticos da oposição legalizada e a atuação de seus militantes eram constantemente vigiados pela ASI dessa instituição, o que é uma característica singular.

Importante destacar que essa vigilância e repressão constante não foi um processo passivo, houve resistências por parte dos professores, funcionários e alunos.

Em um informe do SNI/PR, montado com base em informações coletadas pela ASI/FUEL, ficou registrado um forte posicionamento por parte da professora Maria Lucia Victor Barbosa. De acordo com o documento,

Em 12 Out 76, na reunião do Departamento de Filosofia e Estudos Sociais da FUEL, ocasião em que a Professora Chefe do Departamento comunicava aos membros presentes, o Veto da Reitoria à contratação de EDILSON LEAL DE OLIVEIRA (Advogado e Jornalista de tendência esquerdista), proposto para à disciplina de Ciências Políticas, a epigrafada interpelou rispidamente o Prof. ANTONIO CELSO MENDES da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros e também Coronel da PMPR, com as seguintes palavras: “Vocês fazem isso porque possuem armas e soldados atrás de vocês, porém vocês vão ver, isto um dia vai acabar, pois não há mal que sempre dure” (SNI/PR, ACT/ACE – 1717/81, laudas 2-3, 1978).

O corajoso pronunciamento da professora, confrontando um colega docente que também era coronel da PM paranaense, e sua avaliação sobre a futura mudança do contexto político mostra como era tenso as relações naquele contexto. Essa mudança de ares sentida pela professora pode ser debitada ao lento processo de distensão, que alimentava esperanças sobre a retomada do processo democrático. Mesmo estando sob a lupa da inteligência ditatorial, Maria Lucia ainda mantinha uma militância política proeminente, participando ativamente das campanhas eleitorais do MDB e mantendo contato com demais grupos opositores, dentre estes se encontra o próprio DCE/FUEL.

Outro dado interessante é o veto da reitoria à contratação de Edson Leal de Oliveira pelo fato de ter “tendência de esquerda”, ou seja, um veto motivado por orientação política, sem levar em conta os méritos acadêmicos e profissionais do perseguido, o que evidencia as diversas formas de violência presentes no regime ditatorial, muitas vezes interferindo na trajetória profissional de múltiplos indivíduos. Enquanto Maria Lúcia, que era o assunto central do presente documento, foi descrita da seguinte forma na apreciação sintética:

- Posição ideológica: Esquerdista
- Atitude com Relação à Rev 31 Mar 64: Contrária
- Atividades Subversivas: Simpatizante
- Probidade Administrativa: Não há registros
- Eficiência Funcional ou Profissional: Não há registros
- Conduta Civil: Não há registros (SNI/PR, ACT/ACE – 1717/81, laudas 4, 1978).

Essa simples catalogação ajuda a compreender os parâmetros analíticos onde os agentes buscavam enquadrar os indivíduos, e que, na ordem das categorias, a posição

ideológica e sua atitude em relação à “revolução de 1964” vem antes do que a probidade administrativa, o que demonstra que o extenso aparato de vigilância em vigor não visava a luta contra a corrupção, como verbalizava seus defensores, mas sim a perseguição ideológica e política. No caso da professora vigiada, que também trabalhava como socióloga da Companhia de Habitação (COHAB) de Londrina, a Agência de Curitiba do SNI emitiu um parecer desfavorável para a continuação dos seus trabalhos na COHAB, em virtude da sua atuação política e de seu marido. Esse parecer não se pautava em sua conduta profissional, centrando-se na atitude em relação ao regime e na suposta simpatia com atividades subversivas.

A ASI também acompanhava as críticas feitas por docentes contra a administração universitária, fato que, muitas vezes, culminava na demissão dos elementos críticos. A perseguição sofrida pelo professor Oswaldo Coimbra³¹ é um caso exemplar. Este docente acusou publicamente o reitor Oscar Alves de cometer arbitrariedades durante a sua gestão, protestos que contavam com as simpatias do estudantado e de certos segmentos da sociedade civil londrinense, mas que foram repudiados pela reitoria e pelos chefes dos departamentos do Centro de Educação, Comunicação e Artes. Poucos dias após denunciar os atos repressivos que marcavam a administração universitária de então, Oswaldo Coimbra foi demitido da FUEL, fato este que gerou protestos que foram divulgados pela imprensa. Os estudantes do curso de Comunicação Social decidem em assembleia, como forma de manifestar seu repúdio pela demissão do professor deste curso, não comparecer as aulas por três dias. A ASI/FUEL (Informação Nº 054/78) elaborou um histórico completo das atividades do docente perseguido, além de constar o motivo de sua demissão que, na visão institucional de então, seria consequência das acusações infundadas feitas contra a universidade e seus dirigentes.

Outro exemplo de resistência e indisposição perante os elementos que compunham o aparato de segurança e informações ocorre em 1986, ou seja, já no primeiro governo civil pós-ditadura. Em um documento produzido pela 2ª Seção da PMPR, anexado pelo SNI, é relatado a “discriminação” de professores indicados para se

³¹ O NDPH conta com um fundo documental, cedido pelo nominado, que detalha este caso de perseguição. O catálogo da Coleção Oswaldo Coimbra encontra-se disponível no link: <<https://sites.uel.br/ndph/wp-content/uploads/2022/08/OC.DOSSIE-RPU.pdf>>.

especializarem na Escola Superior de Guerra (ESG). Dentre esses docentes, temos Luiz Emílio Ferreira Bueno, que era professor do Departamento de Geo-Ciência e Ex-Chefe da já extinta ASI/FUEL, e Raul Silva, que era professor adjunto do Departamento de Ciências e Letras e 2º tenente reformado do exército brasileiro. A causa do atrito entre os nominados e os colegas não foi somente a indicação dos mesmo para se especializarem na ESG, mas os benefícios que receberam da universidade. No caso de Raul Silva, ele recebeu ajuda de custo e vencimento integral durante toda a sua permanência na especialização. Essa medida mobilizou os docentes, que protestaram exigindo que tais benefícios fossem aplicados para todos os docentes que buscassem se especializar, anulando esses benefícios seletivos que eram concedidos pela reitoria. O presente caso mostra que, mesmo com o “fim” da ditadura, ainda permanece algumas continuidades, como a perpetuação de benesses e o não afastamento de elementos que eram fortemente ligados com a comunidade de informações. A própria decisão do Conselho Universitário da FUEL, que decidiu destruir ao invés de conservar o acervo da ASI (SILVA, 1996), mostra que houve uma tentativa de apagamento do passado autoritário, não uma reflexão e correção das arbitrariedades cometidas.

A paulatina transição política motivou os agentes a pontuarem, em documento datado de 1983 (ACT/ACE – 4036/83, 1983), certas debilidades presentes no sistema de informação do sul do Brasil. Um dos pontos elencados foi a abrangência da jurisdição da Agência de Curitiba do SNI, que cobria os estados de Santa Catarina e o Paraná, vigiando mais de quinhentos municípios. Essa subsede do Serviço não tinha o pessoal necessário e possuía pouca inserção no território catarinense, além de não contar com a infraestrutura necessária para realizar tal tarefa. Outro fator de incomodo para os funcionários da Agência curitibana foi o encerramento das atividades da ASI/FUEL, pontuando que

A situação é ainda mais difícil face à liberação aprovada durante o I FÓRUM DE DEBATES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, realizado no período de 19 a 23 de ABR 83, propondo a extinção da ASI/FUEL. Como se sabe, esta Agência sempre contou com a valiosa colaboração da ASI/FUEL, para a execução de suas atividades no que se refere aos acontecimentos ocorridos naquela região do Norte do Estado. A ASI/FUEL ainda não foi extinta, mas está praticamente inativa desde aquela deliberação, sendo que seu arquivo foi recolhido ao DPF/PR (ACT/ACE – 4036/83, laudas 2-3, 1983).

Esse trecho traz duas informações essenciais, a primeira é a constatação que a ASI da universidade londrinense encerrou suas atividades em 1983, após deliberação interna. A segunda é a confirmação que as atividades de vigilância dessa entidade não se restringiram para as atividades da comunidade acadêmica, abrangendo suas funções para toda a região norte do estado e tendo mérito reconhecido pela sua agência coordenadora. Muitos relatórios e informes preparados pela ASI, posteriormente encaminhados ao SNI, recebiam conceito A de avaliação, ou seja, eram tidos como avaliações fidedignas, o que mostra a relativa confiança de que gozava essa Assessoria universitária dentro da comunidade de informações. Ademais, as críticas pontuadas mostram os atritos gerados pelo processo de transição que, mesmo sendo “lenta, gradual e segura”, não recebeu pleno apoio da comunidade, que temia a posterior perseguição dos perseguidos, processo que chamaram de “revanchismo”. Os agentes também reclamavam da morosidade dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em atender os seus pedidos e solicitações, além da falta de colaboração com o PMDB, que governava o Paraná naquele período. Para contornar essa situação, foi sugerido a instalação de escritórios ou núcleos em Florianópolis e na região norte do Paraná, especialmente em Londrina. A ramificação catarinense seria fundada para suprir a demanda de vigilância sobre este estado, enquanto a seção londrinense seria responsável por preencher o vácuo aberto pelo encerramento da ASI/FUEL.

O papel da ASI/FUEL na vigilância sobre assuntos de relevância que ocorriam na região norte do estado também foi exaltado pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), mostrando que a assessoria universitária mantinha bons contatos de troca de informações com os elementos que compunham a comunidade de informações. Em documento preparado pela DPF, fica destacado que

No tocante ao relacionamento com órgãos de informação da região [de Londrina], esta DPF troca dados e informações especialmente com a POLÍCIA MILITAR e a ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES – (ASI) da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL). Esta, aliás, contribuiu muito com o bom desempenho e desenvolvimento de nossos serviços (SNI-PR, ACT/ACE – 2599/82, lauda 4, 1982).

Este relatório demonstra que, mesmo em seus momentos finais, a ASI/FUEL foi considerada um pilar importante na produção de informações na região de Londrina. Sua

vigilância ia além da comunidade universitária, sendo que sindicatos, partidos, políticos, manifestações e greves, de qualquer tipo, eram matérias de relatórios, não apenas as atuações de discentes e docentes universitários. Inclusive as atividades do movimento estudantil secundarista, que mantinha contatos estreitos com seus correlatos do ensino superior, e as atividades reivindicativas dos professores do estado do Paraná também passavam pelo escrutínio da ASI. Segundo Célia Regina de Souza, em entrevista concedida ao autor, esses atos cometidos pela ASI contra toda a região norte do estado é algo que precisa ser reconhecido institucionalmente, pela Universidade Estadual de Londrina, e desculpado publicamente.

A formação dos funcionários de inteligência, a permanente lógica da suspeição, a forma como pensavam e agiam foi pontuada pelo presente capítulo. Além disso, as resistências e a paulatina desarticulação do esquema de vigilância universitária também ficou registrado. Mas como esse sistema se articulou em Londrina? Quais foram os motivos e os administradores responsáveis pela implementação? Qual seria o papel jogado pela ASI dentro da burocracia institucional e do aparato repressivo? As múltiplas fases da FUEL e a edificação dos sistemas internos de segurança e informação serão trabalhos no seguinte capítulo.

2. As origens da Universidade Estadual de Londrina e a ditadura militar.

A expansão do ensino superior brasileiro durante o período ditatorial se enquadra no projeto de modernização conservadora imposto pelo regime. Segundo Barrington Moore Júnior, essa modernização é caracterizada por uma coligação entre os setores influentes das classes fundiárias e os interesses comerciais e industriais emergentes. A elite urbana emergente, por ser demasiada fraca e dependente para tomar o poder, por meio de uma revolução burguesa popular, e governar por si própria, faz uma aliança com as antigas oligarquias para garantir sua acumulação e estabilidade. Esse processo de mudança, dirigido pelo Estado, ambiciona a construção de uma indústria moderna. As contradições entre os elementos antigos e novos que compunham as elites dirigentes, durante o processo de revolução conservadora, eram mantidas sobre controle porque: “As recompensas materiais e outras [...] eram bastante substanciais para ambos, desde que conseguissem manter os camponeses e os operários no seu lugar.” (MOORE JR, p. 434/435, 1983). Um governo conservador repressivo tem um papel crucial nesse processo, por estimular e controlar o desenvolvimento econômico, simultaneamente. Além de conter os descontentamentos das classes inferiores, que pagam o custo dessa modernização, por meio do convencimento e/ou repressão. É importante destacar que um dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional, pensamento que guiou os governos ditatoriais e seu aparato repressivo, foi a máxima: “Desenvolvimento com segurança”.

A acomodação das elites no Brasil, que se expressa no projeto de desenvolvimento conservador imposto pela ditadura, foi apontado por Florestan Fernandes, ao declarar que

[...] a burguesia [brasileira manteve] múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações (FERNANDES, 2006, p. 240).

Nisso vemos o arranjo entre as “velhas” elites oligárquicas e as “novas” elites urbano-industriais. Esse processo não foi isento de conflitos e contradições. A própria expansão das universidades brasileiras durante a ditadura, incentivando a criação de

programas de pós-graduação e aumento de vagas no ensino superior, ocorre em um período de extrema perseguição contra acadêmicos tomados como “subversivos” e certas limitações a direitos fundamentais, como a liberdade de cátedra e de expressão.

Antes do golpe de 1964, a questão da necessidade de modernizar as universidades brasileiras entrou em pauta, pois elas não estavam voltadas para a produção de pesquisa e não produziam, de forma eficiente, a mão de obra qualificada que garantiria o desenvolvimento do país. O crescimento do número de vagas nas instituições de ensino superior, durante o período entre 1940 e 1960, não acompanhou o aumento da demanda, que seguia o surto industrial, a urbanização e a explosão demográfica. Isso fez crescer as pressões da sociedade civil, especialmente os segmentos estudantis, que demandavam uma solução para esse problema. No contexto político conturbado do início dos anos 1960, esse debate tornou-se polarizado, mesmo havendo consenso sobre a necessidade de reformas. Setores ligados à esquerda demandavam que as universidades, além de atender as demandas desenvolvimentistas, tinham que estar voltadas para as causas sociais e buscar a inserção das classes populares no ensino superior. A demanda de reforma universitária foi incorporada às reformas de base propostas pelo governo João Goulart, porém, devido à instabilidade e posterior deposição, não foi possível estabelecer uma política universitária consistente. No campo da direita, as reformas deveriam transformar as universidades em instituições eficientes e produtivas, formando os quadros necessários para o desenvolvimento econômico e para a administração pública, não se preocupando com demandas populares (MOTTA,2014).

As discussões sobre os caminhos que a reforma universitária deveria seguir não se encerra com a queda de Jango em 1964, tendo em vista que, no campo golpista, não houve consenso quanto aos rumos da política universitária. Havia setores do novo regime que se identificavam com valores liberais, propondo cortes de gastos governamentais e buscavam se aproximar do modelo universitário estadunidense. Entre o empresariado e técnicos da área econômica se discutiu, nos meses iniciais da ditadura, propostas de cobrar mensalidades dos estudantes universitários. O governo Castello Branco, que foi mais próximo das propostas liberais, incluiu na Constituição de 1967 dispositivos que tornavam possível a cobrança de contribuições pelas universidades públicas, além de

desvincular a União do seu compromisso com gastos mínimos em educação (MOTTA, p. 71, 2014). A Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL) já nasce inserida nesse projeto, com estrutura de fundação mantida com contribuições do município de Londrina, do estado do Paraná e dos estudantes. Esse projeto foi fortemente combatido pelo Movimento Estudantil da FUEL, que transformou a luta contra as mensalidades em uma de suas principais bandeiras.

A FUEL foi criada pelo Decreto nº 18.110, no dia 28 de janeiro de 1970. A nova instituição agregou as faculdades pré-existentes na cidade, sendo estas a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (FAFI); Faculdade Estadual de Direito de Londrina (FEDL); Faculdade de Medicina do Norte do Paraná (FMNP) e Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina (FECECOL). O ato de criação da universidade dissolveu as instituições citadas e absorveu seu corpo de funcionários nos novos departamentos criados, todos dentro de um mesmo regimento e estatuto³².

Antes da criação da FUEL, foi cogitada a inauguração da Universidade Federal do Norte do Paraná (UFNP). A proposta foi levantada pela Fundação Educacional Paranaense de Londrina (FEPAL), o movimento pró-criação da UFNPP nasceu em Londrina, entre os anos 1967 e 1968. Tal proposta foi ouvida e aceita pelo Diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação. No entanto, a FEPAL ficou encarregada de criar um clima propício para a instalação, pelo governo federal, da nova instituição universitária. Estes trabalhos foram feitos com a visita da equipe da FEPAL em cidades do norte paranaense³³, encontrando-se com Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores para conseguir apoio (SILVA, 1996). A proposta de uma instituição de ensino superior federal foi formulada porque a FEPAL considerava que a União tinha mais recursos para efetivar a implementação de tal entidade. Um dado interessante é que o próprio Movimento Estudantil da FUEL levantou a bandeira da federalização também devido aos maiores recursos federais, dando a possibilidade de

³² BARTALO; MAESTIMA; SILVEIRA; MONÇÃO; CALDERON; SOUTO. Contribuição das antigas faculdades de Londrina na implantação da Universidade Estadual de Londrina, p. 47. In: **Anais do IX Encontro Catarinense de Arquivos**.

³³ Municípios visitados: Carlópolis, Paranavaí, Cianorte e Maringá.

lidar com a falta de docentes e demais debilidades nas áreas de ensino identificados na Universidade.

Vendo esta movimentação em favor da criação da UFNP, o governo do estado adotou medidas e elaborou estudos para reorganizar a rede de escolas de ensino superior espalhadas por várias cidades do Paraná. Esta medida já seguia as orientações fixadas pela Lei Federal nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, a Reforma Universitária feita pela ditadura, que fixou normas de organização e funcionamento dos cursos de nível superior. Ademais, a expansão da rede viária, com o asfaltamento das principais estradas, tornou atrativa a ideia de implementar Universidades no norte paranaense (SILVA, 1996). O crescimento demográfico de Londrina, que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 75.930 habitantes em 1940 para 231.688 em 1970, fez aumentar a pressão sobre o governo. O processo de urbanização, que resultou no crescimento da cidade, provocou a expansão do aparelho urbano de serviços, levando a uma maior complexidade ocupacional e o crescimento da nova classe média³⁴. Esse novo ator político que surge vê o ensino superior como um instrumento de ascensão social, atuando como grupo de pressão para a regulamentação do ensino superior e a criação jurídica da Universidade, buscando, dessa forma, garantir o prestígio e a maior repercussão prática e profissional à formação superior. Segundo Saes (2020), a nova classe média toma as instituições de ensino superior como instrumentos para se valorizar socialmente, e não como uma instituição onde se produz e se difunde ciência.

O ex-governador Paulo Pimentel (1966-1971), seguindo uma linha de modernização conservadora, funda a FUEL, visando gerar um maior crescimento socioeconômico para Londrina e a região norte do Paraná³⁵. Essa decisão acabou frustrando a pretensão da FEPAL em criar a UFNP³⁶. O governo estadual nomeou, dentro de uma lista sêxtupla, Ascêncio Garcia Lopes como primeiro reitor, dando a ele a difícil

³⁴ A nova classe média surge com a diversificação dos empregos, surgimento de novas especialidades, valorização de novos conhecimentos e habilidades. Além de ocupar cargos de gerência e direção, apoiando-se na hierarquização das ocupações. Décio Saes define essa classe com profundidade em sua obra: "Classe média e sistema político no Brasil" (1984).

³⁵ Além da UEL, o governador Paulo Pimentel também funda as universidades estaduais de Ponta Grossa (UEPG) e de Maringá (UEM).

³⁶ SILVA, 1996, p. 29.

tarefa de construir a universidade. Antes de assumir este cargo, Ascêncio atuou como primeiro diretor da FMNP.

O impulso modernizador que levou à criação da FUEL está em consonância com o projeto modernização conservadora do governo ditatorial que, durante a década de 1970, fez importantes investimentos científicos e tecnológicos visando a expansão de cursos e vagas na pós-graduação. Sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional, a educação superior e a pesquisa científica teriam papel estratégico para o desenvolvimento do país, formando capital humano qualificado e criando tecnologias nacionais. Porém, como destaca Motta (2014), a política da ditadura para com as universidades foi marcada por uma forte contradição, pois, ao mesmo tempo em que houve forte vigilância e repressão sobre a comunidade acadêmica, ocorre também um importante processo de expansão no número de vagas para graduação e pós-graduação.

A pesquisa pôde identificar, por meio da análise de depoimentos dados por figuras-chave à Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban, que a UEL passou por dois períodos marcantes: O primeiro período compreende a gestão de Ascêncio Garcia Lopes, que começa em 1970 e termina em 1974. O segundo período tem início logo após o fim do mandato de Ascêncio e se estende até 1982, compreendendo as gestões de Oscar Alves e José Carlos Pinotti. Neste segundo momento, o clima repressivo contra os estudantes e professores ganhou intensidade, pois o período foi marcado pela implementação da Assessoria de Segurança e Informações (ASI-FUEL) e por demissões em massa de docentes contratados pela primeira gestão.

Segundo Motta (2008), o posicionamento das reitorias durante a ditadura militar variou entre três possibilidades: colaboração irrestrita, colaboração com limites e tentativa de minimizar os efeitos da repressão. As administrações universitárias públicas tinham graves limitações para fazer frente ao governo militar, tendo em vista que qualquer posicionamento de oposição explícita poderia culminar na cassação das chapas dirigentes da comunidade acadêmica. Além disso, por serem escolhidos em listas sêxtuplas pelo governo, seja no âmbito federal ou estadual, muitos reitores eram escolhidos por terem proximidade com as diretivas do regime. As motivações que levavam os administradores universitários ao apoio ao regime podem derivar tanto de

oportunismo, esperando ganhos materiais e/ou favorecimentos de suas carreiras, quanto afinidade ideológica com os valores da ditadura.

O período de Ascêncio Garcia Lopes na reitoria da FUEL pode ser enquadrado como uma administração que tentou minimizar os impactos da repressão no meio acadêmico, permitindo a livre expressão dos discentes, incentivando a participação destes nos conselhos deliberativos da universidade e garantindo eleições livres e regulares para o Diretório Central dos Estudantes (DCE-FUEL). Outro ponto relevante é que sua gestão foi marcada pela contratação de docentes sem a necessidade de que estes apresentassem atestado ideológico, documento emitido pelo DOPS dando garantia que os portadores não possuíam atividade política “subversiva”, algo que era recorrentemente exigido para a ocupação de cargos no funcionalismo público.

A outra fase da FUEL, que compreende as gestões de Oscar Alves e José Carlos Pinotti, foi marcada pelo alinhamento da reitoria com o governo ditatorial, efetuando uma colaboração irrestrita. Nesta época foi criada a Assessoria de Segurança e Informações (ASI-FUEL) e uma guarda patrimonial com treinamento militar que cerceava as atividades do Movimento Estudantil (ME). Ademais, houve demissões em massa de docentes que não eram afinados com a reitoria e ocorre o fechamento das entidades de representação estudantil, DCE e Diretórios Acadêmicos Setoriais (DAS), devido a militância política de certos segmentos do estudantado. As contratações de novos professores também passaram a exigir o atestado ideológico do DOPS, além dos candidatos a vagas passarem pela avaliação da ASI, que barrava os “subversivos”.

2.1. Gestão de Ascêncio Garcia Lopes (1970-1974): um começo promissor em tempos sombrios

Com a criação da FUEL, o governo do estado nomeou como primeiro reitor o doutor Ascêncio Garcia Lopes, que foi designado para cumprir um mandato que se estendeu desde 1970 até 1974. Mesmo com a gênese da universidade tendo ocorrido durante o governo Médici (1969-1974), que foi marcado por forte repressão e perseguição aos opositores do regime, a sua implementação ocorre dentro de um ambiente interno promissor e de entusiasmo. Nesta primeira administração da reitoria, o

crescimento acadêmico e científico foi priorizado, garantindo certas liberdades de diálogo institucional. Durante seu mandato, foram criados 17 cursos de graduação. Além disso, o reitor definiu a área e implantou o Campus Universitário.

A construção dos edifícios no campus e a estrutura burocrático-administrativa da FUEL seguiu os preceitos estabelecidos pela Reforma Universitária feita pela ditadura: os prédios ficariam distantes uns dos outros, com escadarias, salas de aulas com acesso diferenciado para professores e alunos. Essas medidas foram implementadas visando evitar aglomerações e passeatas. Além disso, foi estabelecido o sistema de crédito em lugar do seriado; o quadro de carreira acadêmica dos docentes foi modificado, assim como foram implementadas mudanças no plano de carreira funcional dos docentes e funcionários. Outra medida, que acabou revoltando os segmentos discentes, foi que o ensino passou a ser pago (CAOBIANCO, p. 47, 2007). Na sua inauguração, a Universidade Estadual de Londrina possuía o status de Fundação mista, com contribuições do governo do estado e do município, além da contribuição discente. Segundo Ascêncio (Apud SILVA, p. 327, 1996), essa estrutura dava uma versatilidade administrativa muito boa para a entidade, pois garantia uma maior autonomia financeira. Esse quadro mostra que a universidade implementada pelos militares era muito mais hierarquizada e rígida, gerando atritos com o ME.

O status de Fundação, mesmo conferindo certa autonomia administrativa e financeira, como colocou Ascêncio (1996), acabava limitando a autonomia e a liberdade de cátedra dos docentes. Os professores não eram concursados, não tinham estabilidade no seu cargo, eram contratados em regime celetista, muitas vezes atuando com contratos temporários. Essa falta de garantias acabou concedendo poderes discricionários à administração universitária, sendo que os funcionários mais críticos ou incômodos poderiam facilmente ser demitidos. Tais prerrogativas foram largamente utilizadas após o fim da gestão de Ascêncio, tendo ocorrido demissões em massa de docentes que possuem vínculos com o antigo reitor.

Segundo depoimento dado por Ascêncio à Comissão Estadual da Verdade, durante a sua gestão a reitoria atuou com transparência, não agindo de maneira autoritária. Todas as contratações, compras de material e demais atividades da administração eram registradas em um opúsculo, que contava também com informações

relativas a atividades e eventos acadêmicos, tal documento era divulgado para toda comunidade universitária. Esse boletim foi publicado mensalmente até o último mês da gestão de Ascêncio. Para auxiliar na tarefa de elaboração dos estatutos para os centros que estavam sendo fundados, o reitor contrata três professores vindos de São Paulo. Um da área de ciências exatas, outro de humanidades e, por fim, outro de biológicas. Essa mescla formou a heterogeneidade que compõe a universidade, priorizando as três grandes áreas do conhecimento.

Os primeiros concursos públicos realizados para contratar professores para a universidade tinham caráter nacional. Não houve imposição de barreiras para docentes que tivessem sido cassados pelo regime em outras instituições devido a fatores ideológicos. De acordo com Ascêncio, as contratações apenas consideravam critérios acadêmicos e a atuação profissional dos docentes, não sendo necessária a apresentação do atestado ideológico emitido pelo DOPS, documento que era recorrentemente exigido para as carreiras no serviço público. Estas ações da reitoria estavam em consonância com seu objetivo, que seria a construção de uma universidade modelo. Ademais, a cassação de docentes em outras instituições de ensino superior, com enfoque especial à USP, possibilitou que estes profissionais qualificados fossem recrutados para a tarefa de construção da FUEL. No total, foram contratados 78 docentes provenientes de outras regiões do país, vários foram perseguidos pela ditadura nos seus estados de origem³⁷.

Para Motta (2014, p. 293-294), a contratação de docentes classificados como “subversivos” e visados pelos órgãos de inteligência (OI) fazia parte das contradições presentes na política universitária do regime ditatorial que, ao mesmo tempo possuindo um forte conservadorismo reacionário, também possuía pretensões desenvolvimentista e modernizadoras. Isso pode ser evidenciado pela atitude tanto de membros do governo quanto dirigentes universitários que trabalharam para evitar dispensas e liberar contratações, contrariando indicações feitas pelos OI. Tais atitudes foram tomadas porque os administradores tinham interesse nos talentos dos profissionais, o que justificava a tolerância política.

³⁷ Relatório da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban, p. 188, 2014.

O primeiro reitor também se mobilizou a favor da criação do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina (DCE-FUEL), sendo que havia uma discussão dentro da comunidade discente sobre a criação ou não de tal entidade. O aluno Márcio Almeida, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderou o movimento em favor da criação do DCE, tendo como oposição os diretórios setoriais de Odontologia, Direito e Economia. Um dado relevante é que tais entidades são anteriores ao diretório central por terem se constituído nas faculdades predecessoras da FUEL.

A Resolução nº 110/72 da FUEL criou o DCE, órgão máximo e oficial de representação dos alunos matriculados, possuindo assentos nos conselhos administrativos e deliberativos da instituição. A elaboração do regimento do DCE ficaria a cargo de uma comissão nomeada pela reitoria. O mandato de cada diretoria teria a duração de um ano. Todo estudante era obrigado a votar, caso contrário seria suspenso por setes dias letivos. Em cada Centro poderia ser constituído apenas um Diretório Acadêmico Setorial que, obrigatoriamente, deveria se adaptar à Resolução, tendo de prestar contas de sua gestão financeira ao Conselho de Administração, apresentando relatório das atividades acompanhado de balanço documentado (CAOBIANCO, p. 48, 2007). Essa Resolução mostra que a administração universitária, mesmo durante o mandato de Ascêncio Garcia, impôs certas medidas que caracterizavam a política autoritária do período ditatorial, como a obrigatoriedade do voto nas eleições estudantis, tendo em vista que uma das estratégias de luta adotada pelo ME no período era o boicote de tais processos eleitorais. Ademais, a criação do DCE e dos Diretórios Setoriais foi uma atitude burocrática da reitoria, visando atender a legislação educacional do período e as orientações do MEC, além de controlar as atitudes dos alunos por meio do Regimento e do Estatuto universitário.

A primeira chapa dirigente do DCE-FUEL, escolhida por meio de eleições livres, diretas e reconhecidas pela reitoria, foi constituída por uma frente ampla de esquerda e centro, sendo encabeçada por Márcio Almeida. Essa aliança política construída possibilitou a formação de grupos de estudantes, vindos dos diferentes centros, dentro da entidade. Esta primeira gestão se focou em criar grupos de base voltados para literatura, grupos de teatro, grupo de imprensa estudantil, grupos de esporte e concursos

de literatura. Este trabalho de base, realizado pelo nascente Movimento Estudantil da FUEL, adveio da experiência prévia que muitos discentes tiveram na União Londrinense de Estudantes Secundaristas (ULES).

O primeiro órgão de divulgação do DCE-FUEL foi o jornal Terra Roxa, que era diretamente ligado ao diretório e sua gestão. Porém, logo depois, foi criado o jornal Poeira, que era vinculado ao grupo homônimo, sendo, portanto, um jornal no DCE e não um jornal desta entidade. Isto ocorreu porque, com o fim da primeira gestão, uma chapa conservadora, liderada por Nilo Dequech, ganha as eleições estudantis e fica com o controle da maioria dos diretórios e do jornal Terra Roxa. Essa perda eleitoral foi um dos principais fatores que levaram à criação do grupo “Poeira”³⁸, que surge como uma reação dessa derrota.

Ao longo do mandato da primeira reitoria, não houve interferências da administração universitária nas atividades do DCE. A única exigência feita pela instituição era que a entidade representativa dos estudantes agisse de acordo com os regimentos e normativas da FUEL. Além disso, o Conselho Universitário preparou e aprovou a resolução que regulamentava as eleições para o recém-criado órgão estudantil e demais Diretórios Setoriais. O clima de boa convivência com os estudantes, que contrasta com as administrações posteriores, pode ser demonstrado com a decisão do Conselho Administrativo da instituição que, no dia 03 de outubro de 1972, autorizou os estudantes a trazerem políticos para exporem suas plataformas junto aos acadêmicos, pedindo apenas que disciplinem os convites para não haver prejuízo das aulas (SILVA, p. 154, 1996).

Ascêncio relatou à Comissão Estadual da Verdade que não era incomum as reclamações em relação aos problemas que a nascente universidade sofria, dificuldades estas que decorriam justamente devido ao fato de a instituição estar nas suas fases iniciais, tendo que lidar com falta de recursos e apoio governamental às suas demandas. Porém, mesmo com as adversidades, havia um consenso relativo dentro da comunidade universitária que prezava pelo crescimento e consolidação institucional.

³⁸ O nome do grupo faz referência a canção “Volta por cima” de Paulo Vanzolini, em especial o trecho: “Reconhece a queda / e não desanima. / Levanta, sacode a poeira / e dá a volta por cima”. Os estudantes escolheram esse nome para representar sua resiliência e reorganização, visando a reconquista dos espaços perdidos, algo que, como será demonstrado, foram bem-sucedidos.

O descontentamento dos estudantes não estava somente direcionado às debilidades da recém-criada universidade, mas também à política universitária imposta pela ditadura militar. A FUEL foi fundada seguindo um molde público-privado, ou seja, contava com as contribuições dos estudantes, que pagavam mensalidades. Este fato foi fortemente criticado pelo Movimento Estudantil da FUEL ao longo do período ditatorial, que apontava esse aspecto como sendo uma tentativa de privatização do ensino público e por dificultar as finanças dos estudantes, que muitas vezes abandonam os estudos devido aos custos.

Em relação à atuação da repressão durante seu mandato, Ascêncio relata dois casos graves. O primeiro caso diz respeito a prisão do professor de medicina preventiva Nelson Rodrigues dos Santos, que ficou preso por volta de 10 e 15 dias, não sendo sua família ou a reitoria notificada sobre o fato. Este docente, além de ser referência nacional e internacional na sua área, também foi nomeado pelo primeiro reitor para o cargo de diretor do Centro de Ciências da Saúde (CCS-FUEL). Nelson já tinha sofrido com a repressão em São Paulo devido ao seu passado como militante do PCB, possuindo uma ficha no DOPS. Em Londrina, envolveu-se fortemente na tarefa de compor a equipe de saúde pública e fez parte do time que formou o curso de medicina da FUEL. Os ataques repressivos contra este docente sempre contaram com a resistência dos seus colegas e dos estudantes, que se solidarizavam com Nelson e repudiavam tais medidas autoritárias.

O segundo caso ocorre com a sucessão do governo do estado do Paraná, quando o novo governador, Haroldo Leon Peres (ARENA), pede que Ascêncio Garcia entregue o cargo de reitor porque necessitava do mesmo para suas manobras políticas. Este se nega, argumentando que fora escolhido para cumprir um mandato de quatro anos pelo qual foi eleito. Ademais, como resposta ao pedido do governador, Ascêncio requisitou audiência com Alfredo Buzaid, então ministro da justiça do governo Médici. Segundo o então reitor, Buzaid o tranquilizou mostrando o processo de cassação de Leon Peres, que foi afastado do governo devido a um escândalo de corrupção. Esse forte atrito entre o governo estadual e a reitoria também pode ter sido motivado pela proximidade que o então reitor tinha com o ex-governador, Paulo Pimentel, que era adversário político do então governador incumbente. O próprio campus universitário foi nomeado como Cidade

Universitária Paulo Pimentel no primeiro Estatuto da Universidade, porém, segundo o próprio Ascêncio (Apud SILVA, p. 324/325,1996), esta homenagem foi retirada pelo seu sucessor.

As manobras de Leon Peres para interferir na FUEL quase culminaram numa intervenção direta do governo estadual na reitoria, com o afastamento do então reitor e vice-reitor. O Superintendente do Ensino Superior, representante do governo estadual, elabora um documento justificando a possível intervenção na FUEL, afirmando que o reitor detém muitos poderes, maiores que o próprio Conselho Universitário, além de possíveis irregularidades administrativas e financeiras constatadas na instituição. A intervenção não chegou a se efetivar porque o professor convidado a ser o interventor não aceitou a função, por considerá-la ilegal, e devido a posterior queda do governador.

Faltando três meses para acabar seu mandato de reitor, Ascêncio recebeu um ofício do então ministro da educação, Ney Braga, solicitando que fosse criada uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI) para vigiar a comunidade universitária, sendo um órgão que teria ligação direta com a DSI/MEC e com a comunidade de informações. Tal determinação do ministro se inseria no contexto de expansão do SISNI no ensino superior, que já tinha criado ASI em múltiplas universidades federais e estaduais. O então reitor se negou a cumprir a determinação do ofício e engavetou a ordem, deixando que seu sucessor decidisse como prosseguir³⁹. Ao terminar seu mandato, Ascêncio passa o cargo para o vice-reitor, isso ocorreu porque o governo do estado ainda não tinha nomeado um novo reitor. Seu sucessor recebe todos os documentos relativos à administração universitária, dentre eles o ofício de Ney Braga. Segundo Garcia, uma das primeiras medidas do novo reitor foi a criação de uma unidade de segurança paramilitar para intervir nas manifestações estudantis. Ademais, foi instituída a Assessoria de Segurança e Informações, tendo como primeiro assessor o sargento Raul Silva⁴⁰.

O fim da gestão de Ascêncio na reitoria também marcou o fim da sua trajetória na universidade, rescindindo seu contrato com a instituição e voltando a exercer sua profissão como médico clínico. No entanto, os órgãos repressivos, com destaque ao

³⁹ Relatório da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban, p. 190.

⁴⁰ Idem, p. 190.

DOPS/PR, mantiveram vigilância constante sobre as atividades do antigo reitor e a própria instituição universitária que ajudou a construir, por meio da ASI/FUEL, auxiliou nos trabalhos investigativos. Essa observação continua sobre docentes e funcionários, mesmo que já não tivessem vínculos com a universidade, foi algo que se manteve constante.

2.2. Gestão de Oscar Alves: a universidade como negócio de família e base política

O segundo reitor da FUEL, Oscar Alves, começou sua trajetória política antes do golpe de 1964, filiando-se ao Partido Democrata Cristão (PDC). O então estudante de medicina passou a atuar na ala jovem do partido, a Juventude Democrata Cristã (JDC), tendo participação ativa no movimento estudantil paranaense. Segundo depoimento do nominado, essa atuação política enquanto estudante de medicina em Curitiba fez com que ele construísse relações políticas e de amizade com governantes e demais autoridades, chegando a admitir que, em parte, estes contatos influenciaram na sua escolha como reitor (SILVA, 1996, p. 331). A JDC, que chegou a ocupar a liderança da União Paranaense dos Estudantes (UPE), tinha certa proximidade com a Ação Popular (AP), tendo constituído frente comum entre as duas entidades no ME do Paraná. O próprio Oscar Alves se considera um ex-militante da AP, mesmo nunca tendo feito parte de suas fileiras (SILVA, 1996).

A militância política de Oscar Alves no ME curitibano não passou despercebido pelos órgãos de inteligência. Segundo um dossiê preparado pela 2ª seção do III Exército, que trata sobre o nominado, é afirmado que ele foi um dos líderes da greve de 1/3⁴¹, além de ser contrário ao golpe de 1964, sendo um dos redatores do manifesto preparado pela UPE que condenava a ação dos militares. Também propôs, numa reunião da UPE em 1º de abril de 1964, que fosse criado um “Comando da Legalidade” para, segundo palavras de Alves redigidas por um agente de inteligência, “lutarem e orientarem a classe

⁴¹ A greve de 1/3 foi um movimento de greve estudantil organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) visando o direito a um terço da representação nos órgãos colegiais das instituições universitárias e o assento nos conselhos estaduais e federal de educação que as supervisionavam. Este movimento não conseguiu quebrar a burocracia universitária e atingir seus objetivos, mas foi uma grande representação da capacidade de mobilização do ME no período.

universitária a favor da legalidade da Constituição Brasileira”. Por conta dessa atuação política, os órgãos de inteligência chegaram a classificar Oscar Alves como um “elemento subversivo”. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) chegou inclusive a ligá-lo ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)⁴². No próprio dossiê produzido pelo III Exército, ficou registrado o requerimento feito por Alves à Secretaria de Segurança Pública do Paraná, solicitando silêncio nas anotações do DOPS/PR, certamente uma tentativa de ocultar sua memória como opositor. A postura dos órgãos de inteligência para com o futuro reitor começa a melhorar quando ele assume o cargo como chefe administrativo da FUEL, tendo em vista a sua atuação mais próxima aos interesses do governo ditatorial e a comunidade de informações, estabelecendo a ASI na burocracia universitária (ACT/ACE - 2167/82, 1978).

A atuação profissional do segundo reitor no governo do estado do Paraná teve início antes do regime ditatorial, sendo nomeado oficial de gabinete do secretário de estado dos negócios da saúde pública⁴³, durante o mandato de seu sogro, Ney Braga, como governador do estado (1961-1965), que também era membro do PDC. Com a queda de Goulart, ambos acabam se aproximando da ditadura e tomam papéis importantes no governo dos militares (DIAS, p. 66-68, 1999). A ironia entre o início da trajetória de Oscar Alves e a atuação que ele teve durante o regime é apontada pelo ME da FUEL por meio do jornal “Poeira”, onde, no número 12 do periódico, divulgam um santinho do então militante da JDC, que disputava uma vaga para deputado estadual pelo PDC. Os estudantes dão ênfase à contradição fazendo a seguinte anotação logo abaixo do santinho “História: 1962 – Oscar Alves, estudante na UPE, defende os interesses estudantis; 1976 – Oscar Alves, reitor na CPI da Educação, dá demonstração de como as pessoas mudam”. Essa matéria do jornal estudantil serviu também para

⁴² De acordo com o dossiê elaborado pelo SNI, Oscar Alves foi acusado pelo CENIMAR de manter contato com o MR-8. Nesse informe, datado de 13 de julho de 1973, é afirmado que: “O nominado é médico ginecologista, ligado ao MR-8. Recebia correspondência com o codinome de ‘Samuel Benedito’, mantinha correspondência com Londrina [...] (ACT/ACE - 2167/82, lauda 5, 1978).” O interessante da presente citação é que, mesmo sendo acusado de manter contato com um grupo opositor clandestino, Oscar Alves ainda assim consegue ser nomeado reitor da FUEL, o que mostra o peso da sua trajetória política e ligações pessoais.

⁴³ Biografia Oscar Alves. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/132047/biografia>>. Data de acesso: 25/06/2024.

provocar o então prefeito de Londrina, José Richa, que aparece ao lado do reitor no “santinho”.

Sua carreira como docente na FUEL se efetiva em 1971, sendo contratado pelo então reitor Ascêncio Garcia Lopes, atuando como professor adjunto de ginecologia e obstetrícia. Como marca da primeira reitoria da instituição, sua contratação foi feita sem a exigência do atestado de antecedentes políticos do DOPS, porém, mesmo assim Oscar Alves solicita ao referido órgão a emissão da Certidão Negativa de Antecedentes Político-Sociais e consegue obtê-la, mesmo tendo sido indiciado pelo Inquérito Policial Militar (IPM) que foi instaurado logo após o golpe para apurar a atuação do ME em Curitiba⁴⁴. Este fato evidencia uma diferença de tratamento recebida pelo então docente, pois a obtenção desse documento era de difícil acesso para alguém que tivesse passado por um IPM. É possível que o futuro reitor tenha utilizado seus contatos políticos para obter tal documento, tendo em vista que passou a ter atuação política próxima com o regime ditatorial.

Antes da escolha do novo reitor da FUEL, os estudantes, utilizando o jornal “Poeira” como meio de protesto, já suspeitavam da indicação de Oscar Alves para o cargo, devido aos seus laços familiares com o então ministro da educação, Ney de Amintas de Barros Braga. No entanto, o momento da escolha do novo reitor é marcado por disputas internas no ME da instituição, sendo que dois representantes estudantis, que atuavam no Conselho Universitário dessa instituição e foram nomeados para tal cargo pela gestão do DCE, votaram a favor de Oscar Alves para o cargo máximo da universidade, sendo um fato fortemente criticado pelo jornal “Poeira” que, naquela conjuntura, fazia oposição ao Diretório (FELISMINO, p. 96, 2016). Ademais, utilizando do humor para fazer a sua denúncia, a edição do jornal estudantil que trata sobre o processo de escolha do reitor afirma que esse processo seria uma “Caixinha de surpresas”, pois os estudantes já sabiam que a escolha de Oscar Alves já tinha sido definida fora da universidade.

A campanha para sucessão de Ascêncio ocorreu antes nos diretórios políticos do partido do governo ditatorial, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que visava a

⁴⁴ Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban, p. 192-193, 2014.

conquista do poder na cidade, bastião político da oposição, através da universidade. A recém-criada instituição apresentava-se como um território propício para servir de base para mudar a situação política da região, logo, o processo sucessório sofreu pressões vindas de Brasília, de Curitiba e de segmentos da própria universidade visando influenciar na escolha. Oscar Alves, por suas ligações políticas e até familiares, foi apontado como o candidato capaz de quebrar a hegemonia política que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) mantinha sobre a cidade de Londrina⁴⁵. Porém, mesmo com a proximidade entre Alves e a elite política estadual, o governo do estado ainda assim solicita informações a respeito do nominado, que, naquela altura, ainda era cogitado para ser reitor da FUEL. Com este pedido, o SNI informou à Chefia da Casa Civil do Governo paranaense que não desaconselhava a nomeação dando, portanto, a benção da comunidade de inteligência à nova gestão universitária (SNI-PR, lauda 7-8, 1978), o que demonstra novamente o tratamento diferenciado que Alves recebeu, tendo em vista seu passado opositor.

A transformação da instituição universitária em base política da ARENA e de Ney Braga foi percebido e denunciado pelos estudantes, através do jornal “Poeira”. Na edição de número 22 do referido jornal, lançado em novembro de 1977, é destacado que Londrina atuava como um reduto opositor do braguismo, além de ser a maior cidade do sul do país com eleições diretas no período⁴⁶. Os estudantes também apontavam que “dentro de Londrina o único reduto de Ney Braga é a universidade” (POEIRA, nº22, p. 10, 1977). Pela análise do ME londrinense, tanto Ney Braga quanto Oscar Alves utilizavam do espaço universitária visando se projetarem politicamente, sendo que o ex-governador paranaense tinha a pretensão de voltar ao governo do estado e seu genro buscava a nomeação para a chefia de alguma secretaria estadual⁴⁷. Segundo Tadeu Felismino, em entrevista concedida ao autor, Londrina durante a ditadura tinha se tornado

⁴⁵ SILVA, 1996.

⁴⁶ Com os Atos Institucionais nº 2 e nº 3, capitais teriam seu prefeito nomeado pelo governador, mediante aprovação da Assembleia Legislativa. Enquanto municípios considerados áreas de segurança nacional teriam o seu chefe do executivo municipal apontado pelo presidente-ditador. Essa legislação eleitoral tirou o direito de voto dos cidadãos de cidades paranaenses importantes, como Foz do Iguaçu e Curitiba.

⁴⁷ Tanto Ney Braga quanto Oscar Alves atingiram as suas ambições políticas, tendo em vista que o primeiro volta ao Palácio do Iguaçu em 1979, enquanto o último é nomeado Secretário Estadual da Saúde e do Bem-Estar Social, sendo posteriormente eleito deputado federal.

um palco político importante no estado, tendo em vista sua importância regional. Devido à forte inserção opositora no âmbito político londrinense, a universidade, com sua infraestrutura, recursos e pessoal, acabou sendo utilizada para projetar o partido da ditadura, além de produzir possíveis lideranças regionais.

A escolha do seu sucessor também foi vista como carta marcada por Ascêncio, como pode ser constatado numa entrevista concedida por ele à revista “Isto é”⁴⁸, onde afirmou que:

Dois meses antes das eleições recebi um ofício da Secretaria da Educação colocando o Oscar, até então um mero professor-assistente de ginecologia, no Conselho Universitário. A princípio, ninguém entendeu nada. Logo depois, porém, alguns membros, ligados ao Ney, passaram a fazer pressão no colégio. Tem que ser o Oscar, diziam, senão a universidade não terá nem o apoio do Estado nem do ministério (ISTO É apud SNI-PR, lauda 5, 1979)

Nesse seguimento, vemos até uma certa chantagem no processo eleitoral da nova reitoria, sendo que o candidato “oficial” do regime traria o apoio do Ministério de Educação (MEC) e do próprio governo paranaense. A fala do primeiro reitor da FUEL não passou despercebida pelo órgão de inteligência do MEC. A sua Divisão de Segurança e Informações (DSI/MEC) fez a coleta desse material jornalístico e realizou uma análise criticando Ascêncio, afirmando que ele era responsável pela contratação de docentes esquerdistas e comunistas notórios, citando o professor Nelson Rodrigues dos Santos como exemplo. O documento da DSI/MEC termina afirmando que muitos dos docentes “subversivos” contratados pela primeira reitoria foram expurgados nas gestões seguintes, o que acabou gerando uma campanha de difamação contra a universidade nas mídias, impulsionada pelos estudantes (SNI, 1979).

A nova reitoria assume a gestão universitária no dia 7 de junho de 1974, sendo a posse do novo reitor prestigiada por importantes funcionários do governo do estado. Esta nova fase da FUEL é marcada por muita expectativa entre os elementos próximos ao governo ditatorial, que esperavam que Oscar Alves fosse uma força capaz de unificar a ARENA de Londrina. Segundo José Luis da Silveira Baldy, em seu depoimento dado à CEV/PR, a segunda gestão universitária caracterizou-se pelos arranjos burocrático-

⁴⁸ Revista “Isto é”, nº 112, edição de 14/02/79. Relatório da DSI/MEC, presentes no informe do SNI (apud SNI-PR, 7 laudas, 1979).

institucionais que visavam facilitar a implantação de medidas discricionárias na universidade, condizentes com o período ditatorial⁴⁹. Este dado se confirma com a constatação que uma das primeiras medidas do novo reitor foi a implementação da Assessoria de Segurança e Informações da FUEL, sendo esse o órgão representante da comunidade de informações que atuava no campus, além do estabelecimento de uma guarda patrimonial com treinamento antidistúrbios, sendo esta última apelidada pelos estudantes como SWAT (ou, de maneira jocosa, suat).

Em entrevista concedida a Silva (1996), Oscar Alves justificou a instalação desses órgãos de segurança e informação, afirmando que na época o Campus era muito deserto, sem iluminação. Por conta disso, havia a ocorrência recorrente de crimes graves na Universidade, sendo implementada, sob a orientação da polícia militar paranaense, a guarda patrimonial, visando incrementar a proteção e segurança na comunidade. Além disso, foi construída uma cerca de arame nos fundos do Campus, região essa tomada como sendo mais vulnerável (SILVA, 1996, p. 332). No caso da criação da ASI, a própria DSI-MEC encaminha um documento à reitoria congratulando-a pela decisão de implementar a assessoria por iniciativa própria, afirmando que a entidade teria por finalidade o assessoramento de todos os assuntos pertinentes a Segurança Nacional e as Informações, além de ser integrada na rede Setorial de Informações do MEC. A ASI começou suas operações a partir de março de 1975, seguindo a resolução do Conselho Administrativo da Universidade⁵⁰.

O esquema de vigilância elaborado e coordenado pela ASI/FUEL não ficou restrito ao espaço físico da universidade, realizando atividades de informação dentro de Londrina e em outros municípios da região do norte paranaense. Atividades de sindicatos, partidos políticos, movimento reivindicatórios e demais indivíduos, que não possuem qualquer vínculo com a FUEL, eram vigiados pela assessoria universitária. Além disso, as movimentações políticas que ocorriam em outros municípios do norte do Paraná também eram examinados. A ASI trocava dados e levantava informações para os demais órgãos que compunham a comunidade de informações, como a Polícia Federal, Polícia Militar, DOPS e o próprio SNI. Em relação às forças policiais, a assessoria chegou a realizar

⁴⁹ Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban,

⁵⁰ Documento nº 1664 da DSI-MEC, datado de 16 de abril de 1974 (apud SILVA, 1996, p. 218).

operações em conjunto com a 2ª seção do 5ª BPM/PR⁵¹ para investigar os movimentos do ME (ASI/FUEL – 085/77, 1977).

Este dado diferencia a atuação dessa entidade dos seus congêneres, tendo em vista que muitas ASI/AESI instaladas em outras instituições de ensino superior mantinham sua atuação restrita à comunidade acadêmica, espionando e delatando alunos, professores e demais servidores. Além disso, a ASI-FUEL cumpria seu papel por subsidiar informes aos demais componentes do sistema de informações⁵², sendo, portanto, um pilar importante para o sistema repressivo por organizar informes, produzir relatórios analíticos/circunstanciais e outras ações de maior envergadura⁵³. Esse papel amplo dado a este órgão de inteligência pode ser explicado pelas articulações político-partidárias feitas por Oscar Alves e José Carlos Pinotti, sendo este último seu sucessor, que visavam favorecer a ARENA e diminuir a influência opositora na região.

A missão dada pela ARENA londrinense ao novo reitor, Oscar Alves, de unificá-la e dar maior capital político, advém da forte presença opositora ao regime ditatorial no norte do Paraná. Mesmo antes do golpe de 1964, os municípios nortenhos do estado se destacavam por sua forte militância política, vinculada ao PCB⁵⁴, e, no governo dos militares, a atuação regional continuou sendo marcada por intensa resistência. A própria cidade de Londrina, importante centro urbano do Norte, recebeu a alcunha de “Londrina Resistente” em alusão à posição política de muitos de seus moradores⁵⁵. Esta característica política fica evidente com a escolha do chefe do executivo municipal que, desde 1969 até 1988, o cargo foi ocupado por um representante político eleito do partido de oposição oficial (MDB/PMDB)⁵⁶.

⁵¹ O 5º Batalhão da Polícia Militar abrange os municípios de Londrina e Tamarana, e os respectivos distritos e áreas rurais, sendo Irerê, Paiquerê, Lerroville, São Luiz, Quaravera, Guairacá, Regina, Espírito Santo, Maravilha, Selva e Taquaruna.

⁵² Estes componentes seriam o DOPS, DOI-CODI, SNI, Polícia Militar do Paraná, DSI-MEC etc.

⁵³ Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban, p. 215-216, 2014.

⁵⁴ O conflito agrário era uma constante na região. Um exemplo disso é a Guerrilha de Porecatu, confrontação armada entre posseiros e grileiros na região do município homônimo. A organização dos posseiros em sindicatos rurais e coordenação da sua luta contou com a participação ativa do PCB, esse evento se desdobrou entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950 (OIKAWA, 2011).

⁵⁵ Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade-Teresa Urban, p. 185, 2014.

⁵⁶ Os prefeitos e seus respectivos mandatos: Dalton Fonseca Paranaguá – MDB (1969-1973); José Richa – MDB (1973-1977); Antônio Belinati – MDB (1977-1982); José Antônio Del Ciel – PMDB (1982-1983); Wilson Rodrigues Moreira – PMDB (1983-1988). A hegemonia do PMDB cai com o novo mandato de Antônio Belinati (1989-1992), tendo o candidato mudado de partido e sendo eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A atuação de Oscar Alves contra opositores do regime se evidencia na repressão que efetuou, enquanto reitor da FUEL, realizando demissões em massa contra docentes e perseguindo as atividades do ME da instituição. Ademais, visando um controle político, a ASI/FUEL fazia relatórios sobre as atividades de membros do MDB no norte do Paraná e suas relações com o ME da instituição. Importante destacar que a ASI funcionou intensamente durante sua gestão e a de seu sucessor, José Carlos Pinotti. É possível constatar um continuísmo entre as duas administrações, tendo em vista que Alves auxiliou na escolha de seu sucessor e se manteve influente nos conselhos superiores universitários, mas é durante o mandato de Pinotti que ocorrem graves atos repressivos perpetrados pela reitoria.

Outro exemplo de perseguição aos professores críticos da reitoria e opositores da ditadura foi o caso de Ana Cristina Gomes Bueno, que foi professora do Centro de Comunicação e Artes entre 1976 e 1977. Segundo os órgãos de inteligência, a nominada integrou-se rapidamente ao grupo de esquerda⁵⁷ que atuava na universidade. Ademais, suas aulas foram vigiadas, sendo classificadas como esquerdistas e que incutiam tendências socialistas nos alunos, além de serem críticas em relação à política econômica e educacional do governo ditatorial. Os temas discutidos em sala eram diversos, como direitos humanos, liberdades, prostituição, boias-frias e amparo à velhice. Para os agentes, os debates realizados pela professora sobre essas temáticas procuravam caracterizar certos problemas como consequência do capitalismo. Outro ato realizado pela professora, que foi registrado pelo relatório da ASI, foi a assinatura de um manifesto contra o reitor Oscar Alves. Poucos meses após assinar esse documento, em junho de 1977, Ana Cristina foi demitida (ASI/FUEL – 058/77, 1977). Esse ato demonstra como a reitoria da FUEL passou a vigiar e perseguir os docentes que fossem opositores do regime ditatorial, ou críticos em relação a gestão universitária, o que gerou um ambiente que se pautava pela falta de liberdade de expressão e de cátedra, algo que estudantes e professores fizeram frente neste contexto.

⁵⁷ Esse grupo de esquerda era composto pelos estudantes Roldão de Oliveira Arruda, Pedro Paulo Felismino, Maria Regina Siqueira de Toledo e Marcelo Eiji Oikawa. Os indivíduos em destaque foram entrevistados pelo autor para realizar a presente pesquisa.

Por conta dos órgãos colegiados serem nomeados pela reitoria, com pouco envolvimento dos docentes no processo de escolha, os estudantes, representados pelo “Poeira”, tornaram-se a principal oposição contra a administração universitária. Devido a isso, a reitoria passou a interferir no jogo eleitoral das entidades estudantis, apoiando os grupos opositores desse agrupamento estudantil. Nas eleições de 1976 e 1977, as ingerências da reitoria se deram por meio das chapas “Vassoura” e “Tora”. Além disso, agente universitários, ligados à ASI e à guarda patrimonial, confiscavam edições do jornal estudantil “Poeira” e os materiais de campanha do grupo homônimo. Mesmo as sedes das entidades estudantis no campus não eram seguras para armazenamento, pois ocorria a invasão delas à noite, quando nenhum estudante estivesse presente. Segundo Celia Regina de Souza, em entrevista concedida ao autor, os estudantes desenvolveram formas de burlar a repressão, como a elaboração de um varal com pôsteres eleitorais do grupo que fossem facilmente montados e desmontados, sendo posteriormente guardados em local seguro fora do campus.

A reitoria, mesmo atuando ativamente nas eleições estudantis, não conseguiu conter o avanço do “Poeira”. Em relatório especial de informações que trata sobre as eleições de 1977, formulado pela ASI/FUEL, é relatado que o “Poeira” venceu a chapa “Tora” por 4.164 votos contra 1.928. Ademais, o grupo vencedor conquistou todos os Diretórios Setoriais da universidade, ganhando até no Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA)⁵⁸, que era a base eleitoral da chapa opositora. Esse resultado extremamente favorável para o grupo que comandava o DCE pode ter sido motivado pela própria ação da administração universitária, pois, como eram explícita no seu apoio à oposição, sua atuação foi denunciada pelo jornal estudantil e acabou sendo utilizada como propaganda contra a chapa “Tora”, que ficou associada à impopular reitoria. Segundo dados levantados em entrevistas, os agentes institucionais não puderam manipular os resultados dos votos porque o processo de contagem era aberto, sendo acompanhado de perto por representantes das chapas concorrentes. Percebendo que a

⁵⁸ O CESA foi o centro onde se encontrava a maior resistência contra o “Poeira”. Isso pode ser explicado, em parte, pela presença de cursos tradicionais como Direito, Economia e Administração, cursos mais identificados com a classe média tradicional. Nas eleições de 1977, o “Poeira” venceu no CESA por uma escassa margem de 29 votos.

estratégia de manipular o jogo eleitoral estudantil não progrediu, o sucessor de Oscar Alves tomou medidas mais drásticas para podar o ME.

Devido à forte atividade opositora capitaneada pelos discentes da FUEL, e visando favorecer segmentos do ME mais afins à reitoria, a administração universitária estabelece, em 1977, um novo regimento eleitoral para a representação discente e diretórios estudantis. O Ato Executivo Nº 434/77, que rege sobre as novas regras eleitorais, afirma em seu artigo 4 que

São elegíveis, para mandato representativo, para o efeito do disposto no Art. 87, do Estatuto apenas os alunos que satisfaçam as seguintes condições (Art. 89, do próprio Estatuto):

- I – Estejam, pelo menos, em seu terceiro semestre de estudos na Universidade;
- II – Não tenham sido reprovados nos dois semestres anteriores em qualquer das disciplinas em que se tenham matriculado;
- III – Não registrem, em seu histórico escolar, suspensão igual ou superior a dez (10) dias ou reincidência em penas disciplinares menores;
- IV – Não tenham participado de Diretórios Estudantis cujas contas e situação estejam irregulares, conforme o disposto no Estatuto e Regimentos da Universidade, bem como na legislação vigente. (FUEL, 1977)

Além do exposto, o novo regimento eleitoral também proibia a formação de chapas com estudantes que estivessem nos dois últimos semestre. Essas alterações afetaram o grupo “Poeira”, pois as suas gestões passavam por uma auditoria fiscal e foram classificadas como irregulares pela reitoria⁵⁹, o que impedia a inscrição de muitos membros do grupo. A proibição de formar chapas com estudantes reprovados também dificultava as eleições para o diretório setorial do Centro de Ciências Exatas, onde os índices de reprovação eram elevados. Outra mudança é que, mesmo com as novas diretorias eleitas, nenhum dos seus membros poderia reprovar, pois a reprovação causaria a cassação de seu mandato. A dificuldade em formar uma nova chapa para o “Poeira” foi solucionada com a indicação de Carlos Augusto Dias, então estudante de medicina, que assumiu o DCE durante a reitoria de José Carlos Pinotti. Infelizmente, sua gestão seria a última desse grupo estudantil.

⁵⁹ Todos os processos abertos contra o “Poeira” acabaram inocentando os estudantes, nenhuma prova de desvio de verbas ou ingerência fiscal foi encontrada. Segundo Célia Regina de Souza, o controle contábil era rigorosamente mantido pelos estudantes, tendo em vista que a auditoria administrada já era algo esperado.

2.3. Gestão de José Carlos Pinotti: continuísmo autoritário, intensificação da repressão e resistência estudantil

Antes de assumir a reitoria, na função de Coordenador de Assuntos Educacionais, Pinotti já teve fortes atritos com os estudantes. Segundo o jornal *Poeira*⁶⁰, durante uma assembleia geral organizada pelos estudantes de engenharia, veterinária, comunicação, artes e biblioteconomia, o então coordenador agrediu fisicamente um aluno. Este caso também demonstra o estado conflitivo em que se encontrava a administração universitária e o Movimento Estudantil da FUEL. As relações entre a reitoria e o DCE complicaram-se a partir de 1977. Uma das últimas medidas do reitor Oscar Alves foi a aprovação do Código Disciplinar 169, normativa essa que deixava o DCE e os diretórios setoriais sujeitos a intervenções toda vez que a reitoria julgasse necessário, além de estabelecer padrões de vestimenta e fala⁶¹. Segundo Marcelo Oikawa, em entrevista concedida ao autor, o Código Disciplinar foi uma ação da reitoria que visava internalizar as medidas de exceção do Decreto-Lei 477. Os próprios órgãos de inteligência destacavam o aumento da mobilização estudantil. Segundo um informe do Centro de Informações da Polícia Federal:

Há uma intensa movimentação dos estudantes da Fundação Universidade de Londrina, seja em campanhas contra as anuidades, o 477, deficiências de ensino de Fundação, seja na preparação e realização de encontros de estudantes com o propósito de analisar questões ligadas a determinados setores de ensino e atividades humanas (SNI, AC/ACE – 102224/77, lauda 3, 1977).

A administração universitária, que organizava e convocava as eleições estudantis, começou a interferir nesse processo com a intenção de retirar o “Poeira” do DCE e dos demais Diretórios Setoriais. Essa interferência se dava através do adiamento das eleições estudantis, dificuldades impostas aos concorrentes que não tinham apoio da reitoria (como o confisco e a retirada de cartazes de propaganda eleitoral), além da implementação de medidas que impediam boa parte da comunidade discente de participar do processo, como a exclusão de alunos já reprovados, com dívidas de mensalidade, que estejam no primeiro ou no último ano de curso. A ingerência também

⁶⁰ 22ª Edição, p. 8, novembro de 1977.

⁶¹ CAOBIANCO, p. 54, 2007.

ocorria com o apoio da reitoria a chapas opositoras do “Poeira”, porém, mesmo com essas ações, esse grupo vencida com frequência as eleições estudantis.

O próprio Jornal “Poeira”, veículo crítico e informativo dos estudantes, poderia ter a sua circulação proibida pela reitoria, pois a administração universitária visava criar um periódico próprio e torná-lo o único órgão de notícias do campus (CAOBIANCO, p. 55-56, 2007). O legado que Alves deixou ao seu sucessor foi um clima de inquietação entre o corpo discente e docente, justamente devido aos múltiplos casos repressivos e à edificação do aparato de segurança e informações. A escolha de Pinotti como futuro reitor se deu devido ao seu importante papel na administração, ele era considerado como sendo de “linha dura”. Sua administração seria marcada pelo aprofundamento dos conflitos com os estudantes, além da permanência de normativas impostas pelo seu antecessor.

Essa postura autoritária identificada no reitor logo transpareceu. Uma de suas primeiras medidas na reitoria foi a demissão de três professores⁶², em julho de 1978, no período de férias. Estes professores lecionavam no curso de psicologia, o antigo departamento de Pinotti. O ato motivou a demissão e pedidos de transferências de outros docentes, que ficaram indignados com essas dispensas, considerando-as injustas e arbitrárias. A medida do novo reitor não passou despercebida pelos estudantes, que denunciaram no jornal Poeira e organizaram um abaixo-assinado, conseguindo coletar a assinatura de 120 alunos de psicologia que se solidarizavam com os docentes. Além disso, essa ação da reitoria ocorreu enquanto estava em curso a 30ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), os participantes do evento, ao tomar conhecimento do ocorrido na FUEL, elaboraram manifestos repudiando a prepotência de Pinotti e pedindo a volta dos docentes afastados. O maior desses manifestos conseguiu reunir 1200 assinaturas de cientistas, professores, jornalistas, acadêmicos e estudantes⁶³.

Devido ao aumento do clima repressivo constatado pelos discentes, com mudanças no Estatuto da universidade e no Regimento que organizava o DCE, dando

⁶² Professores afetados: José Antônio Damásio Abib, Álvaro Sérgio Ribas Junqueira e Miriam de Moraes. Informação retirada em: <<http://www.uel.br/ccb/pgac/pages/historico/um-curso-faz-25-anos.php>>. Data de acesso: 08/06/2023.

⁶³ Jornal Poeira, 25ª Edição, agosto de 1978.

pouca margem para atuação autônoma, os estudantes levantam a bandeira da construção de um DCE/Livre, totalmente desvinculado da estrutura burocrático-administrativa da instituição. A resposta dos estudantes da FUEL a esse agravamento dos mecanismos de repressão aos diretórios estudantis pode ter se inspirado nas experiências de outras universidades, como a USP, onde os discentes fundaram o DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, entidade que buscou escapar do controle institucional e se inserir no espaço público (PELLICCIOTA, 1997). Em relatório elaborado pelo SNI, foram levantados os seguintes pontos da plataforma política da chapa Poeira para a gestão de 1978/79:

- 1) Pelo autêntico exercício da união, da solidariedade e da crítica dentro da universidade, pelo verdadeiro 'espírito universitário';
- 2) Contra a carestia, pelo ensino público e gratuito para todos, por mais verbas para a Educação;
- 3) Por um ensino comprometido com a realidade brasileira e a serviço da maioria da população, por melhores condições de ensino, contra os currículos alienados;
- 4) Pelas liberdades democráticas:
 - Contra os regimentos da FUEL e todas as leis de exceção que cerceiam a nossa participação.
 - Pela liberdade de organização dos estudantes em todos os níveis. Por um DCE LIVRE e independente da reitoria, comprometido exclusivamente com os estudantes. Pela reabertura da UNE.
 - Contra o regime de exceção vigente no país.
 - Pelo debate amplo da Constituinte e da Anistia. (SNI-PR, ACT/ACE 003/78, lauda 3, 1978).

O documento do SNI destacava o Poeira como sendo o grupo centralizador de todas as ações do ME de Londrina, além de ser composto por elementos de tendência esquerdista e, supostamente, comprometidos com o programa de luta do PC do B. Ademais, recebia apoio de parlamentares do MDB (Grupo autêntico) em suas manifestações e apoiavam os candidatos da oposição legalizada nas eleições de novembro de 1978.

Por conta do seu reconhecimento como grupo opositor das ações da reitoria e agente mobilizador do ME, o cerco foi se fechando contra o "Poeira" e as demais entidades estudantis da FUEL. É importante destacar que, devido ao Estatuto universitário de então, que dava poderes ao reitor de nomeação dos chefes departamentais e membros dos colegiados administrativos superiores, os estudantes

acabaram se tornando os principais opositores ainda com plena atividade. Quadro que se modifica com uma medida grave imposta pelo Conselho Administrativo.

De acordo com um informe do SNI (ACT/ACE – 772/81), o reitor da FUEL, José Carlos Pinotti, sancionou a Resolução nº 510/78, no dia 27 de novembro de 1978, que extinguiu os mandatos dos dirigentes do DCE e dos Diretórios Acadêmicos Setoriais, sendo os mesmos administrados pelo grupo Poeira, além de suspender o funcionamento das entidades. Segundo o documento em análise:

A decisão da Reitoria foi fundamenta em vários considerandos dos quais se destacam os seguintes:

- a. Considerando não ser obrigatório a existência de Diretório Central e Setoriais de estudantes nas Universidades, à incidência do disposto no Artigo 39, da Lei Federal nº 5.540, de 28/11/69.
- b. Considerando que os referidos diretórios, uma vez criados, devam atuar em consonância com os regimentos aprovados pela instância universitária competente (parágrafo terceiro, do dispositivo legal citado).
- c. Considerando que o DCE, em constante processo de instigação ao descumprimento das normas legais e regimentais a que toda a comunidade universitária se acha submissa, ele próprio se tem furtado à observância dessas normas, do que constitui um bom exemplo o fato de obstinadamente vir se recusando a proceder à prestação de suas contas pelas vias administrativas regulares, mesmo depois de judicialmente notificado para fazê-lo, tendo, ademais, impedido a realização de auditorias sobre ditas contas, por comissão designada pela Universidade;
- d. Considerando que, na perseguição de objetivos outros não inscritos em seu regimento, e na tentativa de refugir à sua indiscutível e natural vinculação com a Universidade, obstina-se o DCE em não transferir sua sede para o “Campus”, onde lhe foi(e se acha) preparada acomodação condigna e adequada, enquanto irregularmente, mediante estratégias e, portanto, sem qualquer consulta a administração da FUEL, se predispõe a firmar, como efetivamente vem de ocorrer, contrato de comodato – junto a terceiros, para, ao menos, em parte, alojar-se em prédio situado fora do recinto universitário;
- e. Considerando que, de acordo com o publicado pela Folha de Londrina em sua edição de 26/11/78, está a atual diretoria do DCE pretendendo transformá-lo em Diretório Central dos Estudantes Livre, porém com recursos oriundos da Universidade, o que constitui, além de negação aos princípios que informam a organização universitária, tentativa de se desvincular da instituição que lhe legitima a razão de ser (SNI-PR, ACT/ACE - 772/81, laudas 2-3, 1981).

A decisão da reitoria, supostamente motivada pela negação dos estudantes em se submeterem a uma auditoria das finanças do DCE, foi um golpe violento contra o ME da FUEL. Um dado relevante, que evidencia que tal medida não foi tomada devido ao mero descumprimento de ordem administrativa, é que a intervenção e fechamento das entidades ocorre dois dias antes da data estabelecida pela reitoria das eleições estudantis, programadas para 29 de novembro de 1978, que elegeriam novas chapas

para o Diretório Central e os Setoriais. Prevendo uma nova vitória do grupo “Poeira”, a administração universitária decidiu tomar uma drástica ação para conter o ME.

Mesmo atuando num cenário extremamente adverso, os estudantes seguiram resistindo. Acompanhando a situação, um informe da ASI/FUEL, com data de 29/11/1978, relata a realização de uma assembleia estudantil, feita na antiga sede do Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Ciências da Saúde (CCS – FUEL), localização essa convertida na sede do recém-criado DCE/Livre da FUEL⁶⁴. A assembleia contou com a participação de 300 pessoas entre estudantes e populares, neste evento foram criticados os atos da reitoria e aprovados as seguintes propostas: Campanha de fundos para o DCE/Livre; distribuição de panfletagem na cidade; mobilização para obtenção de apoio; realização de uma assembleia geral no campus para propor a deflagração de uma greve estudantil (ACT/ACE-1266/81, lauda 2, 1978).

A linha dura de Pinotti não ficou restrita aos estudantes, sendo recorrente casos de demissões arbitrárias de docentes. Devido a um desses episódios, onde cinco docentes foram demitidos⁶⁵, eclodiu uma greve no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná. De acordo com o SNI, já eram registrados atritos entre a administração do Hospital Universitário (HU) e seus funcionários, pois, estes últimos não concordaram com a nomeação do coronel Rubens Passerino Moura ao cargo de diretor-superintendente do Hospital. Os docentes e funcionários do HU alegaram que Rubens não tinha “condições emocionais” para dirigir a instituição. Outro ponto de atrito foi o novo Regimento Interno, que dava virtualmente plenos poderes ao diretor-superintendente.

Devido à crescente repressão sentida pela comunidade acadêmica, os docentes passaram a se organizar em associações para salvaguardar seus interesses, além de fazer pressão nas instâncias administrativas e políticas contra as medidas arbitrárias que sofriam. Neste contexto, surge a Associação de Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (ADHURNP), que foi fundada pouco antes da crise no HU. Segundo documento do SNI, na mesma reunião de escolha e posse da primeira diretoria

⁶⁴ Esta sede se encontrava em local de destaque, na rua Hugo Cabral nº 727, no centro da cidade. Por conta dos estudantes não terem a autorização da reitoria para ocupar o prédio, de posse da Universidade, isso se tornou um novo ponto de atrito entre estudantes e a administração universitária.

⁶⁵ Os docentes demitidos foram: João Amorim Filho, José Carlos Pereja, José Mário Marcondes dos Reis, Lucio Tedesco Marches e Axel Werner Hollsmeyer (ACT/ACE-154/79, lauda 2, 1979).

da ADHURNP, realizada no dia 03 de abril de 1979, os docentes, já cientes das demissões, discutiram propostas de como lidar com a situação e decidiram entrar em greve. Ademais, foi redigida uma nota de Esclarecimento ao Público, onde foram enfatizadas as reivindicações da categoria, sendo essas:

- a) Readmissão dos docentes punidos;
- b) Demissão do diretor-superintendente coronel-médico RUBENS PASSERINO MOURA;
- c) Demissão do diretor-clínico Dr RUI VIANNA JUNIOR;
- d) Revogação do ato executivo do Vice-Reitor em exercício, que aprovou o Regimento Interno vigente (SNI-PR, ACT/ACE – 154/79, pg. 4, 1979).

Esses dados evidenciam que a comunidade de informações, por meio da ASI e do SNI, acompanhava de perto também as mobilizações dos professores. Outro fator de surpresa que revoltou os docentes foi a falta de explicação oficial, por parte da reitoria, sobre as razões que levaram ao afastamento dos profissionais do HU. Esta dúvida persistiu durante todo o transcorrer do movimento grevista, que foi encerrado no dia 10 de maio de 1979. No entanto, devido à pressão da ADHURNP e demais entidades da sociedade civil, o reitor da FUEL foi convocado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para prestar esclarecimentos. Nessa audiência, realizada no dia 07 de junho, José Carlos Pinotti apresentou um relatório elaborado por uma Comissão Relatora, nomeada pelo Conselho Universitário, tornando pública as razões das demissões. Tais motivos estão centrados em supostas irregularidades na conduta dos docentes. No entanto, os depoimentos de colegas contradiziam os argumentos da reitoria, pois eles afirmavam que os docentes afastados eram excelentes profissionais e idôneos, contando com simpatias também dos discentes.

Um dado de relevo que aparece no documento em exame e que explica, em parte, o real motivo das demissões é a atuação política dos cinco docentes afastados, que eram constantemente vigiados e catalogados pela ASI/FUEL. Segundo esse órgão, todos os professores demitidos eram vinculados ao “Grupo de Médicos Esquerdistas”⁶⁶, sendo liderados por Nelson Rodrigues dos Santos, José Luiz da Silveira Baldy, João Amorim Filho, José Eduardo Siqueira, Pedro Alejandro Gordon, além de outros não citados

⁶⁶ Os agentes da ASI-FUEL apontam que esse grupo de professores foi contratados pelo ex-reitor, Ascêncio Garcia Lopes. Esse fato atesta a maior abertura para os acadêmicos com atuação política durante a primeira administração universitária.

diretamente. Ademais, os médicos afetados pela perseguição da reitoria supostamente teriam ligação ao Grupo Político de Dalton Fonseca Paranaguá, ex-prefeito de Londrina. Outro fator que motivou a repressão foi a oposição aberta que os perseguidos fizeram contra a nomeação de Rubens Passerino Moura, chegando a encaminhar um abaixo-assinado ao então reitor, Pinotti. Certamente, a ciência das atividades políticas dos docentes e sua oposição aberta a uma decisão da reitoria influenciou na decisão de demissão em massa.

No dia 24/04/1979, ocorre um ato público em solidariedade à greve do HU que contou com a participação de aproximadamente 3 mil pessoas, segundo dados levantados pelos estudantes. A greve contou com a participação de discentes, professores e médicos residentes do HU. Os alunos, organizados pelo DCE-Livre, formularam e distribuíram um jornal informativo intitulado “Agaú” onde explicaram, de maneira sucinta, os fatores que motivaram a greve. Casos graves, como agressão física sofrida pelo chefe do Departamento Materno/Infantil do HU e o diretor superintendente dando alta para pacientes sem o consentimento dos médicos responsáveis, foram denunciados nesse mesmo periódico.

Os atos de apoio do ME ao movimento grevista no HU demonstram que, mesmo com a extrema vigilância e repressão, o DCE-Livre ainda conseguia mobilizar certos segmentos estudantis. No entanto, de acordo com a ASI-FUEL, essa instituição sofria com debilidades, como não ser reconhecida pela Universidade; desinteresse dos estudantes em relação à organização; falta de verbas; não possuir sede e, por fim, os dirigentes da representação encontravam-se divididos ideologicamente entre as tendências Viração e Libelu (SNI-PR, ACT/ACE – 3415/82, 1982). As eleições para a entidade livre também contavam com poucos votantes e sem grandes disputas entre chapas, o que mostra que a capacidade de mobilização e organização não era a mesma do antigo DCE oficial. Os próprios órgãos de inteligência consideravam o DCE-Livre como uma experiência fracassada do estudantado (SNI-PR, ACT/ACE-4475/83, 1983).

Os problemas da representação estudantil livre levaram os discentes a discutirem sobre a possibilidade da retomada da entidade oficial. Com essa discussão em pauta, os estudantes mobilizaram três assembleias em período alternados (manhã, tarde e noite), no dia 1 de setembro de 1982, para decidir sobre a continuidade do DCE-Livre ou a volta

do DCE oficial. Durante a assembleia, o estudante Reginaldo Melhado destacou a necessidade do funcionamento do DCE oficial, pois o ME de Londrina encontrava-se praticamente desativado em função dos problemas da entidade livre. Devido aos evidentes benefícios da volta da entidade oficial, os estudantes decidiram majoritariamente pela volta da mesma (SNI-PR, ACT/ACE – 3415/82, 1982). Como encaminhamento da assembleia, foi organizado um Conselho de Centros Acadêmicos, composto por todos os Centros Acadêmicos da FUEL, para representar, oficialmente, o conjunto dos estudantes e com a finalidade de reestruturar o DCE, atuando também para organizar a eleição estudantil.

Esse processo de volta da representação discente oficial na FUEL e normalização das relações entre a reitoria e os alunos ocorre no final da reitoria de Pinotti, sendo efetivada pelo seu sucessor, Marco Antonio Fiori. O novo reitor também tomou outras medidas apaziguadoras, como o encerramento dos trabalhos da ASI/FUEL e a queima de seus arquivos⁶⁷. No entanto, mesmo com o mandato de Fiori compreendendo os anos finais da ditadura e tendo tomado medidas para a retomada democrática na instituição (1982-1986), ainda persistiam alguns resquícios autoritários, como a eleição indireta para a reitoria. A comunidade universitária conquistou o direito do voto direto na sucessão de Fiori, podendo eleger o próximo reitor, escolhendo Jorge Bounassar Filho como chefe da administração universitária.

Os agentes de inteligência não ficaram satisfeitos com esses novos ares, afirmando em informe que a eleição direta para a reitoria permitiu a partidarização da administração universitária, afirmando que tal pleito contou com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esses grupos políticos, segundo o SNI, negociavam seu apoio em troca de cargos e posições, contando com a participação de professores, funcionários e alunos. Por fim, afirmavam que a universidade tinha se transformado em um “sindicato”, passando a conviver com

⁶⁷ Mesmo a ASI encerrando suas atividades na administração de Fiori, ela continuou existindo no papel, sendo totalmente encerrada apenas na reitoria de João Carlos Thomson (1990-1994) (SILVA, p. 222, 1996).

movimentos grevistas, tanto do corpo técnico quanto dos docentes, apoiados pelo Conselho Universitário (SNI-PR, ACT/ACE – 7688/88, 1988).

Esse documento é bem ilustrativo por evidenciar o certo saudosismo que o aparato repressivo e de inteligência tinha em relação às fases mais repressivas da ditadura. Ver grupos de “subversivos”, que os órgãos sempre vigiaram e perseguiram, agora disputando cargos públicos e formando alianças causava um grande desconforto. Também se nota a suposta corrupção no corpo administrativo notada pelos agentes, ocasionado pelo jogo político, que é um espantalho recorrentemente levantado pelos órgãos repressivos para impulsionar sua agenda autoritária, colocando a si próprios como guardiões supremos da sanidade na gestão pública, mas fazendo vista grossa em relação aos crimes de seus aliados. Outro fator que leva ao certo receio em relação aos novos tempos seria o medo do “revanchismo”, sendo este o possível contragolpe dos perseguidos contra seus perseguidores. No entanto, como a queima de arquivos e a continuidade dos quadros repressivos na universidade demonstram, tais atos de revanche e busca por justiça não chegaram a ser efetivados.

Dentre os grupos subversivos que causavam recorrente preocupação aos órgãos de informações, encontramos a categoria estudantil. O ME londrinense, no período analisado, tinha como liderança o grupo “Poeira”, que se constituiu enquanto chapa dirigente do DCE por vários mandatos. A experiência do jornal estudantil do grupo também é digna de nota, por ser uma ferramenta eficaz para a mobilização estudantil. Mas quais eram as bandeiras do grupo? Como a vigilância enxergava suas demandas e militância? Como o grupo mantinha contato com a “massa” estudantil? Essas e outras questões serão respondidas no próximo capítulo.

3. Uma “Poeira” nos olhos da repressão

A gênese do Movimento Estudantil (ME) da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL) começou nas entidades estudantis secundaristas. Um grupo de estudantes, que tiveram experiência organizativa na União Londrinense dos Estudantes Secundaristas (ULES)⁶⁸, se movimentaram em favor da criação do Diretório Central dos Estudantes da então recém-fundada instituição (DCE/FUEL). A elaboração do regimento da entidade ficou a cargo de uma comissão nomeada pela reitoria. Neste documento, ficou estabelecido que o mandato de cada diretoria teria duração de um ano e que todo estudante era obrigado a votar, caso contrário seria suspenso por sete dias. Além disso, o DCE e os Diretórios Acadêmicos Setoriais tinham que prestar contas de suas gestões financeiras perante o Conselho Administrativo da universidade. Para Caobianco (2007, p. 48), a criação das entidades estudantis foi uma atitude meramente burocrática feita pela administração universitária, pois seria uma forma de controlar as atitudes dos alunos. Além disso, as instituições de ensino superior públicas eram obrigadas, pela legislação do período, a possuir órgãos de representação estudantil oficiais.

Segundo Roldão de Oliveira Arruda, em entrevista concedida ao autor, a decisão de ocupar as entidades estudantis institucionais foi uma escolha política, pois, mesmo havendo um forte controle institucional, era preciso ocupar esses espaços para ser um foco de militância estudantil, além de garantir representação nos conselhos superiores da Universidade. Outra estratégia adotada pelos estudantes engajados politicamente, que garantia certa proximidade da base estudantil, foi trabalhar com as demandas dos estudantes junto com as questões políticas, ou seja, reivindicações típicas do ME, como passe estudantil para o transporte público, mais linhas de ônibus para o campus, melhorias no restaurante e na residência universitária eram feitas junto com a oposição ao regime ditatorial e à reitoria. Essas ações edificaram o apoio do estudantado para o

⁶⁸ Segundo dados levantados pelas entrevistas, a militância da ULES tinha um enfoque mais crítico-cultural, organizando debates, torneios de poesia, e apresentando peças de teatro nos bairros de Londrina (PR), sendo essas últimas inspiradas no Teatro de Arena. Segundo Roldão de Oliveira Arruda, certas atividades realizadas pelo grupo “Poeira”, como a Semana de Atualidades, tiveram origem nessa experiência da militância secundarista.

ME, o que servia para desestimular medidas repressivas, tendo em vista que uma reação dos estudantes era quase certa.

Outra característica singular da articulação política dos estudantes na FUEL é que ela ocorre durante o período ditatorial, tendo em vista que a universidade foi fundada em 1970. Em outras instituições mais antigas, houve importantes trajetórias de entidades estudantis precedentes, um legado que marcou as gerações posteriores. Essa experiência prévia também se faz presente nas faculdades públicas isoladas de Londrina, predecessoras da FUEL, onde as vivências dos estudantes em DA os motivaram na organização do DCE. A falta de autonomia das entidades estudantis e seu entrelaçamento com a burocracia institucional refletia os preceitos da reforma universitária ditatorial (Lei Nº 5540/1968), que visava impedir a repetição das grandes manifestações estudantis que marcaram o ano de 1968.

A ditadura não tinha como objetivo a “eliminação” e/ou “anulação” do movimento dos estudantes, mas sim o seu controle. O foco de atrito entre o governo e os estudantes seria justamente a militância política opositora de suas organizações, que supostamente eram controladas por grupos políticos “subversivos”. A cúpula governamental supunha que esses grupos representavam minorias dentro do conjunto dos estudantes, por isso, muitas das medidas restritivas implementadas na área educacional visavam afastar a influência das organizações políticas onde os militantes estudantis estivessem vinculados, tendo como objetivo a neutralização da luta político-ideológica (CANCIAN, 2014).

Mesmo com as disputas entre grupos estudantis progressistas e conservadores nas primeiras eleições pela gestão das entidades representativas, a primeira gestão universitária manteve um contato harmônico com o ME. Segundo Oikawa, em entrevista concedida ao autor, o primeiro reitor, Ascêncio Garcia Lopes, não era uma pessoa repressora e se mantinha equidistante em relação às pautas estudantis, não interferindo. O próprio Ascêncio, em depoimento concedido à Comissão Estadual da Verdade paranaense, afirmou que os estudantes sempre foram ativos politicamente, se envolvendo nas discussões do campus e efetuando reivindicações, sendo essas mais relativas ao âmbito acadêmico e profissional. Esse quadro se altera com os mandatos de seus sucessores, Oscar Alves e José Carlos Pinotti, que foram responsáveis por edificar

o aparato institucional de segurança e informações, além de executaram medidas repressivas, como demissão em massa de docentes, ingerência em eleições estudantis e cancelamento de atividades organizadas pelos estudantes, conforme já expusemos no capítulo anterior.

O grupo de estudantes que tinha experiência na ULES se organizou para formar uma frente democrática para disputar a primeira eleição do DCE, que ocorreu em 1972. A chapa desse grupo, tendo como presidente Márcio Almeida, ganhou as eleições e criou o jornal estudantil “Terra Roxa”, primeiro periódico desse tipo na FUEL, que seria o meio de comunicação oficial do DCE. Esse jornal era impresso nas instalações do jornal “Folha de Londrina”, marcando o início de uma relação de proximidade entre o ME e o principal órgão difusor de notícias impressas da cidade no período. O jornal dos estudantes discutia problemas do ensino, da educação e demais problemas discentes, além de desenvolver um trabalho com enfoque mais cultural (CAOBIANCO, 2007, p. 50). O primeiro contato de Tadeu Felismino com o ME, segundo entrevista concedida ao autor, foi durante um concurso de poesia organizado pelo DCE, onde uma obra de sua produção ganhou o prêmio. Esse evento demonstra como as atividades culturais aproximavam os estudantes do engajamento político, além de estimular sua criatividade.

Mesmo tendo a pretensão de continuar com os projetos e a gestão do DCE, o grupo de Marcio Almeida, sendo encabeçado dessa vez por Tercílio Turim⁶⁹, acaba perdendo as eleições seguintes para uma chapa mais conservadora, encabeçada por Nilo Dequech. Essa gestão contava com elementos ligados à ala jovem da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido da ditadura. Com a análise do programa⁷⁰ da chapa vencedora, intitulada “Opção”, é possível constatar que o novo grupo buscava direcionar o DCE para atividades assistencialistas e de lazer, organizando um restaurante estudantil, shows, festivais, bailes, conferências, exposições e concursos de artes. Ademais, buscavam desenvolver trabalhos de assistência jurídica, médica, odontológica, técnica etc. O enfoque assistencialista tirava o sentido político das reivindicações estudantis, tanto que o órgão oficial de comunicação do DCE, o jornal

⁶⁹ Informação concedida por Felismino em entrevista (30/05/2023).

⁷⁰ O programa encontra-se disponível para consultas no fundo documental do DCE-FUEL, localizado no NDPH-UEL.

“Terra Roxa”, parou com as publicações frequentes. A proximidade entre a chapa “Opção” e o partido situacionista da ditadura fica evidente na escolha do sucessor de Ascêncio Garcia na reitoria, onde os representantes dos discentes no Conselho Universitário, sem fazer uma consulta ampla com os seus representados, votam em Oscar Alves para ser o novo reitor. Tal ato foi criticado pelo grupo estudantil “Poeira”, que então atuava na oposição ao DCE (POEIRA, 2ª ed., 1974).

No quadro totalizador de votos das eleições estudantis de 1973, a chapa “Opção” obteve 2.262 votos (54,84% do total), enquanto a chapa “Todo Mundo”, representada por Turim, recebe 1.632 votos (39,57% do total). No período, pelas normas da universidade, todos os estudantes eram obrigados a participar do processo eleitoral, sobre pena de sofrerem suspensão e receber multas. A tabela a seguir ilustra os resultados das eleições estudantis de 1973 da FUEL:

Tabela 1:

Chapa	Votos
Opção	2.262
Todo Mundo	1.632
Votos em Branco	162
Votos Nulos	68
Total	4.124

Fonte: Acervo do DCE – NDPH/UEL.

A derrota eleitoral leva a uma rearticulação da chapa derrotada, que se reorganiza para formar o grupo “Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”, nome que faz alusão à derrota nas eleições estudantis e à música “Volta por cima” de Paulo Vanzolini⁷¹. Esse grupo acaba sendo conhecido simplesmente como “Poeira”. No início, esses estudantes dirigiam alguns Diretórios Acadêmicos Setoriais, como o Diretório Acadêmico Treze de Agosto (DATA), do Centro de Ensino Superior de Londrina (CESULON)⁷²;

⁷¹ Versões da música que inspiraram o nome do grupo: “Reconhece a queda e não desanima / Levanta, sacode a poeira / E dá a volta por cima”.

⁷² O grupo “Poeira” esteve presente na FUEL e no CESULON, sendo, na época, os principais centros universitários da cidade de Londrina.

Diretório Acadêmico Setorial do Centro de Educação (DASCE), Diretório Acadêmico Rocha Pombo, do Centro de Ciências Humanas (DARP), esses últimos eram vinculados à FUEL. Nessas entidades, o “Poeira” começou atuando na oposição, fazendo frente a chapa “Opção” e buscando conquistar o DCE nas próximas eleições estudantis.

A estratégia desses estudantes para retomar a gestão das entidades foi a criação de um novo jornal estudantil, tendo em vista que não podiam continuar publicando o “Terra Roxa” porque era vinculado ao DCE. Esse novo periódico, que recebeu o nome do grupo, buscava ter uma linguagem clara, acessível, leve e de fácil compreensão. Além disso, seria feito de forma coletiva através do Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil (GEIE). As pautas das reuniões desse grupo de estudos estavam centradas em análises sobre a universidade, o país e o que estava acontecendo, buscando construir os artigos do jornal “Poeira” (CAOBIANCO, 2007, p. 50). Para sentir e melhor expressar os anseios dos estudantes da FUEL, o GEIE e o “Poeira” realizavam pesquisas de opinião no campus, buscando, assim, construir suas pautas e transformar o novo jornal em porta-voz do ME londrinense. De acordo com Felismino (2023), as reuniões do GEIE ocorriam aos sábados e eram abertas ao público, os trabalhos eram feitos por equipes, onde os mais experientes auxiliavam os mais novos. Por fim, as matérias eram produzidas e aprovadas pelo grupo.

Além do GEIE e das reuniões abertas semanais que o grupo “Poeira” fazia, havia reuniões e grupos fechados que tomavam decisões importantes sobre os caminhos a serem trilhados pelo ME londrinense. Roldão de Oliveira Arruda, em entrevista concedida ao autor, pontua que o grupo possuía uma estrutura de camadas, ou seja, além das grandes reuniões do DCE, onde as questões estudantis e as pautas para o jornal eram discutidas abertamente, existiam grupos mais fechados que definiam melhor os objetivos e demandas que a entidade estudantil iria reivindicar. Dentro desses grupos, havia os estudantes vinculados ao PC do B, que traziam a linha de luta partidária e sua estratégia política, o que influenciava as ações do “Poeira”. Essa afinidade ideológica ficava evidente nos encontros nacionais estudantis, onde os representantes discentes da FUEL acabavam se alinhando com as propostas levantadas pelas tendências estudantis “Viração” e “Caminhando”, que eram mais próximas ao PC do B. Porém, mesmo com esses vínculos estreitos, Célia Regina de Souza afirma que o grupo partidário atuava à parte,

sendo um pequeno conjunto de estudantes que atuavam dentro do grupo ME londrinense.

A presença do PC do B dentro do ME londrinense foi percebido pelos órgãos de inteligência. Segundo relatório preparado e difundido pela Agência Central do SNI (ACT/ACE-003/78, 1978), que trata sobre as principais tendências estudantis paranaenses, o grupo “Poeira” teria integrado elementos esquerdistas e comprometidos com o programa de luta do PC do B. Além disso, os agentes apontam que o grupo estudantil contava com o apoio de políticos do MDB do Grupo Autêntico⁷³. Em contrapartida desse respaldo, os estudantes engajados politicamente apoiavam o partido da oposição oficial nas eleições. Em outro relatório de inteligência, produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), o jornal estudantil “Poeira” foi classificado como veículo de divulgação do credo marxista-leninista, estando a serviço do comunismo internacional. Os agentes do CIE pontuam que a proposta fundamental do periódico seria realizar um trabalho comprometido com os interesses dos estudantes, mas teria como missão oculta a subversão da juventude (AC/ACE-1388/79, 1979). Os agentes da ASI/FUEL compartilhavam da perspectiva dos demais componentes da comunidade de informações. Em relatório preparado pela ASI, afirma-se que as organizações subversivas foram obrigadas a mudar de táticas, e, seguindo os ditames do Movimento Comunista Internacional (MCI), decidiram mascarar sua atuação e atrair novos elementos para a sua causa, particularmente os jovens. No documento, é apontado que essa mudança de atuação dos subversivos se deve ao fracasso da experiência do foquismo empregado pelo PC do B na guerrilha do Araguaia, que não produziu os efeitos desejados. Devido a isso, a direção nacional desse partido decidiu adotar a “teoria de massas”, visando angariar simpatias de múltiplos segmentos sociais, englobando o setor educacional (ACT/ACE-2449/82).

Nos arquivos analisados, fica evidente que os agentes de inteligência identificavam os estudantes politizados como “inocentes úteis”, que agiam para atender aos interesses obscuros de organizações clandestinas, como o PC do B, e eram

⁷³ O Grupo Autêntico do MDB era composto por político que buscavam tornar o partido num núcleo de oposição de fato, autêntico, contra o regime ditatorial. Transformar o MDB de partido da oposição consentida para uma oposição real e combativa.

manipulados por agentes ocultos que se apresentavam como aliados. Grandes manifestações feitas pelo Movimento Estudantil, como a mobilização de protesto pelo assassinato de Vladimir Herzog, acabaram sendo registradas como uma campanha de propaganda adversa, orquestrada pelos “subversivos”, que queriam desmoralizar o governo e, por conseguinte, seu aparato de segurança e informações (AC/ACE-91407/76, 1976). Os estudantes não eram percebidos como capazes de levantar as próprias pautas e demandas, muito menos levantarem bandeiras políticas e efetuar alianças. Mesmo quando reivindicações estudantis foram identificadas como legítimas pelos agentes de inteligência, essas só seriam, na sua visão, uma estratégia do MCI para atrair as simpatias do estudantado.

Mesmo sofrendo com a vigilância excessiva desde sua criação, o “Poeira” prosseguiu e teve conquistas notáveis. A estratégia política e comunicativa do grupo teve bons resultados, pois, na eleição estudantil seguinte, o “Poeira” obteve 3.430 votos (66,95% do total). Seu concorrente, a chapa “Decisão”, obteve apenas 1.477 (28,83% do total). Essa vitória eleitoral marca o início do período de contínuas gestões desse grupo no DCE-FUEL, que se encerra abruptamente com a intervenção da reitoria em 1978. A tabela a seguir ilustra o quadro totalizador de votos das eleições estudantis de 1974:

Tabela 2:

Chapa	Votos
Poeira	3.430
Decisão	1.477
Votos em Branco	92
Votos Nulos	124
Total	5.123

Fonte: Acervo do DCE – NDPH/UEL.

O potencial articulador desse novo jornal foi captado pelos setores de inteligência. Em informe do SNI-PR, ficou registrado que

O referido Jornal, também conhecido por “Poeira”, representa um meio de aglutinação entre os estudantes e o Movimento Estudantil [...] o jornaleco, em questão, nestes últimos quatro anos, foi considerado a “mola da reorganização do Movimento Estudantil em LONDRINA” (SNI-PR, AC/ACE - 114562/78).

Os agentes também destacaram o conteúdo do periódico estudantil, que seria composto de críticas ao regime político brasileiro e à Universidade, apoio a greve dos professores no Paraná e apelos para a reorganização da UNE. Neste relatório, há um certo desdém dos funcionários do Serviço em relação à produção dos estudantes, chamando o “Poeira” de “jornaleco”. Contudo, também é destacada a importância desse meio de comunicação estudantil, ao apontar que o “Poeira” foi instrumental para a rearticulação do ME em Londrina. Ademais, o relatório salienta alguns materiais “subversivos” escritos pelos estudantes, como os artigos “Que Regime É Esse”, “A Justa Luta dos Professores”, “Como Encaminhar a Luta em Londrina” e “Que Universidade é Esta?”. Em exame contínuo do material produzido pelos estudantes, a inteligência ditatorial concluiu que:

Em análise rápida dessas publicações estudantis observa-se em todas elas, a par dos assuntos de interesse imediato dos estudantes, campanhas contra as anuidades, contra o 477, deficiência do ensino superior e outros assuntos abordados de perspectivas eminentemente políticas, num questionamento do sistema de ensino superior brasileiro e do próprio modelo político-econômico do país (AC/ACE – 102224/77, lauda 4, 1977).

A utilização dos jornais como tática de articulação política e engajamento nas discussões foi largamente utilizado no processo de rearticulação do ME durante a década de 1970. De acordo com Müller (2010, p. 80), a produção dos jornais estudantis seriam ações culturais que reconheciam a força das palavras e da própria escrita. Ademais, essas produções muitas vezes serviam como campos de teste para novos formatos gráficos e para o uso de novas linguagens. A autora pontua algumas características dos jornais estudantis, como a periodicidade incerta, a falta de recursos e o teor político das publicações, que variava de um grupo para outro. A produção do “Poeira” teve certa periodicidade, por contar com o apoio da “Folha de Londrina” e com a venda de anúncios. No total, o jornal conseguiu atingir 27 edições, sem contar os boletins e edições especiais⁷⁴. No que se refere à experimentação, Tadeu Felismino, jornalista formado pela FUEL, afirmou que, para ele e demais colegas da área de comunicação, a experiência

⁷⁴ Todas as edições do jornal “Poeira” estão digitalizadas e disponibilizadas no link: <<https://issuu.com/jornalpoeira>>. Enquanto seu acervo físico se encontra no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

do “Poeira” foi preciosa para sua formação profissional e política. O resultado dessa experiência jornalística é nítido, ao ser constatado que membros importantes do grupo seguiram carreira e obtiveram sucesso no jornalismo, como é o caso de Tadeu, Célia Regina de Souza, Roldão de Oliveira Arruda, Marcelo Oikawa, dentre outros.

Em outro documento (ACT/ACE – 1621/81, 1977), a inteligência ditatorial classifica o jornal “Poeira” como um exemplo de imprensa “nanica” devido aos seus ataques e críticas ao governo, principalmente em relação a política educacional. O grupo estudantil também mantinha contatos com os demais jornais alternativos, trocando correspondências, que eram examinadas pelos órgãos de informação, vendendo cópias e assinaturas. Em relatório produzido pela ASI/FUEL (nº 092/77, 1977), é destacado que o DCE e os Diretórios Setoriais receberam correspondência do jornal “De Fato”, sendo que ela seria uma solicitação aos diretórios estudantis para que fosse feita uma pequena campanha com o objetivo de vender assinaturas e divulgar o periódico. Os agentes terminam o informe apontando que o DCE promove a venda dos jornais “Movimento”, “Pasquim” e “Versus”, proeminentes jornais alternativos que criticavam o regime ditatorial.

A interceptação de correspondência foi um procedimento recorrente utilizado pela ASI/FUEL para vigiar as atividades e contatos mantidos pelo DCE. A troca de correspondência entre políticos, associações, jornais e demais cartas eram analisadas e, muitas vezes, seu conteúdo era anexado na íntegra nos relatórios de inteligência. Em informe da ASI/FUEL (040/77, 1977), é registrada a interceptação de uma carta da Juventude do MDB de Florianópolis que pedia para o “Poeira” organizar a ala jovem do partido em Londrina. O pedido provavelmente foi feito devido às relações próximas que elementos do grupo estudantil mantinham com lideranças locais e regionais do MDB, o que os colocava em uma posição de confiança para organizar a ala juvenil desse partido. A proximidade com o partido da oposição e os contatos que o “Poeira” mantinha com outras entidades estudantis, além de sua participação em evento e congressos do ME nacional, preocupavam os agentes e eram acompanhados de perto pela ASI.

Além da violação de correspondências privadas, os agentes de inteligência também coletavam informações por intermédio de informantes que se inseriam no meio estudantil. De acordo com os depoimentos coletados de ex-membros do “Poeira”, as

infiltrações eram do conhecimento dos estudantes. Mesmo com a possibilidade de informantes adentrarem, os eventos estudantis organizados pelo DCE e as reuniões do GEIE eram mantidas abertas para os discentes que quisessem participar. No entanto, medidas de segurança foram adotadas, como certos assuntos ficarem restritos a grupos menores e mais próximos do “Poeira” antes de serem debatidos amplamente e, em determinados casos, ocorria a expulsão de agentes de inteligência caso a sua função fosse do conhecimento dos estudantes. Para contornar essas medidas, e visando não expor tanto o seu pessoal, a ASI/FUEL chegou a recrutar informantes entre os próprios estudantes. Segundo o informe nº 129/77 (1977) preparado por essa assessoria de informações, um estudante de engenharia, que inicialmente foi simpatizante do grupo do DCE, passou a colaborar como informante. Esse caso mostra que a lógica da suspeição pairava dentro do campus universitário durante os anos da ditadura, tendo em vista que muitos membros da comunidade universitária poderiam ser informantes efetivos ou potenciais para os órgãos de informação.

As ações do ME londrinense incomodava por conta de seus contatos e influências, que iam para além do município de Londrina e o norte do estado. Os agentes notavam a relativa influência do “Poeira”, pois suas edições foram distribuídas para outras entidades estudantis, sendo essas do Paraná ou de outros estados da federação. Além disso, ficou registrado onde o jornal era produzido e quais eram os principais redatores⁷⁵, informações importantes para guiar possíveis operações repressivas contra o periódico, o que acabou ocorrendo durante a intervenção policial na sede do DCE. Mesmo com a identificação desses editores centrais, Felismino, que além de agente ativo do ME do período também pesquisou a experiência do “Poeira”, afirmou que não havia uma liderança clara. Em sua pesquisa de mestrado (FELISMINO, 2016), calculou que o grupo mais dedicado aos trabalhos do ME girava entorno de 70 pessoas, enquanto o círculo maior girava entorno de 300 indivíduos, que vinham de todos os Centros de Estudo da instituição e que dava uma boa capacidade de mobilização.

⁷⁵ Segundo informações desse documento, o jornal era produzido, composto e diagramado na sede do DCE, na Av. Juscelino Kubitschek, nº 2006, endereço localizado no centro da cidade de Londrina. Enquanto os principais redatores, pontuados pelos agentes, seriam: Pedro Paulo Felismino da Silva, José Antonio Tadeu Felismino, Marcelo Eija Oikawa, Célia Regina de Souza e Marinósio Trigueiros Neto (ACT/ACE – 1621/81, 1977).

O “Poeira” não foi o único jornal editado pelos estudantes, os Diretórios Acadêmicos (DA’s) também organizavam suas publicações, como o “Capoeira” (órgão de comunicação do DA do Centro de Ciências Biológicas), a “Matraca” (órgão do DA do Centro de Comunicação e Artes) e o “Ferro” (vinculado ao DA do Centro de Ciências da Saúde). No entanto, mesmo na diversidade de publicações, o “Poeira” ainda continuava sendo o mais importante, justamente por ser o órgão do grupo que dirigia o DCE e, por isso, centralizava, coordenava e unia os estudantes da FUEL em torno de suas bandeiras (AC/ACE – 102224/77, 1977)⁷⁶. Segundo Oikawa, cada Diretório Setorial tinha a sua própria publicação, e os assuntos que ganhassem relevância nos jornais setoriais eram trazidos para serem publicados no “Poeira”.

As bandeiras levantadas pelo ME da FUEL, que visava representar todos os estudantes da cidade de Londrina, eram construídas coletivamente, levando em conta as demandas locais e as movimentações nacionais. Os estudantes realizavam o levantamento das necessidades discentes por meio da realização de pesquisas de opinião, onde a comunidade estudantil era questionada sobre a administração da FUEL, a política atual do governo, ensino pago, e, em especial, pediam uma avaliação sobre a atuação do “Grupo Poeira”. Um formulário de pesquisa desse tipo foi anexado em um informado do SNI, e este documento era composto de perguntas discursivas e objetivas, sendo construído da seguinte forma:

Nos últimos tempos, as páginas dos jornais foram tomadas por assuntos até então pouco debatidos, como Constituinte, Anistia, Eleições Diretas, etc. E nesse período os estudantes debateram tais assuntos em todos os seus encontros regionais e nacionais. As perguntas seguintes são para nos indicar como os colegas da Fuel acompanharam esse debate.
 Você sabe o que significa Assembleia Nacional Constituinte? [...]
 Você sabe o que significa Anistia ampla, geral e irrestrita? [...]
 Você tem alguma observação a fazer a respeito desses assuntos? [...] (AC/ACE – 115797/78, lauda 4, 1978)

As perguntas também discorriam sobre aspectos de convivência universitária, como atividades e estudos em grupo. No entanto, no geral, as questões foram construídas para medir o conhecimento e engajamento político do estudantado, além de

⁷⁶ Este documento apresenta dois dados interessantes: o primeiro é que o jornal “Poeira” alcançou o reconhecimento nacional por sua qualidade editorial, ganhando, em 1975, o prêmio “Parker Pen” de jornalismo estudantil; o segundo dado é a tiragem do ano de 1975, que atingiu a marca de 6 mil exemplares (AC/ACE – 102224/77, lauda 4, 1977).

averiguar quais pautas tinham mais relevância para a comunidade. Nessa construção coletiva, as bandeiras gerais levantadas, como fica evidenciado nas perguntas, seriam a luta pelas liberdades democráticas. Isso mostra que as movimentações estudantis não ficavam restritas aos problemas acadêmicos, mas também discutiam problemas políticos mais amplos, o que, na perspectiva da comunidade de informações, era uma prerrogativa que fugia de suas atribuições.

Além de medir o conhecimento político da comunidade discente, o grupo dirigente do DCE também organizava eventos acadêmicos para promover debates relevantes sobre a conjuntura nacional. Um desses debates, previsto para ocorrer no dia 03 de junho de 1977, teria como tema “Direitos Humanos e Constituinte”, assunto polêmico de ser trabalhado no período ditatorial. Para o debate, foram convidadas grandes referências da temática como Aliomar Baleeiro, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal; Dalmo Dallari, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e que foi indicado por Dom Paulo Evaristo Arns para comparecer ao evento; e, por fim, Sérgio Buarque de Gusmão, editor do semanário “Movimento”.

Mesmo sendo um tema relevante de ser trabalhado com os alunos naquela conjuntura política, as autoridades proibiram a realização do evento. Essa proibição ocorreu após negociações mantidas entre o governo paranaense e o comandante da 5ª região militar, tendo a arbitragem dos Ministérios da Educação e o da Justiça. Depois desse processo, a Secretaria de Segurança Pública do estado foi instruída a tomar as medidas necessárias para a não realização do debate. Para coordenar o esforço repressivo, o comandante da Polícia Militar paranaense (PM-PR) se deslocou a cidade de Londrina. A partir das 18 horas do dia 03 de junho de 1977, a PM-PR isolou totalmente a área do ginásio esportivo onde seria realizado o debate, o Colossinho, que teria início às 20 horas. De acordo com dados do SNI, durante toda a operação, que se prolongou até o início da madrugada, não houve choques entre os policiais e os estudantes.

Embora o local do evento estivesse sitiado, os conferencistas para lá se dirigiram no horário previsto para o início do debate. Observando o cerco policial, os conferencistas retornaram ao hotel onde estavam hospedados e concederam entrevistas à imprensa. Nessas falas, Aliomar Baleeiro, em entrevista concedida e publicada pela “Folha de Londrina” (edição de 04/06/1977), afirmou que

“em 40 anos de participação na vida política nacional é a primeira vez que assisto um fato como este, inédito para mim. Não pudemos realizar debate, com todas as entradas impedidas com seis ou sete policiais. Este foi um ato ilícito diante de um ato lícito que pretendíamos realizar. Na verdade, é a primeira vez que assisto a um fato como este, fora do período da ditadura de GETÚLIO VARGAS. Já realizei conferências e debates em todos os Estados do Brasil. Nunca me passou pela cabeça que uma coisa como esta viesse a acontecer no Paraná. O governador paranaense é um homem fiel ao regime do dia. Em qualquer situação, ele será o apóstolo de qualquer regime. Viemos debater um ato lícito que interessa ao próprio Governo brasileiro, que é a Constituição e os Direitos Humanos, assuntos que estão estreitamente ligados entre si, já que propomos a constituinte somente depois de ampla e irrestrita anistia e ainda a revogação dos dispositivos da Constituição, como o AI-5, que é uma ameaça que paira sobre as nossas cabeças” (AC/ACE – 103740/77, lauda 3, 1977).

Importante destacar que Aliomar Baleeiro apoiou o golpe de 1964 e foi um colaborador próximo do general-presidente Castelo Branco, assessorando-o nos projetos de reforma constitucional que desaguariam na Constituição de 1967. Com o passar dos anos, Baleeiro passa a ser crítico do regime e do arcabouço constitucional que ajudou a construir, afirmando que a Carta Constitucional feita pelo regime estaria retalhada por Atos Institucionais, leis complementares e demais peças legislativas contraditórias. Segundo uma avaliação feita pelo jurista, essa confusão seria resultado de um governo discricionário, pois uma característica desse tipo de regime seria “ser frondosamente legislador, revogador, numa verdadeira proliferação tropical” (AC/ACE – 103740/77, lauda 3, 1977). Apesar do evento não ter sido realizado, é possível detectar um ponto de confluência entre a análise de Baleeiro e as reivindicações estudantis, que seria a revogação das legislações autoritárias para possibilitar o processo de transição do regime, tendo em vista que uma nova Assembleia Constituinte não teria plena liberdade para atuar se um instrumento como o AI-5 seguisse em vigor.

Outro evento promovido pelo DCE, que foi vigiado pela ASI/FUEL, seria o debate sobre o nível de ensino, feito em setembro de 1978. Segundo o informe analisado (ASI/FUEL-129/78, 1978), o grupo “Poeira” realizou o debate para atender às determinações da Comissão Nacional Pró-UNE, emanadas na 7ª Reunião Ordinária dessa entidade. Antes do debate, o DCE realizou uma pesquisa por amostragem entre os alunos da FUEL, visando medir a percepção do nível e qualidade de ensino na instituição. Com os dados levantados, os estudantes determinaram que a pauta do debate seria: A reforma do ensino e o sistema de créditos; Elaboração de currículos; A

estrutura administrativa da Universidade; Os problemas encontrados pelos profissionais recém-formados. Durante o evento, Carlos Augusto Dias, presidente do DCE no período, criticou a ASI/FUEL, afirmando que seus agentes possuíam equipamentos sofisticados de elevado valor e que, por outro lado, os estudantes sofriam com a falta de materiais. Esse dado demonstra os atritos entre os representantes da comunidade de informações e os demais componentes da FUEL, pois professores, funcionários e alunos sofriam com as debilidades de infraestrutura e financeiras presentes na Universidade, enquanto os funcionários da ASI/FUEL possuíam equipamentos avançados e o apoio da reitoria.

A constante espionagem em cima das atividades estudantis ocorre devido ao reconhecimento da capacidade mobilizadora e organizadora do grupo dirigente do DCE/FUEL. Em um documento do SNI-PR, fica registrado que

O Diretório Central dos Estudantes da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (DCE/FUEL) foi criado em 1972 e, em poucos anos, transformou-se numa das mais combativas entidades estudantis do país, circunstância que conferiu à cidade de Londrina, durante certo período, hegemonia no movimento estudantil paranaense (ACT/ACE – 4475/85, lauda 2, 1983).

De acordo com Oikawa, o ME da FUEL fez a escolha de ocupar os poucos espaços representativos disponíveis na universidade, mesmo tendo essas entidades atreladas à administração universitária. A ideia seria fazer usos desses espaços para mobilizar os estudantes, combinar bem as lutas e direcionar a oposição para as instâncias superiores, seja da própria instituição ou do governo. Além disso, havia a preocupação de não radicalizar demais o Movimento, uma estratégia para abrir espaços aos processos de negociação e evitar episódios repressivos. As escolhas políticas feitas pelo grupo “Poeira” deu bons resultados, tendo em vista que essa organização estudantil conseguiu se eleger consecutivamente para mandatos de gestão do DCE. De acordo com o SNI, os presidentes do Diretório Central até a intervenção foram:

- 1972/73 - MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, atualmente Deputado Estadual no PARANÁ pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB);
- 1973/74 - NILO DEQUECH, atual presidente da COHAB/LONDRINA;
- 1974/1975 - PAULO SILVA, atualmente empresário;
- 1975/1976 - NILSON MONTEIRO MENEZES, presentemente jornalista atuando no jornal “FOLHA DE LONDRINA”;
- 1976/1977 - JOSÉ ANTONIO TADEU FELISMINO, também jornalista do jornal “FOLHA DE LONDRINA”, e

- 1977/1978 - CARLOS AUGUSTO DIAS, último dirigente desse período, teve seu mandato cassado pela Resolução nº 510/78. Atualmente é médico em LONDRINA/PR (ACT/ACE – 4475/83, lauda 3, 1983)

Dos mandatários destacados, apenas os dois primeiros não eram vinculados ao grupo “Poeira”. Como pode ser notado, a vigilância sob essas lideranças continuou, mesmo após o fim de seus mandatos. Outro dado de destaque é que duas lideranças do grupo seguiram carreira no jornal “Folha de Londrina”, o que mostra a relação de proximidade estabelecida entre o principal órgão difusor de notícias escritas da cidade com os estudantes. Tadeu Felismino, em entrevista concedida ao autor, afirmou que a relação dos discentes com o então dono da “Folha”, João Milanez, era amistosa. O compartilhamento de experiências com a equipe jornalística de Milanez e a utilização de suas máquinas impressoras certamente foram essenciais para a feitura do jornal “Poeira”. Essa proximidade entre o grupo dirigente do DCE-FUEL com esse órgão de comunicação não era segredo para a inteligência ditatorial, que já relatou a ampla cobertura dada pela “Folha” ao ME e a presença de elementos ligados ao Diretório atuando no seu corpo redator (AC/ACE – 103740/77, lauda 6, 1977).

O sucesso eleitoral do “Poeira” também se relaciona com as conquistas de pautas levantadas por este grupo estudantil. As suas gestões conseguiram adiar a implementação do código disciplinar 169, proposto durante a reitoria de Oscar Alves; derrubaram os exames obrigatórios⁷⁷ e implementaram, por meio de pressão junto a prefeitura, o passe de ônibus universitário. No entanto, houve casos em que a reitoria tentava cooptar as pautas defendidas pelos estudantes. Segundo Célia Regina de Souza, em entrevista concedida ao autor, na cerimônia pública que divulgaria a concessão do passe estudantil, a reitoria não convidou os representantes estudantis, apenas os chefes de colegiados e departamentos da universidade. O DCE-FUEL só ficou sabendo da cerimônia devido a contatos que mantinham com elementos da imprensa, sendo que muitos deles eram discentes da instituição. Célia comenta que os representantes das

⁷⁷ Os exames obrigatórios eram impostos a todos os estudantes de cursos de graduação no final do ano letivo, não importando os rendimentos dos estudantes ao longo dos semestres, ou seja, o estudante poderia ter tirado notas que garantissem a sua aprovação em todas as disciplinas do seu curso, mas ainda assim seria obrigado a fazer o exame final. A luta contra os exames obrigatórios foi uma das bandeiras levantadas pelo “Poeira”, que foi conquistada por meio da pressão dos estudantes, que levaram essa demanda para as instâncias superiores, e por meio de críticas publicadas no jornal estudantil.

entidades estudantis conversaram com o prefeito de Londrina de então, José Richa, afirmando que iriam comparecer ao evento e que discursariam como convidados dele, mesmo que ele não concordasse com essa atitude e não tenha pedido para que comparecessem. O chefe do executivo municipal não queria atritos com a administração universitária, por isso, tentou conter a manifestação estudantil, mas não obteve sucesso.

Os estudantes engajados no DCE-FUEL, como estratégia para se aproximar do estudantado, fazia uso constante do humor. Utilizavam muitas charges satirizando elementos que compunham a burocracia universitária e questões que incomodavam os discentes. Um exemplo desse humor ácido e inteligente, que confrontava a reitoria, foi “A Fábula de Alvalesóscar”, um conto satírico montado em forma de história infantil. Em informe da ASI/FUEL (073/77, 1977), encontra-se em anexo a edição nº 22 do jornal “Poeira”, onde foi publicado tal conto. A sátira fica evidente logo nas primeiras linhas:

Alvalesóscar era um pobre moço, cheio de ideias. No seu tempo de estudante, participava de confrarias reivindicatórias. Um pouco paranoico, um pouco incerto e sem ideias brilhantes, mas comprovadamente ele participou das confrarias. Conseguindo alguma projeção nas altas esferas da nobreza, foi tentar a carreira política, e com a ajuda do Rey, candidatou-se. Para frustração da triste figura, o povo negou-lhe o sufrágio. Mas com os bafos da sorte [...] com a filha do Rey Minthas se casou e de presente de casamento, uma bela feitoria ganhou. Junto com ela, de dote herdou também uma mágica poção que o dom lhe conferia de que, em tudo quanto tocava, por fora reluzia e por dentro apodrecia (POEIRA, ed. 22ª, 1977).

Esse trecho ironiza a trajetória política de Oscar Alves, que acabou levando-o à reitoria da FUEL. O feitor Alvalesóscar e o Rey Minthas são, respectivamente, o reitor de então e o seu sogro, Ney de Aminthas de Barros Braga, que foi chamado de Rey não só devido a proximidade com a escrita de seu nome, mas também para destacar a hegemonia do braguismo nos anos ditatoriais, e como seu genro acabou se beneficiando desse contato familiar. O dom conferido ao protagonista do conto, que faz alusão ao toque de Midas, faz referência ao estado da universidade naquele período, onde, por ter se tornado base política, tentava vender uma imagem para a sociedade londrinense que não condizia com as realidades institucionais, que eram marcadas por muitas debilidades.

Outro elemento que enriqueceu o repertório do “Poeira” foram as trocas com outros jornais alternativos, vários deles ligados a organizações políticas clandestinas de

oposição à ditadura. Os funcionários da ASI/FUEL identificaram um grupo de estudantes que divulgavam e representavam diversos jornais não convencionais, como o “Em Tempo”, a “Frente Operária”, a “Hora do Povo”, a “Voz da Unidade”, a “Tribuna da Luta Operária”, o “Movimento”, “Fala Paraná” e “O Povão”. Todos os estudantes vinculados a esses periódicos foram fichados pela ASI. Nessas fichas constam informações como o nome, filiação, data e local de nascimento, estado civil, profissão, conotação política e principais atividades (ECT/ACE – 1868/81, lauda 2, 1981).

Além dos contatos com a imprensa local e alternativa, que preocupava os agentes, havia outro elemento de incomodo que seria o contato estabelecido com outras entidades estudantis. O grande temor do aparato de segurança e informações era que essa rede de contatos, criado e impulsionado pelos estudantes, levasse a rearticulação das organizações discentes estaduais e nacionais, que seriam a UNE e as UEE's⁷⁸. Após a intervenção da reitoria na sede do DCE/FUEL, alguns documentos que comprovavam a “atuação subversiva” da organização seria o amplo intercâmbio de correspondências e panfletos com Diretórios Centrais Estudantis de outras instituições⁷⁹. Os contatos também se estendiam para outros movimentos sociais, como a Convergência Socialista, a Liga Operária, o Movimento Custo de Vida/SP e o Movimento dos Metalúrgicos/SP (SNI, AC/ACE – 585/79, lauda 3, 1979).

O ME da FUEL também participava de eventos políticos e acadêmicos, buscando estabelecer contatos com as demais entidades estudantis e se atualizar nos debates políticos, sejam esses específicos ou gerais. Segundo um dossiê preparado pelo SNI relativo à atuação do “Poeira” no ano de 1978, montado com base em informes da ASI-FUEL, os estudantes participaram de Encontros Estudantis, reuniões da Comissão Nacional Pró-UNE e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, debates políticos organizados pelo Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos etc. Além

⁷⁸ A União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's) eram organizações importantes que articulavam o ME em âmbito nacional e estadual, respectivamente. No entanto, após os episódios repressivos de 1968, ocorre a desarticulação dessas entidades. Porém, segundo o SNI, nesse longo processo de 11 anos de rearticulação, a UNE não desapareceu totalmente. O temor da inteligência se concretiza durante o XXXI Congresso Nacional dos Estudantes, onde a reconstrução da UNE é efetivada e um novo presidente da entidade é eleito (ASP/ACE – 1245/79, lauda 5, 1979).

⁷⁹ O documento cita trocas com: DCE/PUC-SP, DCE-Livre/USP-SP, DCE-Livre/USP-São Carlos, DCE/UNICAMP, DCE/UFRJ, DCE/UFBA e DCE/UFRGS (AC/ACE – 585/79, 1979).

disso, os discentes organizados estiveram presentes na visita de Euler Bentes Monteiro⁸⁰ a Londrina, que ocorreu no dia 15 de setembro de 1978. Nesse evento, o então presidente do DCE-FUEL, Carlos Augusto Dias, leu uma carta aberta dos estudantes na qual exigiam do candidato opositor a extinção do AI-5, Decreto Lei nº 477, toda a legislação repressiva e o desmantelamento dos órgãos repressivos. Com base nas falas e atuações do ME londrinense, os agentes do governo suspeitavam de infiltrações de organizações trotskistas no Movimento por detectar coincidências, dando ênfase ao Partido Operário Revolucionário Trotskista e a Liga Operária.

De acordo com Silva (2020), não foi somente o trotskismo que serviu de base ideológica para a atuação do “Poeira”, os estudantes também seguiam os preceitos do método de “linha de massas”, desenvolvido pelo maoísmo, que se apoiava no uso de uma linguagem específica, no trabalho de base, na realização de pesquisas de opinião e na opção de atuar dentro dos parâmetros legais do regime. Com isso, se buscava a consolidação de uma consciência política para que os estudantes reivindicassem seus direitos e contestassem o regime ditatorial onde estavam inseridos. Nessa estratégia, o jornal “Poeira” seria um importante instrumento por divulgar as atividades do ME da FUEL, ocupando um espaço, mesmo que pequeno, no protagonismo social e político que ia além do espaço universitário, o que causava incômodo aos órgãos de segurança e informação.

O trabalho de base discente se estendia para fora dos muros da FUEL com a realização de atividades junto às associações de bairros. Segundo informe preparado pela ASI-FUEL, o trabalho de bairro em Londrina foi iniciado pela socióloga e ex-docente da FUEL, Maria Lucia Victor Barbosa, que ocupava a diretoria do Departamento de Desenvolvimento Social da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB). Os trabalhos organizativos de Maria Lucia foram facilitados pelo apoio recebido de políticos do MDB e pela solidariedade concedida pelo Grupo Estudantil “Poeira”, o qual desenvolvia atividades junto às Associações de Bairro, realizando apresentações de peças teatrais que eram encenadas por grupos de teatro constituídos em sua maioria por

⁸⁰ O gal. Euler Bentes Monteiro foi o oficial indicado pelo MDB para concorrer contra João Figueiredo nas eleições de 1978. Por ser um general-de-exército, a oposição buscava aumentar suas chances de vitória e mostrar as rachas do apoio das FA ao regime.

estudantes universitários e secundaristas. Os agentes de inteligência afirmavam que a atividade dessas entidades comunitárias estaria marcada pela “infiltração de militantes esquerdistas” que passavam a agir como defensores das reivindicações populares visando angariar a confiança dos moradores, porém, tinham como principal objetivo o uso político das Associações de Bairro. Segundo afirma o informe preparado pela ASI-FUEL:

Os comunistas das mais variadas facções, através de suas organizações e também por meio dos partidos políticos onde estão infiltrados, como PMDB e Partido dos Trabalhadores, estão obtendo êxitos no ‘Trabalho de Bairro’, pois se utilizam de situações e fatos reais de expressão social ou econômica, das diversas comunidades, através da exploração de reivindicações legítimas como:

- Falta de Transporte;
- Falta de Assistência Social;
- Falta de Melhores Condições de Vida;
- Falta de Habitações Populares;
- Alta constante do custo de vida (ACT/ACE – 3439/82, lauda 2, 1981).

Nesse trecho fica evidente que os trabalhos desenvolvidos nas Associações de Bairro, sejam esses realizados pelos estudantes ou pela COHAB, eram vistos apenas como uma atividade subversiva, onde as debilidades socioeconômicas eram instrumentalizadas para atingir fins políticos. Todas as bandeiras levantadas, construídas pela comunidade para lidar com problemas reais, seriam ilegítimas por servirem aos interesses do “Movimento Comunista Internacional”. Outros “elementos subversivos” que auxiliavam nessa tarefa seriam os jornais alternativos e o clero progressista⁸¹, que vinha concedendo apoio moral e material para as atividades desenvolvidas. Uma contradição identificada no informe é que os programas⁸² desenvolvidos pela COHAB tinham aprovação governamental, contando com financiamento do Banco Nacional de Habitação. Segundo os agentes, as atividades “subversivas” dos estudantes e de Maria Lúcia ficavam camufladas por conta desse programa governamental.

Nesse campo de disputas, o ME estabelecia pontes com outros setores políticos, quando havia questões de interesse comum, como a revogação das legislações

⁸¹ O clero progressista seriam religiosos identificados com os preceitos desenvolvidos pela “Teologia da Libertação”, onde se pregava uma escolha pelos pobres, ou seja, defender seus interesses e lutar contra injustiças sociais.

⁸² Esses programas visavam a Mobilização Comunitária; Capacitação de Mão de Obra; Saúde; Educação e Cultura; Recreação e Esporte; Criação e Manutenção de equipamentos comunitário (ACT/ACE – 3439/82, lauda 3, 1981).

autoritárias (MÜLLER, 2010). O “Poeira”, como estratégia política, se aproximou do partido de oposição legal, o MDB, o que incomodou os membros da comunidade de informações:

O Grupo Poeira, até a intervenção da Reitoria no DCE, concentrava todas as ações do ME em LONDRINA/PR nas gestões da chapa Poeira, integrada por elementos de tendência esquerdista e comprometidos com o programa de luta do PC do B. Recebeu apoio de parlamentares do MDB (Grupo autêntico) em suas manifestações, que em troca foram apoiados nas eleições de NOV 78 pelo DCE/FUEL (ACT/ACE - 003/78, lauda 3, 1978).

Essas alianças políticas foram um grande fator que motivou a perseguição, pela reitoria, das entidades estudantis, que culminou no fechamento do DCE e dos Diretórios Acadêmico Setoriais. Como coloca Cancian (2014), a politização dos estudantes sempre foi o elemento de tensão entre o governo ditatorial e os estudantes. Por isso, mesmo durante os períodos de intensa repressão, os estudantes ainda tinham uma relativa liberdade organizativa, porém, as suas atividades ficavam restritas ao espaço e aos assuntos acadêmicos. Inclusive, uma das justificativas dadas pela administração universitária para justificar o fechamento dos Diretórios estudantis seria que eles “fugiam” de suas finalidades, estipuladas pelos regimentos e estatutos da instituição. Segundo essas normas, as entidades estudantis só podiam defender e elevar o nome da universidade, preservar o patrimônio moral e material, propugnar pela harmonia entre seus diversos organismos, promover a aproximação e solidariedade entre os corpos docente, discente e técnico-administrativo. Isso mostra que a intenção da reitoria, seguindo as diretrizes da ditadura, era a manutenção de organismos discentes apolíticos, centrados em assuntos internos, sem críticas profundas contra o reitor e sua equipe.

De acordo com dados levantados pelas entrevistas e pelos documentos, a administração universitária e seu aparato de segurança, visando atingir o “Poeira”, foi atrás de sua rede de apoio e financiamento. O relacionamento do grupo estudantil com o jornal “Folha de Londrina” era próximo, tanto que o jornal estudantil era imprimido na gráfica da “Folha”. Essa proximidade era conhecida pelos agentes de informação, que passaram a exercer pressão sobre o jornal da cidade e seus patrocinadores para que deixassem de apoiar os estudantes. A pressão surtiu efeito, tendo em vista que a “Folha” pediu para os discentes procurarem outro lugar para realizar suas impressões. Uma

gráfica de Ourinhos (SP) foi selecionada para realizar as impressões, porém, novamente após pressões externas, a nova gráfica também não quis mais rodar o jornal estudantil. Para contornar esses problemas, o grupo estudantil conseguiu angariar recursos suficientes para comprar uma máquina Multilith 1350, vendida por um dono de gráfica e colunista da “Folha”, que foi instalada na sede do DCE (FELISMINO, p. 124, 2016).

Em relação aos doadores que auxiliavam as entidades estudantis com recursos financeiros, os agentes de informação montaram uma lista constando os principais contribuintes⁸³. Ademais, os patrocinadores do jornal “Poeira”, fossem essas pessoas físicas ou jurídicas, foram registrados pela ASI. O periódico estudantil, para ajudar a cobrir os custos de sua produção, vendia anúncios em espaços de publicidade nas suas edições. Isso proporcionou a colaboração de muitas empresas londrinenses com a experiência jornalística dos estudantes, o que incomodava a reitoria e seu aparato de segurança e informações. Como estratégia para cortar as fontes de renda dos estudantes, agentes universitários, utilizando as informações levantadas, contactaram as empresas patrocinadoras e as pressionaram para que deixassem de apoiar o “Poeira”. Contudo, mesmo com essa pressão, poucos empresários romperam com o jornal e seguiram contribuindo com suas edições (ASI/FUEL-179/79, 1979).

O relatório da ASI/FUEL que traz essas informações também apresenta o fator de incômodo sobre as referidas doações que seria, segundo os agentes, o descumprimento dos preceitos e normas do Decreto Lei 228 de 1967, que regia sobre o funcionamento das entidades estudantis no período. De acordo com a legislação⁸⁴, as doações primeiro precisariam ser entregues para a Universidade e depois encaminhadas para os órgãos estudantis, fato que não ocorreu. O atrito entre a administração universitária e os estudantes em relação à regularização de suas finanças acabou se tornando profundo, o que acabou servindo de justificativa por parte da reitoria para a intervenção e fechamento das entidades estudantis. No entanto, segundo as entrevistas, edições do

⁸³ Na lista constam políticos, como Álvaro Dias e Waldimir Belinati, que eram deputados federais no período; professores, como Maria Lucia Victor Barbosa, Vanoly Acosta Fernandes e Nelson Rodrigues dos Santos; dentre outros (ASI/FUEL-167/78, 1978).

⁸⁴ No artigo 10 do DL 228/1967 é definido que: “Art. 10. Os auxílios ou donativos, provenientes dos Podêres Públicos ou de particulares, serão entregues aos estabelecimentos de ensino ou às Universidades, que os encaminharão aos órgãos estudantis a que forem destinadas, mediante plano de aplicação a ser previamente aprovado pela Congregação ou Conselho Universitário, respectivamente.”

jornal “Poeira” e dados levantados pelos estudantes, a administração universitária não repassava os recursos devidos aos Diretórios, que advinham das matrículas pagas pelos discentes. Tal fato fez crescer a desconfiança do ME em relação à reitoria, o que motivou a busca de outras fontes de financiamento para cobrir os custos das atividades dos estudantes engajados.

Ainda que a reitoria tenha baixado a resolução nº 510/78 em 27 de novembro de 1978, que extinguiu todas as entidades estudantis da instituição, os estudantes se reuniram em assembleia para decidir como o ME iria prosseguir nesse contexto repressivo. Os discentes se reuniram na antiga sede do DS do Centro de Ciências da Saúde, que foi ocupada após a decisão arbitrária da reitoria. Segundo dados levantados pela ASI-FUEL, essa assembleia, realizada no dia 29 de novembro de 1978, contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas, entre populares e estudantes. Nesse evento, os atos da reitoria foram criticados e houve a aprovação das seguintes propostas: Criação de uma campanha de fundos para o DCE/Livre; Distribuição de panfletos na cidade; Mobilização para obtenção de apoio e Realização de uma assembleia geral para que fosse decretada uma greve estudantil (ACT/ACE – 1266/81, 1978). Além disso, representantes do DCE-FUEL, que já estava sob intervenção, receberam a visita e solidariedade de estudantes paulistas, que vieram para o Paraná representando a Comissão Pró-UNE.

Independentemente do fechamento das entidades estudantis oficiais, os estudantes se reorganizaram em entidades livres, desvinculadas da burocracia universitária. Ademais, organizaram uma campanha para divulgar o episódio repressivo da intervenção no DCE, contando com o apoio da Comissão Pró-UNE, imprensa de esquerda⁸⁵, Movimento Nacional pela Anistia, Sindicato Nacional dos Jornalistas, Políticos radicais do MDB e ex-docentes da FUEL. As notícias preparadas e divulgadas foram feitas por ex-membros do Diretório cassado, que tinham contatos com a mídia⁸⁶ (AC/ACE – 1251/79, 1979). Esse dado mostra como os órgãos repressivos repudiavam as denúncias divulgadas pelos estudantes, tanto que, na intervenção na sede do DCE,

⁸⁵ Na ótica dos agentes, a imprensa de esquerda que apoiava os estudantes da FUEL foram os jornais “Movimento” e “Em Tempo”, além da revista “Isto é”.

⁸⁶ Esses seriam os jornalistas José Antonio Tadeu Felismino, Pedro Paulo Felismino, Joel dos Santos Guimarães e Marcelo Eiji Oikawa.

funcionários da FUEL derrubaram uma parede para retirar a impressora que rodava o jornal estudantil “Poeira”, equipamento esse comprado com recursos angariados pelos próprios estudantes (FELISMINO, p. 165, 2016).

Com o fechamento das entidades oficiais, vinculadas à Universidade, os discentes se reorganizam no DCE-Livre/FUEL. Após a realização de eleições estudantis, Alberto de Paula Machado foi eleito o primeiro presidente da nova entidade, e seu sucessor foi Silvio Antonio Campana. Ainda que tenha realizado uma resistência louvável contra as arbitrariedades da reitoria, o Diretório Livre não conseguiu se consolidar como entidade representativa dos universitários da FUEL, justamente porque não tinha representação em nenhum dos órgãos colegiados institucionais (ACT/ACE 4475/83, lauda 3, 1983).

Embora tivesse que enfrentar múltiplas dificuldades, o ME da FUEL continuava atuando no campo cultural, auxiliando na criação de cineclubes na universidade para promover filmes, visando o desenvolvimento de uma consciência crítica. Os agentes, reportando a intensificação das atividades de clubes desse tipo, afirmavam que eles exibiam filmes contestatórios, focados em críticas à política governamental. O DCE-Livre, junto com o Centro Acadêmico Livre Frei Caneca (Centro de Comunicações e Artes da FUEL) e a Cooperativa de Jornalistas do Paraná, criam o Cineclube “Terra Roxa” em maio de 1979. Além de realizar atividades no campus, o cineclube também fazia exhibições nas periferias da cidade através das associações de bairros e na área rural. Os filmes exibidos enfocavam greves, lutas por melhores salários e custo de vida. Os agentes citam alguns exemplos de películas transmitidas: “Braços Cruzados”; “Máquinas Paradas”; “Apito de Panela de Pressão” e “Greve” (EBH/ACE – 4578/81, 1981).

Além da exibição de filmes, os estudantes também se envolveram na produção de conteúdo audiovisual. Segundo informe da ASI-FUEL, no início dos anos 1980 Lourivaldo Alves Pontedura, aluno do curso de Comunicação Social da FUEL e um dos dirigentes do Cineclube “Terra Roxa”, dirigiu e produziu um curta metragem usando filme super 8 mm abordando o tema dos “Boias-Frias”. Para realizar a filmagem, Lourivaldo contou com o auxílio do Centro Acadêmico Frei Caneca, do DCE-Livre e com a cobertura do jornal “Folha de Londrina”. Os principais atores e membros da equipe de gravação são estudantes da FUEL, sendo que todos tinham registros nos órgãos de segurança e

informações por sua atuação junto ao ME e/ou por serem filiados a entidades opositoras do regime (ECT/ACE – 3577/82, 1981).

Outra estratégia seguida pelo ME no período pós-intervenção foi a orientação da diretoria da UNE que determinou aos Diretórios Centrais Estudantis o incentivo para que os estudantes, ativos no Movimento, participassem das operações do Projeto Rondon⁸⁷, com o objetivo de tomarem conhecimento da realidade brasileira através de um projeto financiado pelo próprio governo ditatorial, além de se aproximarem de áreas rurais e pequenas comunidades urbanas para divulgar as bandeiras estudantis. Os agentes da ASI-FUEL viam nisso a subversão do programa governamental, que agora seria utilizado para espalhar a “subversão”. Em 1981, mantendo a vigilância sob os aprovados para participar no Projeto Rondon, foi constatado pelos agentes que, dentre os 144 estudantes aprovados, 17 estavam ativos no ME e possuíam “tendências de esquerda” (ACT/ACE – 741/81, 1980).

Neste período do DCE-Livre, os estudantes realizaram um feito notável, que foi a ocupação, por mais de dois anos, da antiga sede do DCE oficial. Esse ato só teve fim devido a uma ação de reintegração de posse, protocolado pela FUEL e cumprido por um oficial de justiça que teve auxílio da PM. Os estudantes não tiveram oportunidade de reagir ao cumprimento da medida judicial, tendo em vista que a reintegração de posse ocorreu na madrugada do dia 03 de abril de 1981. Durante a execução do despejo, só havia duas estudantes que se encontravam de vigília e foram expulsas do local. Todos os bens do prédio ocupado foram removidos do local. Após o ocorrido, os estudantes organizaram um ato público de repúdio e distribuíram panfletos à população. Ademais, tanto os partidos de oposição quanto o governista consentiam que a execução dessa ação de reintegração foi desmedida (ECT/ACE – 803/81, 1981).

Mesmo com essa resistência continua e o prosseguimento com as atividades culturais, o DCE-Livre continuava tendo dificuldades em mobilizar os estudantes e em angariar fundos. Devido a esse quadro, os estudantes da FUEL, reunidos em assembleia

⁸⁷ Segundo Motta (2014, p.87-88): “O objetivo principal do Projeto Rondon era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares.” Com essa definição, vemos que a intenção da UNE era subverter os objetivos do Projeto Rondon, visando espalhar as bandeiras do ME com o auxílio do programa.

estudantil, decidem pela volta do DCE oficial, atrelado à burocracia universitária. Para eleger a chapa dirigente dessa nova entidade, é constituída uma comissão eleitoral, formada por três professores e três alunos. Esse processo eleitoral contou com a participação de duas chapas: “Outras palavras”, que se identificava com a tendência estudantil “Viração” e era encabeçada por Reginaldo Melhado; e “Decide que é teu”, encabeçada por Richard Luiz Antonio de Souza, que na época era o vice-presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE) para a região norte e simpatizava com o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Além dessas duas chapas, havia uma terceira denominada “Colírio” que não oficializou sua inscrição no processo. Os membros dessa chapa, de tendência anarquista, foram contra a realização das eleições por considerar que não houve tempo hábil para preparar os estudantes e que os membros das outras chapas seriam candidatos “carreiristas” (ACT/ACE – 4475/83, laudas 3-4, 1983). A crítica da chapa “Colírio” é interessante por pontuar as cisões dentro do ME, além de pontuar a crítica dos “carreiristas” que, embora não haja uma definição explícita no documento em análise, é possível supor que se trata de grupos e candidatos que detêm uma hegemonia nos cargos representativos do Movimento, sufocando outras correntes. No final da apuração, a chapa “Outras Palavras” ganha o pleito.

A ASI-FUEL acompanhou a reestruturação do DCE oficial e as eleições da chapa dirigente. Nessa vigilância, constataram que:

O índice de abstenções verificada no pleito oficial para o órgão central dos estudantes da FUEL é revelador do desinteresse da comunidade universitária pela entidade em si e pelas mensagens transmitidas pelas atuais lideranças. Essa circunstância coloca a representatividade dos novos dirigentes sob questionamento. Entretanto, com os recursos materiais (sede, impressora, dinheiro) que passa a dispor, o DCE/FUEL tem amplas perspectivas de impulsionar o ME não apenas na instituição, mas na própria cidade de LONDRINA/PR e região de influência. Apesar do seu retorno à legalidade, o DCE/FUEL mantém o discurso radical, contestatório e vazio de espírito construtivo, característico das entidades estudantis que ainda sustentam o ME, fato que por si só permite antever os caminhos pelos quais a chapa “Outras Palavras” pautará sua gestão (ACT/ACE – 4475/83, laudas 9-10, 1983).

A avaliação feita pelos agentes demonstra a sua percepção em relação ao ME, deslegitimando suas bandeiras por considerar que elas apenas visam o recrutamento de novos indivíduos para a “subversão”. Mesmo a instituição entrando numa nova fase, com o reitor Marco Antonio Fiori, buscando uma reaproximação com o estudantado e a

desarticulação dos mecanismos institucionais repressivos, a inteligência ditatorial ainda considerava os estudantes organizados como reprodutores do “discurso radical, contestatório e vazio de espírito construtivo”. Ademais, o relatório destaca o alto índice de abstenção e o relativo desinteresse do estudantado com a volta da entidade oficial, algo que marcou também as atividades do DCE-Livre. Segundo Pellicciotta (1997, p. 152), esse alienamento da massa estudantil com as suas entidades representativas ocorre devido ao privilegiamento de lutas pela transformação da sociedade, focada na derrubada do regime ditatorial, em detrimento de questões internas e do cotidiano da universidade. As disputas intestinas do ME também se constituía como elemento desarticulador.

Embora tenha enfrentado grandes dificuldades, o ME da FUEL cumpriu um papel de resistência notável contra as arbitrariedades da administração universitária e, de certa forma, contribuiu para a retomada democrática da instituição. Com o jornal “Poeira”, os estudantes trabalhavam temas gerais, que abrangiam temas políticos complexos como anistia e constituinte, até temas específicos que afetavam a instituição, como o ensino pago e a qualidade de ensino. Nesse contexto, o ME conseguiu se articular com políticos da oposição e com elementos da mídia local, ajudando a espalhar suas bandeiras e mensagens. Essa militância fez com que o “Poeira” estivesse sempre nos olhos da repressão, num incômodo constante.

Considerações Finais

A formação dos agentes de inteligência, que era feita no início na ESG, depois passando para a EsNI, centrava-se em conceitos como a Doutrina de Segurança Nacional e a “Guerra Interna”, ou seja, pensamentos que pregavam a existência de uma guerra aberta entre o Oriente comunista e o Ocidente capitalista, sendo o campo de batalha o espaço ideológico. Com isso, a luta contra a “subversão” e o terror vermelho pautou o currículo formativo dos funcionários da comunidade de informações. Além disso, o superdimensionamento do “Movimento Comunista Internacional” serviu de justificativa para o superdimensionamento do aparato repressivo e de informações. Esse exagero da força dos comunistas e a indefinição conceitual da figura do “subversivo” tornou possível que toda forma de manifestação de descontentamento em relação ao regime fosse associada ao comunismo, ao “outro”, às ideologias “estranhas aos valores nacionais”. Essa visão de mundo marcou a análise e atuação dos agentes repressivos durante o período ditatorial.

Os cursos de informação também desempenhavam um papel ideológico que tinha como objetivo a doutrinação dos estagiários que passavam pelas instituições formativas, fazendo que eles acreditassem na importância da espionagem e do combate aos “subversivos” para a manutenção da segurança do país. Os instrutores que ministravam os cursos e produziam o material de formação demonstravam aos agentes em formação que o inimigo de fato existia e que possuía grande poder, demonstrando a necessidade da repressão. Ou seja, esses cursos buscavam dar sentido à atuação profissional dos agentes de inteligência, além de moldar sua percepção sobre o suposto inimigo. Essa lógica da suspeição da comunidade de informações recaiu forte sobre a comunidade acadêmica. Segundo o próprio SNI, no Plano Nacional de Informações elaborado em 1971, havia uma certa influência comunista no agravamento de disputas existentes no campo da educação universitária. De acordo com os agentes, esses antagonismos presentes no setor universitário seriam resultantes tanto de antigas distorções não corrigidas como através de falhas provocadas pela excepcional expansão das matrículas nas faculdades, e eram agravados por “pressões comunistas” visando explorar as

deficiências existentes para incompatibilizar o corpo discente com as autoridades de ensino. Com isso, vemos que a percepção da inteligência ditatorial em relação ao ME era que o mesmo estaria corrompido pelo “comunismo” e/ou por “ideias subversivas”, deslegitimando suas críticas e demais protestos.

Para a comunidade de informações, o meio universitário apresentava uma infiltração comunista que, embora minoritária em termos globais, era majoritária dentro da parcela politizada dos estudantes. Os próprios agentes constataram que não são todos os estudantes que se envolvem no ME e se engajam politicamente, porém, aqueles que se engajavam acabavam preocupando a comunidade de informações. O SNI também tinha plena ciência que o Movimento dos estudantes não era monolítico, isto é, composto somente por uma orientação política e um grupo. Identificavam que os esforços dos militantes “esquerdistas”, que tinham como objetivo a subversão da ordem nas escolas superiores, esbarravam no divisionismo entre as diversas correntes estudantis. Evidenciavam o conflito de duas grandes correntes gerais, os “reformistas” e os “revolucionários”. A corrente “revolucionária” buscava combater a política “pequeno burguesa” e advogava pela aliança dos estudantes com o movimento operário-camponês, afirmando que essa união é fundamental para o desmantelamento do Estado burguês; a corrente reformista pregava prudência e levantava bandeiras específicas da categoria, juntos com as gerais que abrangiam também o campo socioeconômico. De acordo com a inteligência ditatorial, ambas as correntes seriam uma ameaça para o regime por pregarem o socialismo e a subversão da ordem. Mesmo as bandeiras específicas da categoria estudantil seria apenas uma estratégia do ME para ganhar a confiança do estudantado, de acordo com os órgãos de segurança e informações. Além disso, na percepção dos órgãos de inteligência, as entidades estudantis acabavam servindo, consciente ou inconscientemente, ao Movimento Comunista Internacional, que acabava utilizando os jovens como “inocentes úteis” para impulsionar a agenda revolucionária.

A ditadura não tinha como objetivo a “eliminação” e/ou “anulação” do movimento dos estudantes, mas sim o seu controle. O foco de atrito entre o governo e os estudantes seria justamente a militância política opositora de suas organizações, que supostamente eram controladas por grupos políticos “subversivos”. A cúpula governamental supunha

que esses grupos representavam minorias dentro do conjunto dos estudantes, por isso, muitas das medidas restritivas implementadas na área educacional visavam afastar a influência das organizações políticas onde os militantes estudantis estivessem vinculados, tendo como objetivo a neutralização da luta político-ideológica. Tendo em vista essa análise, a pesquisa demonstrou que o fator que mais incomodava os agentes de segurança e informações foram as manifestações políticas feitas pelos estudantes, que envolviam múltiplos elementos da sociedade civil que se mobilizavam para fazer frente ao governo ditatorial. Na ótica da repressão, os estudantes teriam que estar confinados a questões particulares, que envolvam seu espaço de estudo e o campo educacional. No entanto, quando o ME passa a atuar em campanhas políticas de caráter nacional, como a luta pela anistia, revogação das legislações autoritárias, convocação de uma assembleia nacional constituinte etc., ele acaba sendo classificado como ameaça à segurança nacional.

Os agentes também identificaram o retorno do estudantado à cena pública, que se intensificou após a vitória eleitoral da oposição oficial (MDB) em 1974 e com o início do processo de distensão política, impulsionado pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Nessa nova fase, o ME passa a levantar como pautas principais a luta pelas liberdades democráticas e pela anistia. Como forma de mobilização e organização, o ME desenvolve muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas etc. Um exemplo deste tipo de engajamento estudantil ocorre em Londrina, com a criação do Jornal “Poeira” do DCE-FUEL, que abordou problemas estudantis e questões políticas nacionais. A inteligência ditatorial afirmava que as bandeiras do Movimento, na década de 1970, passaram a ser a luta pela volta dos banidos e cassados, fim das prisões e torturas, fim do arrocho salarial, criação do Partido Socialista, liberdade sindical e direito de greve, união estudante-operário, campanha pela anistia e as demais manifestações de cunho acadêmico. No entanto, a inteligência continuava deslegitimando essas bandeiras, afirmando que seriam apenas manobras políticas.

A lógica da suspeição e a vigilância também se aplicava aos conteúdos das aulas, bibliografia e demais materiais didáticos passavam pelo crivo dos agentes. Ademais, todos os indivíduos considerados para nomeações e posse para cargos nas

universidades públicas precisavam apresentar um “atestado ideológico”, que eram emitidos pelo DOPS com base em informações coletadas pela comunidade de informações. Obras de autores de referência da esquerda política eram proibidos de circular, sob determinação da DSI/MEC e fiscalização das ASI. Este último fato ocorria devido à preocupação dos agentes com o “saneamento moral” dos jovens, que seriam supostamente mais vulneráveis aos discursos subversivos. Essa extrema vigilância não foi um processo que ocorreu passivamente, houve intenso processo de resistência feito pelos docentes e discentes. Importante destacar que houve uma configuração específica na implementação da vigilância universitária em Londrina e que a própria experiência de fundação da universidade possui particularidades.

A FUEL nasce dentro do contexto da Reforma Universitária feita pelo regime ditatorial, ou seja, a instituição seguiu a divisão dos cursos por departamento, instituiu o sistema de créditos e implementou o ensino pago. Essa última medida foi um ponto forte de atrito entre os estudantes e a administração universitária, que protestavam contra os aumentos e a manutenção de tal sistema. Além disso, a construção dos edifícios do campus também seguiu o modelo proposto pelo governo, com prédios distantes uns dos outros e salas de aulas com acesso diferenciado para professores e alunos. Essas medidas foram implementadas visando evitar aglomerações e passeatas.

A pesquisa identificou que a FUEL passou por duas fases ao longo da ditadura militar: O primeiro período compreende a gestão de Ascêncio Garcia Lopes, que começa em 1970 e termina em 1974, onde foi constatada relativa liberdade institucional, com a contratação de professores cassados em outras instituições e os estudantes tinham maior autonomia para realizar as atividades no ME. Porém, no segundo período, que compreende as gestões de Oscar Alves e José Carlos Pinotti, o clima repressivo contra os estudantes e professores ganha intensidade, sendo implementado a Assessoria de Segurança e Informações (ASI/FUEL) e estabelecido uma guarda patrimonial que tinha treinamento antidistúrbios.

De acordo com Motta (2008), o posicionamento das reitorias no período ditatorial variou entre três possibilidades: colaboração irrestrita, colaboração com limites e tentativa de minimizar os efeitos da repressão. A reitoria de Ascêncio Garcia Lopes pode ser caracterizada como uma gestão que tentou minimizar os efeitos da repressão na

comunidade universitária, permitindo a livre expressão dos discentes, não interferindo na liberdade de cátedra e garantindo eleições estudantis livres e regulares. No entanto, os seus sucessores, Oscar Alves e José Carlos Pinotti, fizeram administrações marcadas pelo alinhamento da reitoria com o governo estadual e federal, efetuando uma colaboração irrestrita. Esse período foi marcado por demissões em massa de docentes que não eram afinados com a reitoria e ocorre o fechamento das entidades de representação estudantil, DCE e Diretórios Setoriais (DS), devido à militância política de certos segmentos do estudantado. Além disso, o período é marcado por laços pessoais entre a reitoria e o governo ditatorial, tendo em vista que Oscar Alves era genro do então ministro da educação e ex-governador paranaense, Ney Aminthas de Barros Braga.

Foi durante o período mais “liberal” do reitor Ascêncio Garcia que o ME da FUEL começa a se organizar e muitos estudantes que assumiram essa missão fundacional teve experiência prévia no movimento secundarista, tendo atuado na União Londrinense de Estudantes Secundaristas (ULES). A primeira chapa dirigente do DCE-FUEL, escolhida por meio de eleições livres, diretas e reconhecidas pela reitoria, foi constituída por uma frente ampla de esquerda e centro. Esse arranjo político amplo possibilitou um maior diálogo entre os diversos estudantes, que vinham dos diferentes Centros de Estudos da Universidade. Esta primeira gestão esteve focada em atividades culturais, como a criação de grupos de teatro, literatura, imprensa estudantil, esportes e a promoção de concursos de literatura. Essa experiência cultural visava aproximar os dirigentes do Diretório dos estudantes, sejam esses secundaristas ou universitário. Além disso, é importante ressaltar que, ao longo do mandato da primeira reitoria, não houve interferências da administração universitária nas atividades do DCE. A única exigência feita pela instituição era que a entidade representativa dos estudantes respeitasse os regimentos e normativas da FUEL. Uma característica da articulação política dos estudantes na FUEL é que ela ocorre durante o período ditatorial. A falta de autonomia das entidades estudantis e seu entrelaçamento com a burocracia institucional refletia os preceitos da reforma universitária ditatorial (Lei Nº 5540/1968), que visava impedir a repetição das grandes manifestações estudantis que marcaram o ano de 1968.

O Movimento Estudantil da FUEL fez a escolha de ocupar os poucos espaços representativos disponíveis na universidade, mesmo tendo essas entidades atreladas a

administração universitária. A ideia seria fazer usos desses espaços para mobilizar os estudantes, combinar bem as lutas e direcionar a oposição para as instâncias superiores, seja da própria instituição ou do governo. Além disso, havia a preocupação de não radicalizar demais o Movimento, uma estratégia para abrir espaços aos processos de negociação e evitar episódios repressivos. Antes da criação do “Poeira”, o DCE-FUEL organizou o “Terra Roxa”, jornal que era diretamente ligado à entidade e sua gestão. Porém, quando o primeiro mandato administrativo da entidade se encerra, o grupo que dirigia o Diretório não conseguiu ser reeleito. Os remanescentes da primeira gestão se reorganizaram no grupo “Poeira”, que tinha como objetivo a retomada eleitoral dos espaços perdidos. Esses estudantes, tendo perdido o controle do jornal do DCE, criam um periódico estudantil que recebe o mesmo nome do grupo. A utilização dos jornais como tática de articulação política e engajamento nas discussões foi largamente utilizado no processo de rearticulação do ME durante a década de 1970. A inteligência ditatorial identificava o jornal “Poeira” como um exemplo de imprensa “nanica” devido aos seus ataques e críticas ao governo, principalmente em relação à política educacional. Os agentes também notavam a relativa influência do “Poeira”, pois suas edições foram distribuídas para outras entidades estudantis. Além disso, foram catalogados os principais redatores, informações importantes para possíveis operações repressivas contra o ME da FUEL.

No final de seu mandato, Ascêncio toma uma medida que demonstra a suas tentativas de tentar minimizar os impactos da repressão em sua administração. Faltando três meses para acabar seu mandato, o então reitor recebe um ofício do Ministério da Educação, então encabeçado por Ney Braga, solicitando que fosse criada uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI) para vigiar a comunidade universitária. Essa determinação ministerial advém do contexto de expansão do Sistema Nacional de Informações (SISNI) no ensino superior, que já tinha criado ASI's em múltiplas universidades federais e estaduais. Ascêncio se negou a cumprir a determinação do ofício e engavetou a ordem, deixando que seu sucessor decida como prosseguir nesse tema. De acordo com dados levantados, uma das primeiras medidas da nova reitoria foi estabelecer uma guarda patrimonial com treinamento policial, com enfoque antidistúrbios, além de instituir a ASI-FUEL.

O sucessor de Ascêncio, Oscar Alves, consegue sua nomeação para o cargo mesmo tendo feito oposição ao regime ditatorial nas suas fases iniciais. Isso ocorre pela sua trajetória política, tendo iniciado no PDC e depois passado para a ARENA, e seus laços pessoais, sendo genro de Ney Braga, o que possibilitou contatos privilegiados com a elite política nacional e estadual. Interessante notar que, após a nomeação de Alves ao cargo máximo da FUEL, a postura dos órgãos de inteligência muda, pois o novo reitor atendia aos interesses da ditadura e estabeleceu a comunidade de informações no campus.

A campanha para sucessão da reitoria é influenciada por elementos externos, sendo discutida nos diretórios políticos regionais do partido do governo ditatorial, a ARENA, que visava utilizar a estrutura universitária como base para a conquista do poder na cidade, que então era bastião político da oposição. Devido a isso, o processo sucessório sofreu pressões vindas de Brasília, de Curitiba e de segmentos da própria universidade visando influenciar na escolha. Oscar Alves, por suas ligações políticas e familiares, foi apontado como o candidato capaz de quebrar a hegemonia política que o MDB mantinha sobre a cidade de Londrina. Essa fase da FUEL, que tem início com a nova reitoria, é marcada por grande expectativa entre os elementos próximos do governo ditatorial no município, por crerem que o recém-empossado reitor seria a força capaz de unificar a ARENA londrinense. O caso de sucesso nessa instrumentalização política da instituição foi a carreira do próprio Oscar Alves que, após o fim do seu mandato como reitor, chegou a ser nomeado secretário de saúde do estado do Paraná, na volta de Ney Braga ao governo do estado, e se elegeu deputado federal.

Para atingir os objetivos políticos pretendidos, o esquema de vigilância elaborado e coordenado pela ASI/FUEL não ficou restrito ao espaço físico da universidade, realizando atividades de informação em toda a região norte e espionando figuras políticas proeminentes. Este dado diferencia a atuação dessa entidade dos seus congêneres, tendo em vista que muitas ASI/AESI instaladas em outras instituições de ensino superior mantinham sua atuação restrita à comunidade acadêmica. Os relatórios produzidos por essa Assessoria foram elogiados pela Polícia Federal, que afirmou que sempre contou com a colaboração dos agentes universitários para levantar informações. Em documentos analisados, foi possível constatar que a ASI realizava operações em

conjunto com a segunda seção da Polícia Militar paranaense, o que demonstra, como coloca Tilly (1996), que a natureza dos serviços de inteligência é dupla: informativa e coercitiva. As atividades feitas pela ASI/FUEL chegaram a ser reconhecidas pela própria Agência de Curitiba do SNI, que lamentou a decisão da comunidade universitária da FUEL de encerrar os trabalhos desse membro da comunidade de informações, que possuía papel de destaque no norte do Paraná.

A perseguição de Oscar Alves contra opositores do regime se evidencia na repressão que efetuou, enquanto reitor da FUEL, realizando demissões em massa contra docentes e cerceando as atividades do ME da instituição. Foi possível constatar certo continuísmo entre a administração de Alves e do seu sucesso, José Carlos Pinotti, pois o primeiro auxiliou na escolha do último como seu sucessor, além de conservar influência nos conselhos superiores da universidade. No entanto, mesmo com a repressão tendo iniciado com Oscar, é na gestão de Pinotti que ela atingiu seu ápice. As relações entre a reitoria e o DCE complicaram-se a partir de 1977. Uma das últimas medidas do reitor Oscar Alves foi a aprovação do Código Disciplinar 169, normativa essa que deixava o DCE e os diretórios setoriais sujeitos a intervenções toda vez que a reitoria julgasse necessário. A reitoria também passou a interferir nas eleições estudantis, chegando a apoiar chapas opositores da então gestão do DCE e confiscando material de campanha, além de ameaçar proibir a circulação do jornal estudantil “Poeira” pelo campus.

O jornal e o grupo “Poeira” conseguiram se manter ligados aos discentes da FUEL, conquistando mandatos seguidos nos Diretórios Estudantis, devido ao processo de construção de suas propostas. As bandeiras levantadas pelo ME da FUEL, que visava representar todos os estudantes da cidade de Londrina, eram construídas coletivamente, levando em conta as demandas locais e as movimentações nacionais. Os estudantes realizavam o levantamento das necessidades discentes por meio da realização de pesquisas de opinião, onde a comunidade estudantil era questionada sobre a administração da FUEL, a política atual do governo, ensino pago, e, em especial, pediam uma avaliação sobre a atuação do “Grupo Poeira”. As perguntas também corriam sobre aspectos de convivência universitária, como atividades e estudos em grupo. No entanto, no geral, as questões foram construídas para medir o conhecimento e engajamento político do estudantado, além de averiguar quais pautas tinham mais

relevância para a comunidade. Além de medir o conhecimento político da comunidade discente, o grupo dirigente do DCE também organizava eventos acadêmicos para promover debates relevantes sobre a conjuntura nacional.

Por conta do seu reconhecimento como grupo opositor das ações da reitoria e agente mobilizador do ME, além de sua proximidade com setores do MDB, o grupo “Poeira” ficou sob ameaça. É importante destacar que, devido ao Estatuto universitário de então, que dava poderes ao reitor de poder nomear os chefes departamentais e membros dos colegiados administrativos superiores, os estudantes acabaram se tornando os principais opositores da administração universitária. O crescente clima repressivo dentro da instituição fez que o ME da FUEL contemplasse a criação de um DCE-Livre, entidade essa que estaria desvinculada dos estatutos e regimentos da universidade. Por conta dessa proposta, e utilizando inconsistências contábeis como justificativa, a reitoria cassa os mandatos do DCE e dos Diretórios Setoriais Acadêmicos numa tentativa de sufocar a oposição estudantil. No entanto, os discentes conseguem se reorganizar, com apoio de políticos da oposição e de setores da mídia, fundando o DCE-Livre da FUEL.

A reitoria também seguiu perseguindo os docentes, efetuando demissões em massa. Isso motivou os professores a se organizarem, criando Associações Docentes para proteger seus interesses e fazer frente as arbitrariedades da administração universitária, decretando greves quando ocorriam episódios repressivos. Os estudantes, seja na entidade estudantil oficial ou livre, sempre se mobilizaram em solidariedade aos professores nos movimentos grevistas e ajudavam a denunciar as arbitrariedades que ocorriam na instituição. O sucessor de Pinotti, Marco Antonio Fiori, procurou se reconciliar com os estudantes, reabrindo o DCE oficial, vinculada a universidade, e devolvendo itens que foram confiscados pela reitoria. No entanto, com o fim do período mais repressivo da instituição, a FUEL não tomou medidas concretas para buscar reparar, minimamente, os danos causados pelas arbitrariedades, como punindo os docentes que atuavam ativamente nos órgãos repressivos, abrindo os arquivos da vigilância institucional, se desculpando publicamente pelo papel que a instituição universitária acabou tendo dentro da comunidade de informações. Em relação aos arquivos da ASI, o conselho universitário da FUEL decidiu destruir o acervo deste órgão de informações, o que mostra uma

tentativa de ocultamento do passado, visando proteger funcionários, professores e alunos que pudessem ter atuado, direta ou indiretamente, com as atividades dessa entidade. Os esforços da presente pesquisa, que foi auxiliada pelos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade – Theresa Urban e a Comissão da Verdade da UEL, conseguiram levantar documentos da ASI/FUEL através de fundos da comunidade de informações, em especial do SNI, que recebia os informes dos agentes de informação universitários e anexa-os em seus próprios relatórios. Com esse compartilhamento de informações, comum dentro do SISNI, foi possível resgatar parte dessa história institucional.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Priscila. *SNI & ABIN: Entre a Teoria e a Prática: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.

ARRUDA, Roldão. Entrevista concedida ao autor, Londrina, 18 de setembro de 2023.

ASI/FUEL. *Documentação da ASI-FUEL para a Secretaria de Estado de Segurança Pública - Divisão de Segurança e Informações (1979)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66526>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 16:12.

ASI/FUEL. *Documentação da ASI-FUEL para a Secretaria de Estado de Segurança Pública - Divisão de Segurança e Informações (1981-1982)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66372>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 17:34.

ASI/FUEL. *Documentação da ASI/FUEL para a DOPS (1975-1977)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66531>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 18:54.

ASI/FUEL. *Documentação da ASI-FUEL para a DOPS (1977)*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/66532>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 20:12.

ASI/FUEL. *FUEL - Fundação Universidade Estadual de Londrina – 1978*. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/67058>>. Data de acesso: 06/07/2024 às 21:06.

BARTALO, Linete; MAESTIMA, Cacilda; SILVEIRA, Célia; MONÇÃO, Jane; CALDERON, Wilmar; SOUTO, Diana. *Contribuição das antigas faculdades de Londrina na implantação da Universidade Estadual de Londrina*, p. 47. In: Anais do IX Encontro Catarinense de Arquivos.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2007.

BRAGHINI, Katua; CAMESKI, Andreza. “Estudantes democráticos”: A atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Revista Educação & Sociedade*, v.36, nº133, p. 945 – 962. Campinas, 2015.

BRASIL. *Relatório final da Comissão Nacional da Verdade*; v.1. 2014. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf>. Acesso: 22/07/2023 às 12:02.

BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Data de acesso: 06/05/2024 às 18:50.

BRITO, Antonio. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Revista Anos 90*, v.26. Porto Alegre, 2019.

CAOBIANCO, Renata Maria. *Movimento Estudantil na UEL - 1971-1984*. Londrina: EDUEL, 2007.

CANCIAN, Renato. Juventude e participação política: considerações sobre a militância estudantil nos anos 1970. *Lutas Sociais*, vol. 18, n. 32, p. 203-215. São Paulo, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In: *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

COIMBRA, Cecília. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 5, n. 2, p. 1-22. Maringá, 2000.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Editora Civilização Brasileira, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1980.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DIAS, Reginaldo. Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná. *Revista de História Regional*, v. 4, n. 2, 2007.

ESCHRIQUI, Jorge. *Alberto Torres e as origens do pensamento nacionalista autoritário na república brasileira*. Editora Thesaurus. Brasília, 2020.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295 - 316.

FELISMINO, Tadeu. Jornal Poeira, história e memórias. *Dissertação de Mestrado- Universidade Estadual de Londrina*, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

FELISMINO, Tadeu. Entrevista concedida ao autor. Londrina, 30 de maio de 2023.

FERNANDES, Leticia Wickert. *Sob a mira da inteligência: os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2021.

FERREIRA, Pedro Roberto. Entrevista concedida ao autor. Londrina, 27 de setembro de 2023.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *O Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30 – 48.

IBGE. *Sinopse preliminar dos resultados demográficos*. 1941. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940.pdf>. Acesso em: 11/03/2024 às 20:37.

IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico: Paraná*. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_pr.pdf>. Acesso em: 11/03/2024 às 20:40.

LANZA, Fabio; BETTIOL, Líria. Fundamentos para investigações com fontes orais: contribuições epistemológicas para a pesquisa em ciências humanas e sociais. In: LANZA, Fabio [et al.]. *Interfaces entre religião e política em Londrina*. Londrina: UEL, 2013. p. 12 – 46.

MANSAN, Jaime Valim. A formação de agentes de inteligência nos primórdios da Escola Nacional de Informações (Brasil, 1972). In: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Helder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim. (Org.). *Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal*. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 79-98.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 39 – 51, 2008.

MARTIN, Gilberto. Entrevista concedida ao autor. Londrina, 15 de dezembro de 2023.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOTTA, Rodrigo. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Revista Topoi*, v. 9, n. 16, p. 30-67. Rio de Janeiro, 2008.

_____, _____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Zahar, 1 ed. Rio de Janeiro, 2014.

_____, _____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. *Revista Contemporânea*. Ano 3, vol. 3. Montevideu, 2012.

MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Revista Ciência e Cultura*, vol. 66, n. 4. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400014>.

NEVES, José. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: A ideologia de Golbery do Couto e Silva. *Revista Em Tese*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46 – 66, 2019.

OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OIKAWA, Marcelo. Entrevista concedida ao autor. Londrina, 10 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Eliézer. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil: 1964-1969*. Editora Vozes, Petrópolis, 2 ed., 1978.

PARANÁ. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban*. 2014.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Dissertação de mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. Campinas-SP, 1997.

QUADRAT, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Revista Varia História*, vol. 28, nº 47, p. 19-41. Belo Horizonte, 2012.

REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964 – 1984* [livro eletrônico]. 1 ed. Londrina: Edue, 2013.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: *O século XX*, 2 ed., p. 135 – 159. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RIBEIRO DO VALLE, Maria. 1968: *o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. 1 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SAMWAYS, Daniel. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura civil-militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, n.5, 2013.

SELCHEER, Wayne. *The National Security Doctrine and Policies of the Brazilian Government*. Instituto de Estudos Estratégicos, 1977. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA047581.pdf>>. Data de acesso: 06/05/2024 às 18:50.

SILVA, C. P. Jornal Poeira: resistência à ditadura militar através do método linha de massas. *Epígrafe*, 9(1), 102-126. <<https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v9i1p102-126>>. 2020.

SILVA, Joaquim Carvalho da. *Peroba Rosa: UEL 25 anos*. Londrina: Ed. da UEL, 1996.

SOUZA, Célia Regina. Entrevista concedida ao autor. Londrina, 09 de novembro de 2023.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

SNI. *Conferência sobre “Segurança Nacional”, pronunciada pelo Cel. Ex. Geraldo Figueiredo de Castro*. AC/ACE – 24942/70. 1970.

SNI. *Conferências realizadas na ESG e na EsNI*. Pasta Nº 28. 136 laudas. 1986.

SNI. *Conferência de Segurança Nacional, pronunciada pelo Gal. Augusto Fragoso*. Transcrição. 24 laudas. 1978.

SNI. *Plano Nacional de Informações*. AC/ACE – 43246/71. 24 laudas. 1971.

SNI. *Movimento Estudantil em Londrina/PR*. AC/ACE – 103740/77. 27 laudas. 1977.

SNI. *Fundação Universidade Estadual de Londrina (DCE/FUEL) – Atentados contra as instalações*. AC/ACE – 168/79. 7 laudas. 1978.

SNI. *Sistemas de Segurança e Informações nos estados*. AC/ACE – 8751/80. 19 laudas. 1978.

SNI. *Movimento Estudantil – Jornal “Poeira”*. AC/ACE – 1388/79. 7 laudas. 1979.

SNI. *Movimento Estudantil, retrospecto de 1978 e perspectivas para 1979*. AC/ACE – 980/79. 66 laudas. 1978.

SNI. *Movimento Estudantil em Londrina/PR*. AC/ACE – 102224/77. 8 laudas, 1977.

SNI. *Imprensa “nanica” ou “alternativa”*. ACT/ACE – 1621/81. 25 laudas. 1977.

SNI. *Maria Lucia Victor Barbosa – Dossiê*. ACT/ACE – 1717/81. 17 laudas. 1978.

SNI. *Funcionamento do sistema nacional de informações*. ACT/ACE – 4036/83. 4 laudas. 1983.

SNI. *Campanha de desmoralização da FUEL*. AC/ACE – 1251/79. 7 laudas. 1979.

SNI. *Propaganda adversa*. AC/ACE – 91407/76. 6 laudas. 1976.

SNI. *Atuação subversiva no DCE/FUEL*. AC/ACE – 585/79. 4 laudas. 1979.

SNI. *Dossiê Oscar Alves*. ACT/ACE – 2167/82. 54 laudas, 03 de outubro de 1978.

SNI. *Movimento Estudantil – Grupos e suas tendências ideológicas*. ACT/ACE 003/78. 59 laudas, 1978.

SNI. *Movimento Estudantil – Pesquisa de opiniões promovida pelo DCE/FUEL em Londrina/PR*. AC/ACE – 115797/78. 23 laudas. 1978.

SNI. *Movimento Estudantil – Jornal “Levanta, sacode a poeira, da a volta por cima”*. 12 laudas. AC/ACE - 114562/78. 1978.

SNI. *Assembleia de Estudantes*. ACT/ACE 1266/81. 7 laudas, 1978.

SNI. *União Nacional dos Estudantes – dossiê*. ASP/ACE – 1245/79. 63 laudas. 1979.

SNI. *Infiltração de ativistas do Movimento Estudantil no Projeto Rondon*. ACT/ACE – 741/81. 12 laudas. 1980.

SNI. *Eleições para o DCE/Livre da FUEL*. ACT/ACE – 3415/82. 43 laudas. 1980.

SNI. *Ação de reintegração de posse – Universidade Estadual de Londrina x DCE/Livre – Londrina/PR*. ACT/ACE 772/81. 56 laudas, 1981.

SNI. *Ação de reintegração de posse – Universidade Estadual de Londrina x DCE/Livre – Londrina/PR*. ECT/ACE – 803/81. 1981.

SNI. *Atuação de cineclubes nas universidades*. EBH/ACE – 4578/81. 34 laudas. 1981.

SNI. *Propaganda adversa*. ECT/ACE – 3577/82. 38 laudas. 1981.

SNI. *Trabalho de bairro junto às associações de bairros e favelas*. ACT/ACE – 3439/82. 15 laudas. 1981.

SNI. *Trabalho de massa*. ACT/ACE – 24449/82. 10 laudas. 1982.

SNI. *Irregularidades administrativas na Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL)*. ACT/ACE – 7688/88. 10 laudas. 1988.

SNI. *Oficialização do DCE/FUEL – Eleição e posse da nova diretoria – Londrina/PR*. ACT/ACE 4475/83. 43 laudas. 1983.

TEXEIRA, Mauro. Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas Forças Armadas Brasileiras: 1935-1985. *Revista Mediações*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 151-169, 2014.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus (990-1992)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.